

ISSN 1981-4798

Tempo DA Ciência

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PUBLICAÇÃO DO PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIOESTE, CAMPUS DE TOLEDO

Volume 22 - Número 44
2º Semestre de 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ-UNIOESTE

REITOR
Paulo Sérgio Wolff

VICE-REITOR
Carlos Alberto Piacenti

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Silvio César Sampáio

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO
José Dilson Silva de Oliveira

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO
Rosalvo Schutz

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Osmir Dombrowski

TEMPO DA CIÊNCIA
Revista do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unioeste

EDITOR
Marco Antonio Arantes

CONSELHO EDITORIAL
Dr. Allan de Paula Oliveira, Dr. Eric Gustavo Cardin, Dr. Erneldo Schallenger, Dr. Geraldo Magella Neres, Dr. Gustavo Biasoli Alves, Dr. Marco Antonio Arantes, Dr. Miguel Angelo Lazzaretti, Dr. Osmir Dombrowski, Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias, Dr. Paulo Roberto Azevedo, Dra. Andréia Vicente da Silva, Dra. Rosana Kátia Nazzari, Dra. Vania Sandeleia Vaz da Silva, Dra. Yonissa Marmitt Wadi.

CONSELHO CONSULTIVO
Dra. Ana Cleide Chiarotti Cesário- UEL, Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida-UEM, Dr. Celso Antonio Fávero- UNEB, Dra. Emilce Beatriz Cammarata- Universidade Nacional de Misiones/Argentina, Dr. Eric Sabourin - CIRAD, França, Dr. Evaldo Mendes da Silva- UFAL, Dra. Ileizi Luciana Fiorelli Silva- UEL, Dr. João Virgílio Tagliavini- UFSCar, Dr. José Lindomar Coelho Albuquerque- UNIFESP, Dr. Juan Carlos Arriaga-Rodríguez- Universidad de Quintana Roo- México, Dra. María Lois - Universidad Complutense de Madrid, Dra. Maria Salette Souza de Amorim - UFBA, Dr. Oscar Calavia Sáez-UFSC, Dr. Otávio Velho - UFRJ, Dr. René E. Gertz - PUCRS e UFRGS, Dr. Ricardo Cid Fernandes - UFPR, Dr. Wagner Pralon Mancuso- USP.

**Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Ciências Sociais
Campus de Toledo**

Tempo da Ciência

Volume 22 Número 44
2º semestre de 2015

**EDUNIOESTE
CASCAVEL
2015**

©2015, EDUNIOESTE

Capa

Alambique para Fazer Óleo de Hortelã – Toledo/PR - 1968

Diagramação

Deise Ellen Piatti
Marco Antonio Arantes

Revisão Técnica

Marco Antonio Arantes

Revisão Ortográfica

Deise Ellen Piatti

Ficha Catalográfica

Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo – v. 1, n. 1(1994) –, -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

ISSN: 1414-3089

Indexadores:

Latindex

Sumarios.org

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo II. Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste/ Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

Impressão e Acabamento

Gráfica Universitária
Rua Universitária, 1619
e-mail: editora@unioeste.br
Fone (45) 3220-3085
Cep. 85819-110 – Cascavel/PR
Caixa Postal 701

Revista Tempo da Ciência

Revista do Programa de Pós-Graduação

***Stricto Sensu* em Ciências Sociais**

Estamos disponibilizando o Volume 22 número 44 - 2º Semestre de 2015 da Revista Tempo da Ciência, revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE – Campus de Toledo. O lançamento deste fascículo dá continuidade ao projeto editorial de disponibilizar um conjunto de artigos selecionados com base no mérito acadêmico e científico.

Ao longo dos anos, a revista Tempo da Ciência tem se caracterizado como um espaço de discussão de diferentes perspectivas de conhecimento científico relacionados à área de Ciências Sociais. Com este número da revista Tempo da Ciência, publica-se um conjunto de textos que representam contribuições relevantes e instigantes sobre diferentes temas das Ciências Sociais.

Criada em 1994, a revista Tempo da Ciência é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da UNIOESTE/Campus de Toledo/PR.

Tempo da Ciência tem como objetivo fomentar o debate acadêmico de temas relevantes das Ciências Sociais.

Publica dossiês temáticos, com prazos definidos para o envio das submissões, além de uma seção livre de artigos e uma de resenhas, ambas com fluxo contínuo.

As contribuições à revista Tempo da Ciência devem ser inéditas e podem ser apresentadas em **Português e Espanhol**.

As avaliações são realizadas por pelo menos dois pareceristas ad hoc, especialistas no tema.

Missão: A Revista Tempo da Ciência tem por missão estimular e difundir a produção científica nas temáticas pertinentes às Ciências Sociais.

Critério de Publicidade: A revista Tempo da Ciência não é comercializada e oferece acesso livre e integral ao seu conteúdo. Sua política segue o princípio de levar gratuitamente o conhecimento científico ao público, democratizando o acesso ao saber.

Distribuição: A revista Tempo da Ciência, em seu formato impresso, é distribuída como permuta aos Programas de Pós-Graduação da área, bibliotecas e instituições de ensino superior em geral. Em seu formato digital, pode ser acessada livremente através do endereço eletrônico: www.unioeste.br/pos/cienciassociais.

Endereço para Correspondência

Revista Tempo da Ciência
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Núcleo de Documentação,
Informação e Pesquisa – NDP.
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle
85.903-000 / Toledo – Paraná .
E-mail: revistatempodaciencia@yahoo.com.br

ENDEREÇO PARA PERMUTA

Biblioteca Universitária
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle
85.903-000 / Toledo – Paraná
E-mail: bibtoledo@unioeste.br

SUMÁRIO

Cooperativismo e a adequação das propriedades rurais ao modelo de produção agroindustrial em Palotina - PR

André Luís Vendrame

Ernelo Schallenberger

7

Estudo de Fenômenos Sociais na perspectiva das Teorias da Prática a partir dos apontamentos de Silvia Gherardi

Fabiana Regina Veloso Bíscoli

Roberto Bíscoli

21

O ciclo da hortelã na microrregião de Toledo 1959 - 1980

Francisco André Pedersen Voll

Ernelo Schallenberger

35

A sustentabilidade na agricultura familiar: indicadores e índices econômicos e sociais de avaliação

Jaime Antonio Stoffel

Silvio Antonio Colognese

47

Da fronteira imaginada à fronteira a ser colonizada: índios, imigrantes e colonos nos relatos de viajantes argentinos e brasileiros nos séculos XIX e XX

Leandro de Araújo Crestani

61

Brasil - Paraguai: considerações sobre a “fronteira do consumo”

Luana Caroline Künast Polon

71

A cidade e a arte: um espaço de manifestação

Manuela Lowenthal Ferreira

Annie Rangel Kopanakis

79

Segurança nacional na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: exército brasileiro

Orlando bispo dos santos

Mauro José Ferreira Cury

89

**Fronteras permeables durante la década del 70:
el Plan Cóndor**

Virginia Sabores Avalés

101

Resenha

Chavismo sem Chávez

Marcos Wílian da Silva

107

Padrões editoriais

111

COOPERATIVISMO E A ADEQUAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL EM PALOTINA - PR

André Luís Vendrame¹

Ernelo Schallenberger²

Resumo: O objetivo dessa pesquisa foi analisar as necessidades, a capacidade de adaptação e as atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C. Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção agroindustrial, competitiva e globalizada via cooperativismo. Visando o atendimento dos objetivos, usou-se de literatura especializada em relação ao tema para a construção da base teórica do estudo, bem como de pesquisa de campo via estudo de caso para a caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação à questão de pesquisa. A pesquisa revela que a mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados à unidade produtiva, sendo que a pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como importante elemento para reprodução dessa categoria. A pesquisa assinalou, ainda, a grande concentração da atividade avícola integrada, em propriedades com área superior a 30 alqueires, o que sinaliza a existência de obstáculos à inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo. Por último, evidenciou-se a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como de seus representantes sindicalistas e cooperativistas, tem em buscar outra forma de estruturação ou reestruturação da unidade produtiva, para além da proposta do grande mercado, a partir de novos conceitos de produção.

Palavras-chave: Agroindustrialização; Modernização Agrícola; Agricultura Familiar; Cooperativismo.

Abstract: The main goal of this research was to analyze the needs, the capacity of adaptation and the current conditions and aspirations of the members from the cooperative C.vale, from Palotina, Paraná, related to its productive unities inclusion in the new role of production, agro industrial, competitive and globalized, as a cooperative method. In order to achieve the main goals of this study, it was used a literary review related to the theme as a construction of its theory part and a field research as a local study to the characterization and analyze of productive unities and its behavior related to this research. This study reveals that the labor in a small property is related in a high part to the sectors which are not related to the productive unity, in which the pluriativity in the familiar agriculture is represented as an important element to the reproduction of its category. The study pointed that there is a large number of concentration in integrated poultry activity, in proprieties with more than 30 bushels, what indicates the existence of obstacles in the insertion of a small propriety in this productive branch. Lastly, it was evidenced the difficult that the families farmer from Palotina, as its union and cooperative representatives, have in order to seek another way of restructuration of the productive unity, which aims to gain the higher market with new concepts of production.

Keyword: Agroindustrialisation; Agricultural Modernization; Family Agriculture; Cooperative.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

² Doutor em História; docente do CCHS, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – e estagiário Pós-Doutoral em História pela UFPR.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990, a cadeia produtiva do agronegócio brasileiro vem intensificando os projetos de reconstrução produtiva visando à melhoria da competitividade do setor, buscando alterar a sua característica vivenciada até então de ser competitiva apenas em *commodities*, sendo incipiente em ramos mais dinâmicos de produção (LOURENÇO, 2002).

Para Lourenço (2002), esta postura de reconstrução da forma de produzir decorre da necessidade de aproveitamento das oportunidades abertas por um mercado mundial mais amplo, aberto, globalizado e mais integrado.

Este mercado globalizado induziu as cooperativas, a um grande processo de modernização de sua base produtiva, buscando, por meio desta modernização, a manutenção de sua competitividade, sob pena destas cooperativas serem substituídas ou, simplesmente, eliminadas (LOURENÇO, 2002).

É visível a marcha em direção a projetos de agroindustrialização e tecnificação da agropecuária, ações estas que incentivaram a diversificação das atividades nas unidades produtivas dos cooperados vinculados às cooperativas.

A empresa cooperativa tem suas margens de lucro substancialmente aumentadas pelo processo de industrialização dos produtos primários produzidos pela cadeia a montante, assim como é veraz o aumento da eficiência do processo produtivo. A maior eficiência é derivada de um maior controle pela cooperativa via processo de integração, das atividades e processos produtivos realizados pelo associado em sua unidade produtiva.

Em relação a este tema, Neto (2007) aponta que, para manterem-se no mercado, as organizações cooperativas dependem de um novo arranjo institucional que permita uma diferente relação nos direitos de propriedade, maiores incentivos à eficiência, monitoramento das ações dos associados, relações contratuais mais estáveis, menores custos de transação de coordenação e de governança do empreendimento.

Sob a ótica capitalista, os fatores acima referidos indicam para um modelo eficiente, competitivo e extremamente viável para ser utilizado neste novo contexto de economia global. Entretanto, os questionamentos que surgem a partir deste cenário estão relacionados à capacidade adaptativa dos proprietários e de inserção de suas unidades produtivas a este novo panorama, no que se relaciona primordialmente ao acesso à tecnologia, investimentos e à capacitação.

O cooperativismo agroindustrial está alicerçado sob as bases do capitalismo, tendendo, assim, a privilegiar o grande mercado, fazendo com que suas ações sejam direcionadas para as unidades produtivas que estejam inseridas, ou aptas a se inserir, nesta nova dinâmica de mercado. Com estes questionamentos em mente, buscou-se a caracterização do problema de pesquisa e possíveis hipóteses.

Torna-se relevante a análise da abrangência destas ações cooperativas, de acordo com o perfil social, econômico e cultural de seus associados, assim como a percepção destes no que tange a sua capacidade de inserção neste novo modelo, construindo, desta forma, um aparato teórico que sirva de base para futuras ações que busquem a manutenção da relação entre cooperativa e associado, objetivando o crescimento econômico/social destes atores.

Visando alcançar os resultados propostos, delimita-se como premissa fundamental do estudo a análise das necessidades, da capacidade de adaptação e das atuais condições e aspirações dos produtores associados à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná, em relação à inserção de suas unidades produtivas ao novo modelo de produção agroindustrial, competitiva e globalizada via cooperativismo.

Neste estudo utilizou-se de literatura especializada em relação ao tema para a construção da base teórica do estudo, bem como de pesquisa de campo via estudo de caso para caracterização e análise das unidades produtoras e de seu comportamento em relação ao objeto da pesquisa.

1 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Os números do cooperativismo brasileiro divulgados pela OCB (2012) revelam a sua importância para a economia, sendo que, em dezembro de 2011, existiam no Brasil 6.586 mil cooperativas com registro na OCB.³

As cooperativas agropecuárias são as mais numerosas, com 1.523 mil unidades, seguidas das de transporte, com 1.088 mil unidades. Quanto ao número de associados, utilizando as mesmas informações da OCB base 2011, chegou-se ao número de 10.008.835 milhões de cooperados em todos os ramos de atividade cooperativa.

Com relação à localização das cooperativas, a Região Sudeste destaca-se com o maior número, a Região Sul ocupa o terceiro lugar em quantidade de cooperativas.

Em relação à participação de todas as cooperativas do Brasil nas exportações, no ano de 2013 as mesmas atingiram a sua maior marca da série pós 2007, tendo um aumento de 2,7% em relação a 2012, aumentando, conseqüentemente, o saldo positivo da balança comercial das cooperativas. Entre os principais produtos da pauta de exportação das cooperativas brasileiras estão: açúcar, soja em grão, carne de frango, farelo de soja, etanol e café em grãos (MDIC, 2013).

É relevante observar que os principais produtos exportados pelas cooperativas brasileiras estão relacionados à agroindústria e agricultura, evidenciando a importância desta base produtiva e da organização cooperativa agroindustrial para a economia nacional.

O Estado do Paraná merece destaque, uma vez que este foi responsável, em 2013, por 39% das exportações das cooperativas brasileiras. Tendo em vista que a pauta de exportações brasileiras é liderada por produtos de origem agrícola e agroindustrial, reitera-se a importância do Estado do Paraná nestes ramos produtivos, dado sua representatividade no volume total das exportações brasileiras.

1.1 AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

A agroindustrialização nos moldes de atividade econômica inserida no contexto do agronegócio brasileiro foi analisada enquanto forma de organização produtiva a partir da década de 80. Conforme estudos de Lauschner (1995), esta foi caracterizada, primeiramente, como um complexo agroindustrial, tomando forma e evoluindo nas suas relações de produção, industrialização, armazenamento e comercialização, passando a caracterizar um sistema agroindustrial, tendo em sua formação diversos setores econômicos produtivos inter-relacionados.

Furtado (2002) afirma que, no Brasil, o setor primário evoluiu a partir dos ciclos econômicos até atingir o estágio da agroindustrialização, sendo que o agronegócio é indiscutivelmente impulsionado pela produção de mercadorias de exportação e pela agregação de valor aos produtos *in natura* por intermédio da agroindustrialização.

As cooperativas agropecuárias brasileiras caracterizam uma forma organizacional de extrema importância para o agronegócio nacional, pois estas instituições são formadas por produtores rurais que buscam opção para armazenagem, comercialização da produção, oportunidade de ganhos de escala e poder de barganha, fatores estes possíveis de serem alcançados devido ao volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados. A possibilidade de industrialização da matéria-prima pelas agroindústrias cooperativas permite agregação de valor ao produto primário, tendo como consequência uma maior rentabilidade da unidade produtiva agropecuária (NETO, 2007).

O processo de integração/concentração de organizações cooperativas, se bem geridas, respeitando os reais objetivos para os quais foram criadas, geram uma ação que reforça as condições para melhor redistribuição da renda e das oportunidades dentre os seus cooperados, como afirma Schneider (2013). O autor refere o cooperativismo como uma resposta para os problemas impostos

³ Após a Constituição de 1988 as cooperativas não são mais obrigadas a registros.

pela globalização, uma vez que tem um grande potencial de gerar empregos e servir de contrapeso à concentração de riquezas.

Mas, da mesma forma que a economia global passa por mudanças, as organizações cooperativas também estão expostas a este novo cenário. Para Neto e Pinto (2012), o agronegócio brasileiro evoluiu nas últimas décadas tanto nas áreas já consolidadas como nas novas fronteiras agrícolas, não somente em volume de produção e produtividade nas propriedades, mas também em desempenho, tecnologia e estratégias das empresas agroindustriais, adotando ousadas estratégias de gestão, incluindo fusões e incorporações.

Este fenômeno, aliado às novas tendências de gestão, deixou a propriedade rural familiar e a unidade agroprocessadora de pequeno porte em segundo plano, ficando a margem das oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico, pois estas unidades produtivas não são o foco dos sistemas agroindustriais (BATALHA; FILHO, 2005).

Se as cooperativas, em nome do princípio da integração, buscam na concentração ganho de escala, produtividade e aumento de competitividade, para Schneider (2013), tal concentração no cooperativismo não representa a exclusão, como no modelo capitalista.

É de conhecimento que esta premissa hoje é bastante contestável, visto que, para o ingresso das propriedades rurais na cadeia agroindustrial via processo de integração, é necessário um grande dispêndio de capital para investimento em infraestrutura e adequação das atividades às exigências da integradora, além de capacitação e mão de obra qualificada.

Mas é evidente que o processo de agroindustrialização tem grande relevância no agronegócio brasileiro, quando observada a sua representatividade na organização da cadeia produtiva e na agregação de valor aos produtos primários oriundos das unidades produtivas agropecuárias, contribuindo, desta forma, para o aumento da eficiência destes processos (NYCHAI, 2005).

O mesmo autor fundamenta que, na pauta de exportação, os produtos *in natura* são suscetíveis a preços baixos, principalmente se forem consideradas as constantes variações da taxa de câmbio, sendo que os produtos agroprocessados apresentam incremento de preços, e menor variação de mercado, ratificando a importância da agroindustrialização para a economia do agronegócio brasileiro.

No ramo de produção agropecuária, mesclam-se as funções dos setores econômicos para obter bons resultados e usar de todos os recursos e elos que cada um pode oferecer, sendo que, no sistema do agronegócio, cada setor tem funções a desempenhar, de modo que a inter-relação é fator crucial devido à grande interdependência dos elos deste sistema. Para Nychai (2005), cada elo, ou cada setor, produz resultados específicos, mas a inter-relação dos setores da atividade econômica, transformando-se numa cadeia de relações produtivas, é o que pode oferecer mais benefícios ao produtor e ao consumidor.

A discussão em torno da inserção da pequena propriedade rural neste novo âmbito do agronegócio configura-se, para Nychai (2005), como alternativa para a geração de renda, visto que, por meio do processo de agroindustrialização, a pequena propriedade pode atingir certa competitividade para os produtos *in natura* após passarem por algum processamento. Assim, fundamenta-se que a agroindustrialização, sob a ótica de resultado econômico-financeiro, pode trazer um novo ânimo à propriedade rural familiar.

Torna-se relevante a análise da capacidade de adaptação e inserção destas pequenas unidades produtivas a esta nova forma de organização produtiva, sendo que Nychai (2005) afirma, ainda, que um grande desafio será contornar o fato de que o agronegócio, e o ramo de produção agroindustrial, estejam associados às grandes escalas de produção e aos grandes negócios realizados no contexto da agropecuária.

Em contraponto a esta visão, para Batalha e Filho (2005), a pequena unidade de produção, a qual busca a manutenção de sua base produtiva, tem como alternativa de renda a produção voltada à pequena escala e à utilização de mão de obra familiar, buscando trabalhar com atividades focadas na diferenciação dos produtos processados na propriedade rural familiar e na diversificação da produção.

Ao caracterizar as cooperativas agropecuárias brasileiras, Neto (2007) aponta que grande parte tem aspectos em comum, como, o grande número de cooperados, a baixa escolaridade dos associados,

relativa dependência financeira a capital externo e, em sua maioria, baixa rentabilidade sobre o patrimônio.

Tendo em vista este perfil de cooperativas, o grande número de pequenas propriedades e a importância das mesmas para a região oeste do Paraná e para o agronegócio brasileiro, fica evidente a necessidade de pesquisa, análise e monitoramento deste processo de agroindustrialização da agricultura, e em específico das pequenas unidades produtivas rurais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo de caso teve como base os associados da C.Vale, Cooperativa do ramo Agroindustrial localizada na Mesorregião Oeste do Paraná. A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de conceituar e diagnosticar aspectos relacionados ao cooperativismo e suas atribuições. Valeu-se da pesquisa de campo exploratória para coleta de dados quantitativos, mas, sobretudo qualitativos, gerados através de entrevistas semiestruturadas com os associados da cooperativa em questão.

Para Gil (1987), a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Esta forma de pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudo de caso, entre outros.

Por outro lado, para Richardson (1989), a abordagem qualitativa é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Para o autor, tal abordagem é utilizada em situações complexas ou particulares (estudo de fatos do passado, análise de atitudes ou motivações). As pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente as técnicas de observação e entrevista.

O objetivo da pesquisa centra-se na análise da capacidade de adaptação das unidades produtivas familiares à lógica da produção em escala e da agroindustrialização. Para tanto, na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com pequenos produtores de propriedades da agricultura familiar, assim como com produtores de médias propriedades, visando à caracterização dos diferenciais produtivos e organizacionais de cada perfil de produção. O objetivo deste método de coleta de dados centra-se na possibilidade de identificação das divergentes formas de produção entre os atores entrevistados, identificando, assim, os aspectos diferenciais e as alternativas adotadas pela pequena propriedade para coexistir neste ambiente competitivo e excludente da agricultura.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 20 de abril e 18 de junho de 2014. Os associados em questão foram escolhidos de forma aleatória tomando como base os registros de produtores rurais junto à prefeitura municipal de Palotina, sendo que a mesma utiliza como referência a base de dados do IBGE. Segundo dados do IBGE relacionados ao Censo Agropecuário 2006, em Palotina existem 1.421 mil unidades produtoras rurais, sendo que, destas, foram realizadas entrevistas em 28 unidades produtivas, subdivididas em pequenas e médias propriedades. Uma fração destas propriedades possui atividades ligadas ao processo agroindustrial de transformação da cooperativa (processamento industrial de aves, suínos e leite), e, de forma geral, todos realizam atividade de produção de commodities de soja e milho.

3 A CAPACIDADE DE ADAPTAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS, AO MODELO DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE

De acordo com o caracterizado na metodologia, a pesquisa de campo não se direcionou somente a pequenas propriedades, de modo que foram visitadas, também, propriedades fora do contexto da Agricultura Familiar, visando uma maior abrangência da amostra e possibilitando a construção de uma visão diferenciada da realidade pesquisada.

Segundo dados do INCRA (2014), os imóveis rurais se classificam quanto ao tamanho, sendo que a pequena propriedade é o imóvel que tem entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais, a média

propriedade está compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais e a grande propriedade trata-se do imóvel com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

Considerando que o módulo fiscal para o município de Palotina, segundo classificação do INCRA, é de 18 hectares, as propriedades da amostra caracterizam-se, em sua maioria, 68% de pequenas propriedades.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E MEMBROS DA FAMÍLIA

Em relação à idade dos proprietários rurais, observa-se grande concentração da amostra nas faixas etárias superiores a 40 anos, caracterizando 96% da amostra. Esta análise evidencia a experiência do grupo em relação às atividades realizadas, mas também demonstra um desequilíbrio etário relacionado ao número de pessoas jovens a frente da exploração de atividades agropecuárias.

Os filhos dos proprietários com 18 anos ou mais são caracterizados por indivíduos que exercem distintas funções dentro ou fora da propriedade agrícola. Pelos dados da pesquisa, observa-se que, embora os filhos dos proprietários, em alguns casos, já tenham constituído família e não moram mais com os pais, os mesmos continuam trabalhando na propriedade e nas atividades ligadas a ela, mas não como proprietários legais da unidade produtiva, tampouco na qualidade de responsáveis pela gestão e administração da mesma, pois tal unidade ainda está centralizada na base da família.

A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados a unidade produtiva. Aliado a essa tendência, observa-se que o índice de trabalho pluriativo é superior na amostra das pequenas propriedades quando comparado ao dos dados gerais. Ratifica-se, assim, a tendência apresentada de uma lacuna etária no comando das unidades produtoras, visto que, em grande parte das pequenas propriedades visitadas, as atividades das mesmas são realizadas pelo proprietário, esposa e por mão de obra terceirizada.

Essa tendência de permanência apenas do casal na formação do núcleo familiar e no desenvolvimento das atividades da propriedade, foi verificada em 36,84% das pequenas propriedades. Essa característica é resultado de, basicamente, dois fatores: O primeiro relaciona-se a saída dos filhos mais novos para estudo e trabalho em atividades não ligadas à propriedade, e o segundo relaciona-se a constituição de família pelos filhos mais velhos e busca de novas formas de renda, visto que a pequena unidade familiar não gera a rentabilidade necessária para o sustento de todos.

Evidenciou-se durante a pesquisa que muitas das pequenas unidades produtivas possuem, ou já possuíram, interesse na diversificação de atividades, ou no aumento de produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mas, segundo dados da pesquisa, é fato que as mesmas não dispõem dos recursos necessários ao investimento e não possuem condições (capital, bens, garantias legais) que os possibilite acesso a linhas de crédito para investimento em tais atividades.

As médias propriedades apresentam três características bem diferenciadas e relevantes para análise.

A primeira está relacionada à parcela de filhos que trabalham apenas nas atividades da propriedade, sendo que, nesta amostra, este número atinge em torno de 50%. Este mesmo índice, na amostra das pequenas propriedades representa aproximadamente 12%, caracterizando, assim, que a viabilidade econômica da unidade produtiva é um fator determinante para a manutenção da mão de obra da família nas atividades produtivas.

A segunda característica está relacionada à formação acadêmica, na amostra das pequenas propriedades, o índice de filhos que se dedicavam somente ao estudo foi de 2%, já na amostra relacionada às médias propriedades este número atinge 15%; estes valores concentram-se na idade escolar relacionada à faculdade, visto que, na pequena propriedade, a necessidade de trabalhar e estudar são proeminentes.

Pode-se observar que existe a preocupação para que os filhos alcancem níveis educacionais superiores aos dos pais, visando à possibilidade de inserção no mercado de trabalho através de outras atividades e/ou profissões por meio da qualificação, não alicerçando, assim, as possibilidades dos mesmos a atividade agrícola.

3.3 A PRODUÇÃO INTEGRADA E POSICIONAMENTO DAS UNIDADES PRODUTIVAS EM RELAÇÃO À MESMA

O processo de agroindustrialização da produção tem como objetivo a industrialização da matéria-prima pela cooperativa, buscando, desta forma, agregar valor a este produto primário, visando o aumento da rentabilidade das atividades agropecuárias. Além de maior valor agregado, o aumento da receita de produção resulta do volume de comercialização da instituição ser mais representativo do que a comercialização individual dos associados.

Para tanto, se buscou na pesquisa a caracterização dos processos de integração produtiva oportunizados pela cooperativa C.Vale. Na atualidade, a cooperativa oferece aos sócios via processo de integração produtiva (mediante adequação às normas estabelecidas pela integradora) o acesso à produção de Aves de Corte para a industrialização no Complexo Avícola C.Vale, produção de leitões e engorda de suínos para abate, assim como produção de leite para a industrialização, em parceria com a Cooperativa Frimesa⁴.

Visado à caracterização do processo de integração da cooperativa, buscaram-se algumas análises. No Gráfico 1, pode-se observar a caracterização das propriedades em relação à integração de processos produtivos, e a estratificação fundiária das unidades integradas à Cooperativa C.Vale.

Observa-se maior número de propriedades integradas com área inferior a 72 hectares. Este fenômeno é resultado da maior concentração de

pequenas propriedades na amostra da pesquisa, as mesmas somam aproximadamente 68% do total.

Em relação às atividades integradas das pequenas propriedades, verificou-se maior presença da atividade de bovinocultura leiteira. Esta maior concentração é derivada do menor investimento necessário para a implantação, além do tradicionalismo dos associados em tal atividade, bem como a possibilidade de execução em pequena escala e a utilização da mão de obra familiar para desempenho da mesma.

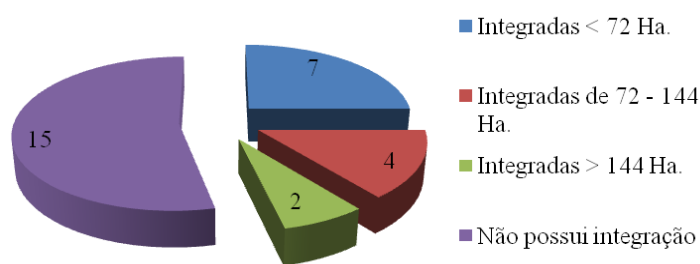
O maior número de pequenas propriedades representa uma constatação em relação à classificação fundiária do município de Palotina como um todo, visto que, como fundamentado na pesquisa bibliográfica, a delimitação das terras desta região foi realizada de tal forma que privilegiasse a ocupação pela pequena propriedade, o que pode ser visualizado até os dias atuais.

O grande número de propriedades que não possuem atividades integradas à cooperativa, aproximadamente 54% da amostra, é, em sua maioria, das unidades produtivas formadas pelas pequenas propriedades. De acordo com a pesquisa de campo, esta tendência é resultante de, basicamente, três pontos primordiais, acerca dos quais discorreremos a seguir.

O primeiro relaciona-se ao alto valor de investimento inicial destas atividades (principalmente na atividade de Avicultura), sendo que o mesmo não é financiado pela cooperativa, ficando o produtor submetido às exigências e taxas de juros das instituições financeiras.

O segundo refere-se à disponibilidade de mão de obra, que, nas pequenas propriedades, encontra-se primordialmente direcionada às atividades não ligadas à unidade produtiva. Ao serem

Gráfico 1 - Organização Produtiva e Classificação Fundiária das Propriedades.



Fonte: Elaborado pelo autor.

⁴ Segundo informações da Frimesa, as cooperativas da região oeste procuraram as lideranças da Sudcoop com uma proposta de compra da massa falida do Frigorífico Medianeira S/A. Uniram-se Coagro (Capanema), Cotrefal, hoje Lar (Medianeira), Copagril (Marechal Cândido Rondon) a extinta Coopagro, atual Primato (Toledo), Copacol (Cafelândia) e C.Vale (Palotina), para fundar a atual Frimesa. Disponível em: <http://www.frimesa.com.br/br/frimesa_apresentacao.php>. Acesso em: 10 ago. 2015.

questionados em relação à contratação de mão de obra temporária ou algum tipo de terceirização do trabalho relacionado às atividades integradas, os produtores enfatizaram que, mesmo sendo atividades de produção em escala, a tendência de reduzidas margens de lucro proporcionadas pelas mesmas, inviabilizam a utilização de mão de obra externa a propriedade, sendo que, para tanto, seria necessária a implantação de vários aviários, grandes granjas de suínos, assim como um grande rebanho leiteiro, o que inviabilizaria ainda mais o investimento inicial das atividades.

O terceiro relaciona-se às exigências ambientais para a implantação de tais atividades, como sublinha Zilli (2003): “a produção intensiva de animais, em algumas áreas, pode ser desestimulada devido à relevância da questão ambiental imposta aos produtores, ainda que seja economicamente viável”.

As unidades produtivas que possuem integração com a cooperativa C.Vale exercem, em sua totalidade, outras atividades não integradas, sendo que a atividade de agricultura comercial está presente em todas as propriedades integradas, demonstrando, assim, a relevância da mesma para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte. Evidencia-se, desta forma, que a produção de *commodities*, ainda que proporcionando reduzidas margens aos pequenos proprietários, não cedeu espaço a outras atividades produtivas.

O índice de propriedades de pequeno porte que possuem pecuária leiteira integrada à cooperativa é superior ao das médias propriedades. Este fenômeno resulta, primeiramente, da necessidade da compra a prazo dos insumos relacionados à produção, visto que, para produtores integrados, a cooperativa cria a chamada “conta leite”, por meio da qual o produtor adquire os produtos necessários à atividade em determinado período e estes são descontados da remuneração da atividade no mês subsequente; resulta, ainda, pelo uso de mão de obra familiar e menor investimento inicial da atividade, se comparado à avicultura e suinocultura.

Em contrapartida, evidencia-se na amostra a tendência de menor investimento da média propriedade na atividade de pecuária leiteira integrada, característica essa derivada de dois fatores: o primeiro relaciona-se ao grande dispêndio com a mão de obra necessária para a atividade em contrapartida da rentabilidade da mesma via integração; o segundo fator constitui-se pela sazonalidade do mercado de laticínios, o que torna a atividade suscetível às flutuações do mercado, visto que a integração produtiva, da forma como que é realizada pela integradora, não garante um preço mínimo pago ao produtor.

Observa-se, ainda, a realização das atividades de piscicultura, não integrada, prestação de serviços e a produção de bens de consumo, visando à diversificação produtiva.

Em relação ao total de pequenas propriedades da amostra (22 propriedades), 15 (quinze) destas não possuem atividades integradas à cooperativa C.Vale. Observou-se que, assim como nas propriedades integradas, nas não integradas a agricultura comercial é determinante para a formação da renda dessas unidades produtivas, sejam elas de pequeno ou médio porte.

A atividade leiteira, ao contrário do modo de produção integrada, agora é mais presente nas médias propriedades, tendência justificada pela falta de segurança em relação à rentabilidade da atividade no modelo integrado, de modo que, devido à maior capacidade de investimento das médias propriedades, a atividade torna-se mais rentável fora do processo de integração. Aliado a este fator, soma-se o menor controle fora da integração sobre as técnicas de manejo dos animais, infraestrutura produtiva, armazenamento da produção, estrutura de ordenha e diferenciação de produto⁵.

Em relação à produção de suínos, observou-se que, mesmo a cooperativa oportunizando a possibilidade de integração desta atividade, a mesma é realizada de forma autônoma pelas propriedades, sendo justificada pela dificuldade de adequação das estruturas produtivas já existentes ao padrão das instalações exigidas pela integradora, aliado à baixa remuneração paga no sistema de integração.

⁵ Na produção integrada, de acordo com os produtores, além dos testes de qualidade do produto (leite), é analisado o índice de gordura e outros fatores que determinam a classificação do mesmo quanto às normas estabelecidas pela empresa processadora, tendo em vista o segmento de mercado e para que fim o produto será direcionado, sendo o produtor penalizado no preço/litro caso este não atinja os níveis pré-estabelecidos.

Nas pequenas propriedades, a diversificação das atividades é limitada à mão de obra familiar disponível. Observou-se, ainda, que, além da atividade de produção de soja e milho, as pequenas propriedades realizam uma ou, no máximo, duas atividades complementares (criação de suínos, peixes, leite, ou bens de consumo/venda do excedente).

3.4 A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E A SUA INFLUÊNCIA NA RENDA DAS PROPRIEDADES

O processo de integração produtiva via cooperativismo objetiva proporcionar alternativas de diversificação e renda às propriedades rurais e, neste sentido, verificou-se a percepção dos associados em relação à cooperativa C.Vale e à agroindustrialização.

Observa-se pelas entrevistas que a melhora da rentabilidade das propriedades é mais perceptível pelo grupo de agricultores com propriedades de médio porte, sendo que, na pequena propriedade, o grupo se divide entre os que perceberam alguma melhoria nas atividades e na renda e os que não observaram nenhuma mudança nas suas unidades produtivas.

Corroborando com a análise de que a atividade integrada, de forma geral, torna-se mais rentável na média propriedade, pode-se citar que, em relação ao número de aviários presentes na amostra, aproximadamente 60% das granjas estão localizadas nas médias propriedades, visto que estas representam apenas 32% da amostra, gerando uma concentração de 2,55 aviários por propriedade. Nas pequenas propriedades esta concentração cai para 0,79 aviário por propriedade.

Evidenciou-se na pesquisa a falta de interesse da empresa integradora em relação à elaboração de um estudo de viabilidade econômica das atividades integradas, visando à obtenção de índices de escala mínima de produção, rentabilidade das atividades, capacidade de investimento das propriedades e demais informações básicas necessárias e imprescindíveis a qualquer interessado a ingressar em tais atividades produtivas.

Torna-se relevante ressaltar que os dados em relação à rentabilidade e influência do processo de integração consistem em informações fornecidas pelos associados, e que, durante a pesquisa, poucas foram as propriedades visitadas que possuíam algum *software* de gestão financeira e de produção, ou alguma forma similar de controle financeiro e/ou das atividades produtivas. Deste modo, reconhece-se, então, que os dados utilizados podem ser aproximados.

Ainda no que tange à renda, a agricultura comercial, até então, é a atividade que mais gera renda, sendo mais significativa nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* de soja, milho e trigo. Nas propriedades que realizam atividade de bovinocultura de leite paralela à agricultura, esta serve de complemento à atividade leiteira, visto que, no inverno, parte da cultura de milho é utilizada para produção de silagem, visando suprir a alimentação do rebanho.

Observa-se que, nas pequenas propriedades, a agricultura comercial representa menos da metade dos rendimentos da unidade produtiva, demonstrando, desta forma, uma maior diversificação das atividades e da formação da renda nesta classificação fundiária, como também os maiores custos operacionais da atividade agrícola na pequena propriedade se comparados aos da média propriedade, fenômeno este explicado pela relação inversa entre escala de produção e custos.

A avicultura de corte é a segunda maior formadora de renda das pequenas e médias propriedades. Em relação a este dado, é relevante analisarmos que, na pequena propriedade, devido à sua menor área de plantio, as atividades de produção de grãos têm suas margens prejudicadas, sendo a avicultura uma via alternativa.

Identificou-se na pesquisa a indignação dos pequenos produtores no que tange à inviabilidade da atividade avícola, visto que, segundo os mesmos, tal atividade não gera a remuneração necessária à quitação dos financiamentos adquiridos para a implantação das granjas. Ainda segundo os produtores, as pequenas propriedades que conseguem se inserir no contexto da avicultura de corte integrada, ainda que após a quitação do financiamento referente à implantação da atividade, têm a lucratividade elevada, se feita uma análise em longo prazo.

Os recursos previdenciários, a venda de mão de obra em períodos de safra e as atividades pluriativas desempenhadas somam 10,5% dos rendimentos das unidades produtivas.

O processo de modernização e tecnificação da agricultura transformaram drasticamente as técnicas de produção e o trabalho na lavoura. Vive-se no momento da agricultura tecnológica, com técnicas de precisão em adubação e correção do solo. Massificou-se o uso de sementes de alto valor agregado, necessitando técnicas de plantio que possam extrair ao máximo o seu potencial produtivo.

As aplicações de agrotóxicos obedecem a parâmetros ambientais, visando à preservação da fauna e flora, a tecnologia de aplicação influencia diretamente na qualidade da aplicação realizada, o que repercute diretamente em custos. Na colheita, a utilização de colhedoras automotrizes modernas proporciona o aproveitamento máximo da produção, sem desperdícios do produto acabado, e em tempo hábil, visando à garantia de qualidade do produto final.

Para tanto, são necessários investimentos em maquinários, o que inviabilizaria as pequenas unidades produtivas. Neste contexto é que surge o mercado de prestação de serviços agrícolas, via terceirização de processos produtivos, proporcionando aumento de renda às propriedades que possuem os maquinários e os utilizam para a prestação de serviços às unidades produtivas que terceirizam tais processos.

As pequenas propriedades buscam via terceirização de processos produtivos a inserção no mercado de produção de *commodities*. Neste contexto a terceirização surge como alternativa a dois fatores primordiais. O primeiro relaciona-se à inviabilidade de investimento da pequena propriedade na atividade agrícola. A produção de grãos, pós-modernização da agricultura, está ligada ao grande uso de máquinas de alto valor agregado que se viabilizam somente em grandes áreas de produção, sendo que a pequena propriedade ficaria totalmente alheia a este processo caso não terceirizasse, ainda que parcialmente, as suas atividades produtivas. Já o segundo fator centra-se na questão da mão de obra, já que os filhos dos pequenos produtores exercem as mais distintas ocupações, sendo que apenas 11% dos mesmos dedicam-se em tempo integral às atividades da propriedade, e, aliado a este dado, observou-se que 43% dos proprietários entrevistados possuem idade superior a 60 anos. Neste caso, a terceirização foi a alternativa encontrada pelos produtores para manterem ativa a atividade agrícola em suas propriedades.

Aproximadamente 71% das propriedades entrevistadas terceirizam, no mínimo, uma parte de seus processos produtivos, e em torno de 29% das propriedades não terceirizam nenhuma atividade. Torna-se relevante observar que a parcela da amostra que não terceiriza nenhum processo produtivo é está inserida nas médias propriedades que possuem todo o aparato tecnológico necessário à produção.

A terceirização é caracterizada pelos pequenos produtores como uma alternativa para a manutenção da atividade agrícola, uma vez que os permite ter acesso às novas tecnologias de produção sem investimento em compra de maquinários, mas a mesma acaba gerando custos adicionais à atividade no curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa fundamental do estudo centrou-se na análise da formação familiar, no comportamento associativo, na formação da renda e na configuração do espaço produtivo das unidades de produção associadas à cooperativa C.Vale de Palotina, Paraná.

As unidades produtivas entrevistadas formam-se, em sua maioria, de pequenas propriedades. Estes núcleos produtivos são constituídos predominantemente pelo agricultor proprietário residente na unidade produtiva, dispondo, basicamente, da mão de obra familiar para a realização das atividades na propriedade.

Nas pequenas propriedades, onde o núcleo familiar é formado somente pelo casal, o trabalho cotidiano é realizado pelos mesmos; já as atividades de produção ligadas à agricultura comercial (soja e milho) são realizadas, em sua maioria, via terceirização de produção.

A mão de obra familiar da pequena propriedade está direcionada, em grande parte, a setores não ligados à unidade produtiva, observando-se, ainda, o elevado índice de trabalho pluriativo das pequenas propriedades, sendo superior ao da amostra das médias propriedades.

A pluriatividade na agricultura familiar se apresenta como elemento de complementação da renda para essa categoria, visto que esta, somada ao recebimento de recursos previdenciários, representa mais de 10% das receitas obtidas pelos membros dos núcleos familiares, especialmente cônjuges e filhos, gerando a percepção da necessidade de complementação da renda obtida na agropecuária.

O setor rural atual é cenário da evasão do público jovem, especialmente aqueles que apresentam nível de escolaridade mais elevado, demonstrando que os jovens, candidatos a sucessores titulares das unidades produtivas, estão se afastando do espaço rural em troca da execução de atividades não agropecuárias no espaço urbano, tendência que é agravada pela incapacidade das instituições ligadas à categoria em proporcionar alternativas de renda e trabalho que visem a permanência do jovem no campo.

Em consonância a esta visão, de acordo com os entrevistados, a baixa remuneração proporcionada pelas pequenas propriedades nos dias atuais é o principal motivador à evasão do público jovem. As pequenas unidades produtivas não dispõem dos recursos necessários ao investimento na diversificação de atividades, ou aumento da produtividade das atividades já realizadas na propriedade, mesmo que via integração de produção, o que, segundo a pesquisa de campo, não é garantia de aumento de renda, dado o volume de investimentos necessários, a necessidade de escala de produção e mão de obra.

A incapacidade de adaptação e/ou inserção aos novos mercados e arranjos produtivos está diretamente relacionada à falta de incentivo da entidade cooperativa em relação ao fomento das atividades da pequena propriedade. Ainda caracterizou-se na pesquisa um nivelamento de objetivos e gestão da empresa cooperativa com as de mercado, sendo este mais um fator motivador da não adesão a associação dos produtores mais jovens à cooperativa, e do não investimento por parte dos produtores em atividades como a avicultura e suinocultura, uma vez que não há nenhuma garantia de lucratividade de tais atividades.

Em relação às atividades produtivas internas às propriedades, pode-se analisar que as atividades pecuárias representam menor expressão em valor agregado à renda total se comparada às agrícolas. Estas atividades fazem parte do conjunto de diversificação da unidade familiar e demandam mão de obra mais intensa e frequente. Diante deste cenário, as atividades agrícolas representadas pela produção de grãos, especialmente as culturas de soja e milho, aparecem como sendo as principais atividades das propriedades, estando a produção destas culturas intimamente relacionadas à conjuntura do mercado nacional e internacional.

Estas atividades produtivas, aliadas à integração agroindustrial, com marcante presença dos complexos agroindustriais da avicultura de corte, são as responsáveis, em grande medida, pela vulnerabilidade da produção e da renda das pequenas propriedades.

A atividade avícola é realizada apenas em 44% das pequenas propriedades, perante o seguinte cenário: em 17% delas a atividade avícola foi implantada em substituição a outras atividades, como, por exemplo, agricultura e pecuária, sendo que os valores referentes à venda dos bens e insumos das atividades anteriores foram reinvestidos na nova atividade. As demais pequenas propriedades (27%) que trabalham com avicultura integrada têm esta atividade como complementar às já realizadas em suas unidades produtivas.

Neste contexto, é possível afirmar que a atividade integrada de avicultura se contextualiza como forma alternativa de renda em apenas 27% das pequenas propriedades. A atividade avícola é caracterizada como a agricultura comercial pela necessidade de produção em escala e grande necessidade de capital para investimento. A pesquisa de campo assinalou a grande concentração da atividade avícola em propriedades com área superior a 30 alqueires, caracterizando, assim, a dificuldade de inserção da pequena propriedade neste ramo produtivo.

A agricultura comercial, ainda que vulnerável ao mercado e ao clima, é a atividade que mais gera renda, tanto nas pequenas quanto nas médias propriedades. As principais culturas desenvolvidas nesta atividade são os grãos, especialmente as *commodities* soja, milho e trigo.

A prestação de serviços tornou-se uma atividade complementar para a renda das unidades agropecuárias que investiram nesta atividade, sendo, pois, importante para a manutenção da rentabilidade e competitividade das mesmas.

Neste contexto, ressalta-se, ainda, que as alternativas criadas pelos produtores e a combinação de atividades na propriedade e extrapropriedade não têm sido suficiente para a manutenção dos descendentes nos núcleos da agricultura familiar. Observa-se claramente nas pequenas propriedades o processo de esvaziamento do campo pela parcela da população mais jovem, a qual não tem encontrado condições suficientes para se inserir na lógica da produção familiar, de modo que a mesma possa lhe oferecer sustentabilidade econômica.

O setor rural atual não pode mais ser compreendido somente a partir dos mecanismos internos da atividade agrícola, como a partir da propriedade da terra, das técnicas de produção, da segmentação de mercado e do posicionamento do produtor em relação a elas. As políticas públicas direcionadas ao setor, por intermédio de seus órgãos de classe, como cooperativas e sindicatos, não se configuram visando à manutenção da produção e o incentivo às novas possibilidades de renda para as propriedades, visto que estas estão atreladas a subordinação da agricultura à mercantilização de sua produção e, quiçá, de sua propriedade.

Percebe-se, assim, a dificuldade que o agricultor familiar de Palotina, bem como seus representantes sindicalistas e cooperativistas, têm em vislumbrar, para além da proposta do grande comércio, uma nova forma de estruturar ou reestruturar a unidade produtiva a partir de novos conceitos de produção.

Já com relação ao futuro do rural, torna-se evidente a necessidade da agricultura familiar reestruturar-se ao tempo e espaço das novas formas de produção. Para tanto, se faz necessário que as políticas públicas, assim como as cooperativas e sindicatos, assumam o papel de articuladores desse processo.

Por fim, embora as perspectivas aqui apontadas abram um leque para trabalhos futuros, os apontamentos aqui expostos não devem ser generalizados para outras localidades, tratando-se especificamente do caso em questão.

REFERÊNCIAS

BATALHA, M. O; FILHO, M. S. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Paulo: EdUFScar, 2005.

CVALE/ASSESSORIA DE IMPRENSA. **Produtos e Serviços Cvale**. Disponível em: <<http://www.cvale.com.br/armazenagem.html>>. Acesso em: 05 julh. 2014.

FURTADO, R. **Agribusiness brasileiro: a história**. São Paulo: Evoluir, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Informações sobre os municípios do Brasil. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=411790&search=parana|palotina|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Caderno Estatístico Município de Palotina. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=8595_0&btOk=ok>. Acesso 15 dez. 2013.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1995. 296 p.

LOURENÇO, G. M. Agronegócio no Paraná: oportunidades e ameaças. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F.(Orgs.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). *Exportações de Cooperativas e do Agronegócio 2013*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 15 julh. 2014.

NETO, S. B. Um ensaio sobre a análise de desempenho em cooperativas agropecuárias. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade,VII, 2007, FEA-USP. **Anais...** São Paulo, 2007.

NETO, S. B; PINTO, A. K. Evolução do Agronegócio e do Cooperativismo Agropecuário brasileiro: uma análise comparativa de desempenho e impacto econômico. **VII Encuentro de Investigadores Latino-americanos de La Alianza Cooperativa Internacional**. Chile, 2012.

NYCHAI, L. **Caracterização do modelo de agroindustrialização de pequeno porte voltado à propriedade rural familiar do município de Guarapuava – PR**. 2005. 134 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). Cooperativismo/ agropecuário. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/agropecuario_contexto.asp> Acesso em: 05 out. 2013.

_____. Panorama do Cooperativismo Brasileiro – Ano 2011. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, E. E. R. B. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas**. 1999. 226 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**. Porto Alegre: UFRGS. 1999. 193p.

_____. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. Disponível em: <<http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

ZILLI, J. B. **Os fatores determinantes para a eficiência econômica dos produtores de frango de corte: uma análise estocástica**. 2003. 147 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

ESTUDO DE FENÔMENOS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DAS TEORIAS DA PRÁTICA A PARTIR DOS APONTAMENTOS DE SILVIA GHERARDI

Fabiana Regina Veloso Bíscoli¹

Roberto Bíscoli²

Resumo: Os Estudos Baseados em Prática (EBP) oferecem uma perspectiva desafiadora para o entendimento dos fenômenos sociais. Silvia Gherardi (2000; 2001; 2009a; 2009b; 2011; 2012; 2014) representa uma relevante contribuição nos estudos sociais, especialmente aqueles dedicados aos estudos organizacionais, desenvolvendo argumentos para uma epistemologia da prática, colocando a prática como unidade central da análise dos fenômenos sociais. O objetivo deste ensaio teórico é apresentar a abordagem da prática em Gherardi, a partir do estudo da prática situada, mediada pelas dimensões histórica, cultural, discursiva e estética. Nesta perspectiva, compreende-se uma realidade complexa que revela uma ordem social que acontece no fazer cotidiano das práticas. Esta organização em torno da prática tanto é constituída por sujeitos quanto os constitui, num processo de negociação, imerso num contexto de relações entre humanos e não humanos, legitimando normas, regras, valores, discursos, desejos e ações que são materializados em artefatos simbólicos e objetos. Deste modo, Gherardi demonstra que a prática, como um fazer social, coletivo, cotidiano, revela o conhecimento socialmente construído, e permite estudar os fenômenos sociais nas suas condições de produção, manutenção e transformação.

Palavras-chave: Prática; Epistemologia; Prática situada.

Abstract: Practice-based Studies (PBS) offer a challenging perspective for the understanding of social phenomena. Silvia Gherardi represents an important contribution to social studies, especially those devoted to organizational ones, developing arguments for an epistemology of practice, putting the practice as the central unit of the analysis of social phenomena. This theoretical essay aims at presenting the approach to practice in Gherardi, from the situated practice study, mediated by historical, cultural, discursive and aesthetic dimensions. In this perspective, there is a complex reality that reveals a social order that happens in daily practice tasks. This organization around the practice both constitutes the subjects and is constituted of them, in a negotiation process, immersed in a context of relations between humans and non-human, legitimizing norms, rules, values, discourses, desires and actions, which are materialized in symbolic artifacts and objects. Thus, Gherardi demonstrates that the practice, as a social, collective and daily task reveals a socially constructed knowledge, and allows to study social phenomena in their production, maintenance and transformation conditions.

Keywords: Practice; Epistemology; Located practice.

¹ Doutoranda no curso de Administração da Universidade Positivo de Curitiba. Endereço eletrônico: fbiscoli@yahoo.com.br

² Professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Câmpus de Toledo; Mestre em Ciências Sociais. Endereço eletrônico: biscoli@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Silvia Gherardi é uma autora italiana que tem se dedicado à sociologia das organizações e à sociologia do trabalho na Universidade de Trento. É uma das fundadoras e responsável pela unidade de pesquisa da *Research Unit on Communication, Organizational Learning and Aesthetics (RUCOLA)*, que abarca como objeto central a aprendizagem e o conhecimento pela perspectiva da prática. Neste grupo foi criada corrente de estudos intitulada Estudos Baseados em Prática (EBP) (*Practice Based Studies (PBS)*), no campo dos estudos organizacionais, o qual passou a compor um crescente número de publicações internacionais.

A fonte de estudos que a autora utiliza para sua abordagem traz contribuições das teorias da ação, que indicam uma intencionalidade dos atores, da qual deriva uma ação significativa na tradição de Weber e Parsons; e também das teorias da prática, as quais entendem a prática como fonte de padrões significativos, como a conduta promulgada, realizada ou produzida, na tradição de Schutz, Dewey, Mead, Garfinkel e Giddens (GHERARDI, 2009a; 2009b; 2011).

Na base explicativa de uma epistemologia da prática, Silvia Gherardi quer explicar que a prática gera conhecimento, ou seja, ela é a unidade central de análise de fenômenos sociais. O conhecimento, neste caso, não é algo reificado, que está lá fora pronto para ser descoberto, mas o conhecimento se faz no exercício da prática, na interação entre sujeito e objeto. E ainda, este fazer prático está fortemente mediado por fatores históricos, sociais, culturais e estéticos, portanto, esta prática se constrói no nível intersubjetivo, embora possa ser reconhecido e reconhecível. (GHERARDI, 2009a).

A abordagem da prática representa uma contribuição com ponto de vista que foge do *mainstream*, oferecendo uma visão ontológica, epistemológica e metodológica alternativa para o campo da administração. Silvia Gherardi aponta para uma ontologia relacional, em que a realidade é contextual, é construída num contexto de relações que se dão entre sujeitos e entre sujeitos e objetos, rompendo dicotomias como mente-objeto, estrutura-ação, teoria-prática. Aliado a esta perspectiva, a epistemologia da prática coloca na realização prática o *locus* onde o conhecimento é gerado, socializado, mantido e transformado (GHERARDI, 2012). Coerente com esta perspectiva, para acessar o conhecimento prático está uma abordagem metodológica que se firma na análise histórica, situada no contexto social, cultural, político e econômico, mas um contexto concreto, situado no tempo e no espaço, materializado em discursos, artefatos, símbolos e objetos. Assim a análise da prática contribui para o entendimento da experiência situada, num fazer cotidiano, de práticas sociais. (SCHATZKI; KNORR-CETINA; VON SAVIGNY, 2005; NICOLINI, 2013; GHERARDI, 2012; GHERARDI; STRATI, 2014). Neste artigo pretende-se explorar e descrever a proposta de Estudos Baseados em Prática, de modo que contribua para estudos organizacionais.

1 BASE EPISTEMOLÓGICA PARA O ENTENDIMENTO DA PRÁTICA EM SILVIA GHERARDI

A autora apresenta a prática como epistemologia, posto que “se preocupa com as condições para a validade do conhecimento (lógica da verificação) ou, como no pragmatismo, com as condições para a produção do conhecimento (lógica da descoberta)” (GHERARDI, 2011, p. 51). Embora a autora reconheça os limites da proposta quando afirma que o “que ainda está além do seu alcance é o estudo das condições epistemológicas para a circulação do conhecimento, ou, em outras palavras, como o conhecimento se transforma através de seu uso, o que eu chamo de uma ‘lógica de transformação’” (op. cit.).

A autora constrói argumentos que levam a compreender que esta lógica da transformação designa uma epistemologia relacional entre o conhecer e o praticar, afastando, assim, o privilégio da ação como produto de atores em um determinado contexto e coloca-o como base para qualquer tipo de conhecimento.

Para chegar a esta suposição Gherardi (2011) apresenta a distinção entre teoria da ação e teoria da prática, mostrando que a intencionalidade dos atores gera uma ação significativa, localizando as

fontes dos padrões significativos como conduta promulgada, executada e produzida no contexto social. “Assim, as teorias da prática assumem um modelo ecológico em que a agência é distribuída entre os seres humanos e não-humanos e em que a relacionalidade entre o mundo social e a materialidade pode ser submetida a inquérito” (GHERARDI, 2011, p. 51). Com isso, a autora explica que as teorias da ação conduzem ao entendimento da intencionalidade da ação e a teoria da prática busca mostrar o movimento da ação localizada num espaço e num tempo, no acontecer, ou no acontecendo, enquanto executada por uma rede de conexões, como na fenomenologia.

Para entender a conversão entre as propostas de Gherardi e a fenomenologia, cabe destacar que a fenomenologia aceita a existência dos fenômenos como dados no mundo, mas não aceita a ideia de que estes fenômenos representam, por si só, toda a universalidade do conhecimento. O conhecimento, segundo Husserl (1990), deve partir da consciência do sujeito que passa a refletir sobre os fenômenos. Na fenomenologia o conhecimento deve ir além de descrever múltiplas formas de espécies, formas e fenômenos, o conhecimento deve ser representado pelas relações de suas essências. Já como ciência, o que diferencia a fenomenologia das demais é a sua inquisição apriorística, ou seja, o que deve nortear qualquer acesso ao conhecimento é, antes de tudo, o questionamento, a reflexão que leva o pesquisador ao ver científico; portanto, não está nas ideias nem nas experiências, embora as vivências e os fenômenos existam eles servem de base para o sujeito ver, mas o simples ver não corresponde também ao conhecimento. O questionamento sim é apriorístico, e leva ao entendimento do que se vê.

A ideia fenomenológica de valorizar o movimento de tomar consciência sobre o que se vê, parece ser a relação com a prática proposta por Gherardi (2011). Na fenomenologia de Husserl (1990) a essência da redução fenomenológica será encontrada pela análise das correlações, das conexões entre essências, pela correlação que o pesquisador deverá questionar, refletir e instigar, intencional. A fenomenologia entende que todo indivíduo nasce num mundo dado, repleto de fenômenos, que são a ele acessados por meio de vivências. Essas vivências são elementos que constituem os fenômenos, são também relações entre sujeitos. Estas relações entre sujeitos marcam, constroem e reconstroem os fenômenos. Deste modo, os fenômenos são significados culturalmente de modo intersubjetivo. Mas as experiências individuais também interferem na atribuição de sentido, pois cada sujeito no seu eu, no seu consciente, faz a sua interpretação do que está intersubjetivamente significado. Então, compreender qualquer fenômeno por meio do entendimento de suas essências, que são reflexo de uma construção intersubjetiva, pode ser investigado pela análise do individual.

Em seu artigo intitulado “Introduction: the critical power of the ‘practice lens’”, Gherardi (2009a) destaca a ideia de que prática é um termo que autores têm utilizado para se referir a fenômenos fundamentais da sociedade. Gherardi apresenta Bourdieu (1972), mostrando que o ponto de vista do ator depende do lugar que ele ocupa no espaço social, e ainda na relação entre o conceito de campo e *habitus*, no sentido de que eles funcionam completamente apenas em relação ao outro. Giddens (1989) é citado na sua análise porque discute o modo como as estruturas mais profundas organizam as práticas sociais, buscando conhecer as estruturas no sentido em que elas determinam as relações internas a um segmento social, ao tempo em que são determinadas por estas relações num movimento de recursividade. Lyotard (1979) representa outra base que contribui para o entendimento da prática como epistemologia desta autora, quando desenvolve a ideia dos movimentos discursivos ou jogos de linguagem. Assim também Foucault (1980), com abordagens sobre as genealogias de práticas, entendendo os saberes ou as práticas como resultado de relações de poder, de uma estrutura maior que envolve o sujeito em prática; Taylor (1995), que afirma que o mundo já traz significados com os quais o sujeito entra em contato no seu cotidiano e é chamado a articular o senso moral sobre tais significados; e Garfinkel (1967), que apresenta a tendência reflexiva da interação social que prevê a constituição do sujeito através das práticas e representações.

Ao analisar mais detalhadamente as ideias anteriores, a partir da contribuição de várias teorias, uma prática pode ser estudada em relação à sua recursividade, hábitos socialmente sustentados, ao conhecimento implícito em um domínio de ação, aos valores que dão a responsabilidade social para a ação, e as formas comuns de realizar qualquer prática. Nesta conexão de abordagens sobre a prática, Gherardi (2009a) esclarece:

Dentro de um modelo ecológico, a prática pode ser descrita e analisada como uma textura de conexões em ação (GHERARDI, 2006), delineando um terceiro nível de análise, para além das práticas 'de fora' e 'de dentro', um nível que envolve a análise de práticas em termos de suas consequências intencionais e não intencionais, como e quando elas estão sendo praticadas. Por isso, a prática é vista como o efeito de uma malha de confraternização de interconexões em ação, ou como um 'fazer' da sociedade. [...] Este é o nível da reflexividade e reprodução da sociedade das práticas. (GHERARDI, 2009a, p. 116).

Um aspecto relevante na proposta de colocar a centralidade das práticas é um pressuposto que está presente em outras teorias mencionadas anteriormente, em que a reflexividade permite a constituição do contexto da prática, tanto quanto permite a reprodução social das práticas. O contexto situado das práticas é um aspecto-chave para conceber a epistemologia da prática, pois, para tornar as práticas o *locus* da realização social, o lugar onde os fenômenos sociais acontecem, é preciso perceber como ele é constituído. Ao lado desta concepção sobre contexto, é importante perceber que Gherardi reforça a ideia de que a prática é uma realização social que gera conhecimento, e este conhecimento é construído intersubjetivamente, trazendo a ideia de múltiplos atores que negociam todos os aspectos dentro de uma coletividade. E esse processo é o que possibilita a produção, reprodução e transformação da prática.

Novamente, percebe-se nas citações de Gherardi (2009a; 2011) que ela usa a concepção fenomenológica de construção do conhecimento. Assim, a autora passa a apresentar uma base de entendimento da realidade, citando a recursividade, também mencionada nas bases explicativas da teoria de estruturação de Giddens (1989). Mas aqui Gherardi adiciona outra explicação, e coloca a recursividade como algo que remete à ideia marxista de materialismo histórico dialético. Gherardi (2000) destaca a visão marxista do termo, a qual se dirige à prática como sendo tanto a nossa produção do mundo como o resultado deste processo. Assim, está presente a *episteme* do pensamento “relacional em que a prática é o *locus* para a produção e reprodução das relações sociais” (GHERARDI, 2011, p. 51).

Para melhor compreender esta base dialética, pode-se citar Marx e Engels (1998) os quais abordam a dialética como única possibilidade de conhecimento. Para estes autores, o conhecimento só é possível a partir do que está materializado, objetivado, do que existe no mundo material, negando, portanto, a existência das ideias. Os autores evidenciam a contradição existente na realidade, no mundo real, mas a contradição supera-se na síntese que é a verdade dos momentos superados. Assim, abre-se um espaço para a compreensão das contradições, e, neste espaço de contradições é possível perceber os momentos de reflexão e ação do sujeito. Por isso, o sujeito está imerso numa relação recursiva em que é envolto por influências do mundo real no qual se insere, mas também tem potencial de influência sobre este mundo material, quando reflete sobre ele.

Ao aprofundar argumentos sobre a base relacional da prática como epistemologia, Gherardi (2011) afirma que

a principal característica da prática como epistemologia relacional é o seu foco sobre a emergência das relações através da interação contínua e sua estabilização normativa. Não é só o sujeito e o objeto que definem um ao outro dentro de um contexto de interação, mas a relação entre o material e o discursivo surge como um único fenômeno no qual a materialidade é social. (GHERARDI, 2011, p. 52).

Gherardi (2009a; 2011) destaca que, nesta perspectiva, o sujeito é sempre o produto de condições históricas específicas, resultantes da prática anterior e transformado em prática atual. Em alguns dos seus trabalhos, e também em trabalhos de outros teóricos da prática, especialmente Schatzki (2012), Gherardi destaca ainda a filosofia de Heidegger sobre “ser e tempo”, segundo a qual o passado, o presente e o futuro estão sempre juntos na realização prática, de modo que o contexto de constituição da prática faz transparecer a sua dimensão histórica e também reflexiva, contexto que permite a manutenção da prática pelos mecanismos de legitimação, normatização e perpetuação do seu

contexto de realização social, assim como permite a transformação dela num contexto relacional, em que diversos atores se conectam numa realização coletiva e, ali, na realização cotidiana.

A autora resgata novamente a recursividade das práticas (GIDDENS, 1984) como o elemento que permite que ambos os profissionais e pesquisadores reconheçam a prática como prática, isto é, uma maneira de fazer sustentado por cânones de boas práticas (a prestação de contas normativa) e prática bonita (uma responsabilidade estética – conceito filosófico). Portanto, a prática se torna tal quando é socialmente reconhecida como um sistema institucionalizado do fazer, significado intersubjetivamente por causa do conjunto de relações ativadas para produzir essa prática e para sustentar a sua legitimidade e valor. Neste caso, o conhecimento sobre a prática é anterior ao praticante que irá colocá-lo em prática, isto é, executá-lo como atividade situada em conformidade com a lógica do contexto.

Em outras palavras, é no contexto historicamente situado de uma prática que o sujeito cognoscente, o objeto do conhecimento, e a sociomaterialidade estão envolvidos nos processos de ‘tornar-se’ através do qual suas identidades são materialmente negociadas e (re)confirmadas (CHIA, 2003 apud GHERARDI, 2011, p. 52).

Outro aspecto a ser destacado é a materialidade na compreensão da prática como epistemologia. Silvia Gherardi afirma que a prática torna-se prática quando é recorrente e funde-se em hábitos que devem ser negociados e reconfirmados constantemente; assim, as principais percepções ou especificidades da atividade tornam-se conhecidas da prática, tornaram-se familiares ao praticante pela repetição da prática: “eles tem sido equipados, de modo a provocar a sua utilização habitual. É agora que os artefatos, ferramentas, objetos e tecnologias entram em jogo, e, portanto, a relação com a materialidade” (GHERARDI, 2011, p. 55).

Desta explicação pode-se extrair dois aspectos fundamentais para a compreensão da epistemologia da prática: a repetição e a materialidade. Na repetição, a função de certas operações práticas é ajudar a não esquecer. Através da materialização a prática e todo o conhecimento gerado por ela manifestam-se sinalizando artefatos e tecnologias que simbolizam e concretizam a organização da prática, revelando e reforçando as regras, os símbolos, as relações, o contexto, o conteúdo da prática. Assim, ajudam também a lembrar o que vem depois desta atividade praticada pelo sujeito, ou seja, ajudam a perpetuar a prática, uma vez que transmitem uma “sensação de como os seres humanos e artefatos se entrelaçam para o desempenho fluido de uma prática”.

Para este entrelaçamento, Gherardi (2011) conclui que a

dinâmica de sintetizar representa a estabilização de uma prática – isto é, age sobre as circunstâncias na expectativa de que elas voltarão a ocorrer e, portanto, formam um conhecimento histórico e cultural que apoia a prática – se baseia tanto em elementos sociais como os materiais. Estabilização na materialidade ocorre através de ancoragens em práticas discursivas e tecnológicas, nos artefatos da prática, mas estes não são desconectados do processo cultural em que uma prática institucionalizada atribui valores éticos e estéticos para os modos de fazer e estabiliza-os como um sistema normativo (criando novos artefatos de prática tais como códigos, normas, sistemas de auditoria, regras). Finalmente, a prática é mais estabilizada por ser incorporada em uma textura de prática que a ação se conecta e se lembra. (GHERARDI, 2011, p. 56).

Como conclusão, a autora considera a prática como “um fenômeno emergente do emaranhado do saber e fazer [...] a epistemologia da prática permite a exploração adequada de conhecimento sensível e tácito promulgado em prática, juntamente com o corpo como uma fonte ativa de conhecimento, assim como a materialidade e as relações sociomateriais” (GHERARDI, 2011, p. 60).

Para resumir, a epistemologia da prática, da forma como Silvia Gherardi apresenta, consiste, pois, na prática como o *locus* onde os fenômenos sociais podem ser estudados e compreendidos. Este acesso se dá pelo entendimento da ordem social que se constitui nas práticas cotidianas. Estas práticas geram um conhecimento que revela aspectos abstratos dos fenômenos sociais. E o conhecimento é construído na coletividade, nas relações entre humanos e não humanos (objetos), considerando as dimensões históricas e culturais, mas também trazendo o sujeito que participa com engajamento e

responsabilidade na prática. Assim, evidencia-se uma ontologia relacional ou contextual (contexto de relações).

Alguns dos elementos que podem ser utilizados no estudo das práticas e dos fenômenos sociais serão explorados na próxima seção.

2 DESVELANDO O CONCEITO DE PRÁTICA EM GHERARDI

Gherardi é uma pesquisadora que tem se dedicado ao estudo das práticas de trabalho e aos fenômenos sociais. Ela tece em suas obras muitos aspectos que fazem parte do seu entendimento sobre compreender o mundo organizacional a partir do estudo baseado em prática (EBP). Após contato com as bases epistemológicas do seu conceito, apresentam-se brevemente as temáticas que circulam por entre as linhas do conceito.

Uma crítica positiva aos seus estudos apresenta esta perspectiva como mais ampla, menos reducionista, rompendo com a tradição dos estudos organizacionais. Geiger (2009) aponta a necessidade de resgatar o caráter coletivo, historicamente contingente, institucionalizado e normativo, tal como a visão desenvolvida por Gherardi (2006), quando a autora descreve que as organizações apresentam-se como surgimento histórico, socialmente construídas e interligadas por práticas. Aqui evidenciam-se os aspectos históricos e sociais como mediadores do conceito de prática. Ao lado destes, a atividade situada no contexto organizacional e os aspectos estéticos representam mais dois mediadores para o entendimento da prática, os quais serão revelados ao longo deste ensaio.

Consideram-se relevantes porque os elementos mediadores da prática não podem ser apreendidos isoladamente; pelo contrário, devem ser analisados numa perspectiva que rompe dicotomias sujeito/objeto, estrutura/ação, e assim por diante.

Gherardi (2000, p. 220) apresenta a prática como um “sistema de atividades [...], constituídas por incoerências, inconsistências, paradoxos e tensões”. Assim “a mente, a cultura e a sociedade são constantemente reproduzidas em sistemas de atividades”, que podem, portanto, ser descritos de várias formas: prática-como-trabalho (no que diz respeito à ação de um determinado processo de trabalho), prática como língua (no que diz respeito à linguagem profissional e interação dentro de um determinado processo de trabalho), prática-como-moral (no que diz respeito à política e ao poder dos diferentes grupos ou classes sociais envolvidos em um dado processo de trabalho). Percebe-se, novamente, a ligação estreita na mediação do social, do histórico e do político, representando a estrutura social como mediação importante no entendimento da prática.

Neste sentido, o sujeito, no seu praticar, significa a sua prática com base em aspectos pré-existentes, mas também com base nas relações que estabelece ao desenvolver esta atividade, e ainda, põe em jogo os sentidos estéticos. Gherardi (2011, p. 53) considera que “a capacidade de ver um evento significativo é o efeito de uma atividade socialmente situada realizada através de práticas discursivas que empregam vocabulários profissionais específicas”. Para ela, a dimensão discursiva, assim como a materialidade, torna visíveis aspectos abstratos dos fenômenos sociais na prática. Estas são as duas categorias analíticas mais importantes para a apreensão do conhecimento gerado na prática e para a compreensão sobre o modo de organização que acontece na prática.

Sobre este aspecto a autora se reporta à ideia do jogo linguístico de Wittgenstein (1953), o qual traz a língua não como um fato social privado, mas os termos linguísticos surgem dentro de uma prática social de construção de sentido. Deste modo, continua a autora, participação de uma prática implica tomar parte em um jogo de linguagem profissional, dominando as regras e sendo capaz de usá-las. Ter um conceito significa que a pessoa aprendeu a obedecer às regras dentro de uma determinada prática. Atos de fala, como unidade de linguagem e de ação, são, portanto, parte de uma determinada prática, ao invés de descrições dessa prática.

É neste sentido que a linguagem não é apenas a expressão das relações sociais, mas também o meio para a sua criação; por isso, Silvia Gherardi (2009a; 2009b; 2011; 2012) utiliza a expressão práticas discursivas. Gherardi e Strati (2014) ampliam a perspectiva das práticas discursivas nesta abordagem quando mostram que o sujeito precisa posicionar-se dentro de um contexto, dentro de um discurso,

dentro de uma prática. Este posicionamento, mesmo quando mais ou menos consciente, torna a participação do sujeito reflexiva, o que possibilita a estruturação, a organização da prática. Quando o sujeito segue uma regra cegamente, sem pensar, sem raciocinar sobre ela, ou quando ele decide não segui-la, ele precisa conhecer as regras do jogo. Para seguir cegamente ele reproduz a regra já constituída; para contestá-la, quebrá-la ou modificá-la ele precisa conhecê-la e tomar posição neste jogo.

Outro aspecto, de certo modo interligado ao posicionamento, remete à ideia de apego e participação engajada na prática. Quando se posiciona o sujeito age com responsabilidade pelo processo da prática, seja para mantê-la seja para modificá-la. Este apego traz, ainda, outro elemento, o qual deve ser analisado para explicar a organização social na prática, e que está representado no “tomar gosto” pela prática. A autora relaciona este aspecto ao lado estético, ético, e emotivo da construção social. E, com isso, ela pretende

[...] ilustrar como o apego apaixonado de uma comunidade de praticantes para o objeto de sua prática torna-se a base do gosto de decisão, ou seja, uma conquista coletiva que permite praticantes avaliarem as várias performances de suas práticas de trabalho que, em sendo avaliada e contestada, são constantemente aperfeiçoados. (GHERARDI, 2009b, p. 536).

A autora esclarece que, mesmo esta característica que, aparentemente, é tão subjetiva, o tomar gosto é uma capacidade que pode ser aprendida, é um “efeito de uma prática social e um processo coletivo de aprendizagem e transmissão de conhecimento” (GHERARDI, 2011, p. 54). Esta referência social que o sujeito tem quando atribui sentido ou quando toma o sabor ou o gosto pela prática serve, segundo a autora, “por um lado, para enfatizar como um certo modo de praticar é sustentado por critérios estéticos (e éticos) intrínsecos e formulados durante a seu desempenho, e, por outro lado, como práticas discursivas situadas são intrinsecamente reflexivas, isto é, proporciona a sua própria responsabilidade” (GHERARDI, 2011, p. 55).

Novamente, a discussão está contextualizada no aprender, no significar e no compartilhar com outras instituições já formadas em torno de determinada prática. Assim, retoma-se a recursividade analítica na articulação dos elementos mediadores já tratados por Gherardi, como os aspectos estruturais, sociais, culturais e políticos, e também os aspectos discursivos, “conversando” com os aspectos estéticos, emotivos e éticos.

O tomar gosto parte da ideia sociológica do apego à prática, o envolvimento emocional do praticante à prática, dentro do seu contexto profissional, levando-o a uma relação prazerosa ou dolorosa, a qual é resultado de uma elaboração e compartilhamento coletivo.

O apego é não só a relação com o objeto da prática e dos sentimentos associados; é, também, a formação coletiva de gosto no momento em que os juízos estéticos de apoio à prática são formados. Gosto pode, portanto, ser concebido em termos de sabor de decisão, ou seja, uma atividade situada que repousa sobre a aprendizagem e saber como avaliar desempenhos específicos de uma prática. Apego é socialmente apoiado pelas respectivas das comunidades, que desenvolveram vocabulários e critérios específicos de gosto para se comunicar, compartilhar e refinar as maneiras em que tais práticas são decretadas (GHERARDI, 2009b, p. 538).

Esta perspectiva leva o pesquisador a compreender as práticas de trabalho observadas “de dentro”, pois o que é de interesse para o pesquisador é o apaixonado apego intelectual, ético e estético que une temas a objetos, as tecnologias, os locais de práticas e outros profissionais. Gherardi destaca, ainda, que o pesquisador deve prestar atenção no olhar do praticante, ou de uma comunidade de praticantes, pois ele poderá demonstrar como a implantação de práticas discursivas é usada para expressar juízos estéticos, já que gosto é aprendido e ensinado como parte do “como se tornar um profissional”, e é realizada como processo coletivo, ou seja, uma atividade situada, tomando gosto, dentro de uma prática. “Por outras palavras, as práticas são significativas para os profissionais, que podem ser objetos de amor ou ódio, e que sem dúvida constitui relações envolvendo-se emocionalmente” (GHERARDI, 2011, p. 57).

Gherardi (2000) acrescenta, ainda, o conhecimento adquirido ao longo da experiência anterior do praticante, o conhecimento transmitido através dos sentidos, aquele que recorre a situações

anteriores e a um refinamento das sensibilidades em relação a essas situações. Com isso, a autora reforça a ideia da experiência, e que a prática reflete o aprendizado da lógica dessa prática, “o que Bourdieu chama de *sens pratique*, em oposição à lógica do discurso. Ao contrário da lógica do discurso, que funciona, tornando o trabalho do pensamento explícito de uma série linear de sinais, senso prático é pré-reflexivo” (GHERARDI, 2000, p. 216). A autora continua em suas colocações, trazendo Bourdieu no seu conceito de *habitus* (GHERARDI, 2011, p. 46) para mostrar que a prática pressupõe uma lógica que atribui o sentido de ordem e continuidade de uma organização, o que mantém o conhecimento prático dentro do *habitus*. E, assim, este conhecimento é resultado da história de práticas individuais e coletivas anteriores, produz “âncoras” históricas e garante a correção das práticas e sua constância ao longo do tempo de forma mais confiável do que as regras formais e explícitas. Ao mesmo tempo, a replicação da lógica da prática contribui para a sua transformação, simplesmente fazendo-a (ou tornando-a) explícita.

Estas contribuições trazem outros elementos importantes no conceito de prática de Gherardi, a saber, a espacialidade e facticidade, ambos inseridos novamente na mediação histórico-cultural-social. Segundo Gherardi (2011), cada prática está também interconectada a outras práticas, em uma textura, ou uma rede integrada. Portanto, a prática não se restringe às fronteiras da organização nem às fronteiras entre os diferentes profissionais. Aprender por meio da participação em uma prática permite entender que a prática cotidiana, o aprendizado, ocorre no fluxo da experiência, com ou sem consciência disso e, assim, pode-se dizer que “a prática é tanto nossa produção no mundo como resultado deste processo. É sempre produto de condições históricas específicas, resultantes da prática anterior e transformada em prática atual” (GHERARDI, 2000, p. 214).

O conhecimento, os sujeitos e os objetos do conhecimento podem ser entendidos como sendo produzidos em conjunto dentro de uma prática situada. O valor heurístico do conceito de prática reside na possibilidade de articular espacialidade e facticidade. (GHERARDI, 2001).

Com isso, a autora apresenta os “dois artefatos linguísticos” presentes no estudo de prática: conhecimento situado (espacialidade) e aprendizagem social (facticidade). O conhecimento situado refere-se àquele conhecimento construído na situação da prática, do fazer, permeado das relações que geram os significados aos praticantes. E a aprendizagem social corresponde ao aprendizado que é produto deste “situar” coletivamente, que recebe influências do coletivo e, ao mesmo tempo, recebe a significação resultante da reflexão do indivíduo no seu fazer. Portanto, saber e fazer estão juntos no entendimento de prática, não podem estar desconectados. Ou seja, a aprendizagem não pode ser entendida no campo individual, grupal e organizacional de forma distinta, mas como um único processo em que todos estão articulados simultaneamente (GHERARDI, 2006).

Nesta concepção, a autora relata os vários modos (facticidade) como a prática se apresenta no cotidiano, enfatizando a linguagem como um meio de criação e expressão das relações sociais, e também a ideia de senso prático como pré-reflexivo para mostrar que é preciso ordem e continuidade nas práticas cotidianas, o que a torna situada no tempo, na história e no contexto do praticar.

Assim, espacialidade e facticidade remetem à preocupação em sempre considerar o coletivo, o social, como mediador na análise de prática. Novamente, a conexão com a contradição no entendimento da realidade aparece, a atividade e a passividade do sujeito, o cognitivo e o emocional, as percepções mentais e sensoriais como partes da construção social e dos mundos sociais em que as práticas assumem significados e facticidade, o que leva a considerar “o como” (facticidade) e “o onde” (situada) a prática ocorre. Ao argumentar sobre estes elementos, Gherardi (2001) faz referência aos estudos da situação território, à teoria do ator em rede, aos estudos da tecnologia e à sociologia no que diz respeito aos elementos culturais na construção de significados compartilhados.

Ao discutir com o interacionismo simbólico a teoria da atividade, a teoria ator-rede, a sociologia da ciência e da tecnologia podem trabalhar juntas, dentro de uma teorização com base na prática. Poderiam delinear um programa de pesquisa empírica para estudar como o conhecimento dentro do contexto de um ambiente de trabalho tem um significado construído e aprendido em conjunto, no sentido de como as pessoas, símbolos, máquinas e coisas produzem entendimentos que são simultaneamente estruturados e singulares. Ao concentrar-se na análise do conhecimento dentro de

uma prática situada, é possível o estudo de onde o conhecimento é socialmente construído e como ele é socialmente construído, tanto como atividade quanto como passividade. (GHERARDI, 2001).

Esta ideia leva à concepção de textura, a qual é desenvolvida na prática a partir das relações contextuais em torno da prática. Assim, Gherardi (2001) novamente esclarece que os atores adquirem atributos das entidades em que se incluem, ou seja, os sujeitos se formam nas relações do seu praticar, e essas práticas acontecem em, por e através dessas relações.

Percebe-se, a partir das articulações anteriores, que o conceito de prática em Gherardi diz respeito ao discurso por meio do qual as articulações individuais e coletivas ocorrem. A prática é “a figura do discurso que permite que os processos de conhecer (*knowing*) e organizar (*organizing*) no trabalho estejam articulados enquanto processos históricos, materiais e indeterminados” (GHERARDI, 2000, p. 220-221).

A autora deixa clara a sua posição de que a prática discursiva é o elemento fundamental em uma teoria baseada na prática de aprendizagem (GHERARDI, 2000), uma vez que é a partir da atividade discursiva que o ator reflete sobre os significados que atribui à prática. A autora continua enfatizando que “práticas discursivas [...] também apoiam a formação de juízos estéticos e sua negociação dentro de uma comunidade ocupacional particular” (op. cit., p. 55). É neste discurso que se torna possível ao pesquisador localizar e situar a prática e a construção de significados pelo ator.

Um desdobramento do significado das práticas é a questão de que o conhecimento não é algo que as pessoas têm, ou estocam em suas mentes, mas que esse repertório é o resultado de uma série de processos coletivos que possibilitam o seu surgimento, compartilhamento e perpetuidade. (BISPO; GODOY, 2012, p. 14).

Novamente, a articulação entre os elementos mediadores torna-se evidente quando percebe-se que o intuito da autora é ir além do que está visível, ou seja, é articular com mediações estruturais, sociais, históricas, culturais e também estéticas, materiais, emocionais e éticas. Estes elementos, em conjunto, remetem ao que Gherardi entende por estudos baseados em prática, como algo que representa a construção coletiva, aprendizado no processo de praticar, envolto em questões profundas que remetem a pressupostos que foram aprendidos e desenvolvidos na história do sujeito individual e coletivamente. Sugere-se, por fim, que é a partir desta concepção que se torna possível localizar aspectos que levam ao entendimento da cultura organizacional, relação que se pretende detalhar na próxima seção.

3 UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ESTUDO DA PRÁTICA

Gherardi (2000) retrata um cenário de construção teórica e metodológica de diferentes correntes de investigação, e a contribuição importante desta tradição à teorização com base na prática é a sua visão metodológica de que ela é um sistema de atividades no qual o saber não está separado do fazer. Além disso, a aprendizagem é uma atividade social e participativa ao invés de apenas uma atividade cognitiva (GHERARDI, 2000; 2011).

A autora desvela, então, as teorias que serviram de base para a formulação do seu conceito de prática. Partindo do interacionismo simbólico, passando pela teoria da atividade, teoria ator-rede, a sociologia da ciência e a sociologia da tecnologia, ela propõe uma teoria da prática como uma “teoria guarda-chuva”, sob a qual outras teorias possam ser desenvolvidas para a compreensão da prática como atividade situada, representando o significado compartilhado e historicamente construído pelos atores em suas redes de relações com o meio, no qual se construíram as práticas. Este contexto, portanto, é complexo e repleto de elementos que, juntos, auxiliam no estudo da prática como fenômeno social.

Gherardi (2009a) destaca que a metodologia de estudo com base na prática pode revelar desde os elementos superficiais, que representam apenas o que está visível, mas, especialmente, podem revelar questões mais profundas quando adequadamente questionam ou desvelam elementos das práticas discursivas de uma ordem moral e estética. “Neste sentido, a prática revela o seu aspecto como instituição, o produto de uma ordem negociada que momentaneamente cristaliza um modo

compartilhado de fazer e sustenta-o enquanto as premissas para sua mudança estão sendo definidas” (op. cit, p.123).

A autora delineou um programa de pesquisa empírica para estudar como o conhecimento dentro do contexto de um ambiente de trabalho se constitui nas práticas e corresponde a uma cultura que tem um significado construído e aprendido intersubjetivamente, no sentido de que as pessoas, símbolos, máquinas e coisas produzem entendimentos que são simultaneamente estruturados pelo contexto no qual se inserem e também estruturam este contexto (GEIGER, 2009).

Gherardi (2000) argumenta que, ao concentrar-se na análise do conhecimento dentro de uma prática situada, é possível o estudo localizando e identificando o modo como o conhecimento é socialmente construído como atividade e também como passividade. Como método de apreensão destas mediações, Gherardi (2001) sugere a etnometodologia com o objetivo de seguir o ator na sua prática, ou seja, relacionar toda a sua condição de sujeito no praticar, retratando, a partir do ator, as mediações que permitem entender o significado da prática para o praticante, localizando as relações do ator com o social, com o cultural e com os demais sujeitos envolvidos na prática.

O estudo de conhecer na prática pode seguir o mesmo princípio metodológico, afirma Latour (1987) para a análise da ciência como prática: “seguir os atores”, a fim de identificar as formas pelas quais se associam os vários elementos que compõem a sua vida social e mundo natural. Latour chama este princípio de etnometodologia (GHERARDI, 2001).

Nesta perspectiva, a autora desenvolveu um estudo que é referência metodológica e epistemológica na tradição de estudos da prática. Clegg (2008), um pesquisador crítico de referência internacional no campo de estudos organizacionais, comentou a obra *Organizational Knowledge: The Texture of Workplace Learning*, livro de autoria de Silvia Gherardi (2007), resultado de uma pesquisa sobre o significado de aprendizagem na construção civil italiana. Segundo a crítica de Clegg, o estudo retrata atenção sofisticada e sensível aos aspectos sociológicos e organizacionais sobre o que corresponde a um acidente na construção civil.

Em outras palavras, um acidente é um artefato de práticas qualificadas que são representadas pelos membros. É importante em trabalhos futuros para registrar este ponto fundamental, porque em sua trava toda a força de uma abordagem interpretativa para as organizações e sociologia. O positivista levaria a taxa de acidentes como um dado a ser explicado por outras variáveis, o interpretativista sabe que a taxa de acidente é um dado a ser explicado pelas práticas de construção social - e estas são muito mais complexas, confusas, realistas e interessantes do que qualquer estudo de variáveis pode permitir. (CLEGG, 2008, p. 302).

Emberson (2006) também apresenta o mesmo livro descrevendo a abordagem da autora:

Seu livro está organizado de modo a refletir o processo de pesquisa: o quadro teórico proposto e metodologia de estudo de caso em espiral que formam a contribuição deste trabalho se desdobrar ao lado de suas análises. Não há prê a porter aqui. Os dados tirados de estudos de segurança na indústria da construção civil italiano são usados para exemplificar como essa abordagem metodológica pode produzir um relato de ‘saber na prática’. O conceito de ‘segurança’ é mobilizado através de análises multi-nível de práticas materiais-discursivas. ‘Textura’ é apresentado como uma metáfora para descrever a conexão-em-ação da prática qualitativa dentro de um campo. ‘Tecendo’ descreve o ato de conhecer. O processo de investigação em espiral desliza para cima e para baixo os níveis de análise (individual, coletiva, organizacional, inter-organizacional e institucional). (EMBERSON, 2006, p. 225).

Observa-se a coerência e completude dos estudos de Gherardi. Segundo a autora, a etnometodologia como abordagem teórico-metodológica possibilita um entendimento mais detalhado e mais profundo sobre os elementos mediadores da prática pesquisada, como, por exemplo, o modo como os praticantes desenvolvem e atribuem significados ao seu cotidiano, criando sentido ao que fazem e, ao fazer isso, estão refletindo um contexto social, histórico, cultural e estético.

Práticas não são apenas padrões recorrentes de ação (nível de produção), mas padrões de ações socialmente sustentadas (produção e reprodução). O que as pessoas produzem em suas práticas situadas não é apenas trabalho, mas também a (re)produção da sociedade. Neste sentido, prática é um conceito analítico que possibilita interpretação de como as pessoas alcançam ativamente ser-no-mundo. Uma prática não é reconhecida fora de seu significado criado intersubjetivamente e o que possibilita a reprodução competente de uma prática, repetidas vezes e, o seu refinamento enquanto praticada (ou o seu abandono) é a constante negociação do que pensa-se ser um modo correto ou incorreto de praticar dentro da comunidade de seus praticantes. (GHERARDI, 2009b, p. 536).

Nicolini (2009; 2013) é outro pesquisador do grupo RUCOLA, que tem se dedicado ao estudo da prática. Ele sugere a etnometodologia como uma possibilidade teórico-metodológica, pois propicia a investigação dos processos situados de aprendizagem nas organizações (NICOLINI, 2013). A etnometodologia parte da noção de que é importante compreender e apreender o modo como a existência social é organizada, analisando as práticas cotidianas, sempre localizadas nas interações sociais.

Gherardi (2014b) indica, ainda, a etnografia para captar vários dos aspectos da prática. A etnografia também é defendida como um método mais apropriado a pesquisas da prática na percepção de Schatzki (2005; 2015), um autor de referência nos estudos da prática, utilizado tanto nas abordagens de Nicolini como de Silvia Gherardi. Pode-se acionar Angrosino (2009, p. 30), que retrata a etnografia como a “arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. Trata-se da coleta de dados, feita *in loco* pelos etnógrafos, das experiências humanas vividas, os quais abrangem o estudo das vidas cotidianas rotineiras das pessoas da comunidade pesquisada.

Rosen (1991) enfatiza que a etnografia é mais do que um conjunto de técnicas de campo, é um método de investigação que combina conceitos teóricos-sociais com as técnicas de coleta de dados. Esta autora a destaca como uma abordagem interpretativa no estudo do processo social. Assim, o etnógrafo tem interesse em compreender como o processo de criação das regras é gerado, como os pesquisados atribuem significado às ações e como essas ações acontecem de modo padronizado no grupo.

Com isso, Rosen (1991) relaciona a perspectiva interpretativa do etnógrafo a uma visão construcionista social, segundo a qual a ordem social e os aspectos a ela relacionados são negociados e construídos na interação social. Portanto, “a realidade é um produto social, que não pode ser entendido para além dos significados intersubjetivos dos atores sociais envolvidos na sua promulgação (Berger e Luckmann, 1967; Geertz, 1983; Schutz e Luckmann, 1974)” (ROSEN, 1991, p. 5).

Mas as práticas são mediadas por diversos aspectos, e cada um deles pode exigir técnicas de coleta e análise distintas (NICOLINI, 2013; GHERARDI, 2012). A fim de dar conta de estudar a prática, Nicolini (2013) propõe um conjunto de conceitos que envolvem três movimentos básicos: um olhar interno nas práticas (*zoom in*), um olhar externo, capaz de discernir relações no espaço e no tempo (*zoom out*) e, a partir deles, a produção de inter-relações capazes de enriquecer o entendimento (*zoom interativo*). A ideia se pauta em olhar a prática a partir dela mesma, olhar a mesma prática externamente e, num terceiro momento, visualizar as interações possíveis entre interno, externo, tempo e espaço.

Para Nicolini (2013), operacionalmente, trata-se de um processo não linear, diferente das descrições de pesquisas que sugerem uma progressão ordenada da observação à interpretação dos dados e a redação. Exigem que o pesquisador perpasse vários ciclos de observação, análise e reflexão. Requer apreciar a textura das relações materiais e outras práticas nas quais a prática depende e é sustentada. Com apoio de um pacote teórico metodológico, o uso da alternância de análise da prática a ser pesquisada viabiliza o olhar sobre um conjunto de práticas, suas causalidades e conexões históricas.

Gherardi (2012) completa esta perspectiva sobre metodologias de pesquisa, trazendo os aspectos que envolvem o sujeito como um todo, os quais devem ser analisados o tempo todo, em cada discurso ou declaração coletada na pesquisa (corpo: sentidos, habilidades pessoais, comunicação,

mente, relações múltiplas em tempo e espaço diferentes; objetos: tecnologias, artefatos, porque todos esses elementos (corpo, linguagem, conhecimento prévio, atores humanos e não humanos) constituem as atividades cotidianas; e mais, se relacionam com as práticas sociais mais amplas que têm impacto sobre as relações de trabalho diário e também são reproduzidas por estas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar a abordagem da prática em Gherardi, no campo de estudos organizacionais. Procurou-se detalhar os elementos que compõem o conceito de prática e suas bases epistemológicas e metodológicas para sugerir que os Estudos Baseados em Prática (EBP) podem representar uma contribuição teórica e epistemológica para estudar fenômenos organizacionais.

Procurou-se apontar uma visão que pauta os estudos nas práticas situadas, o que envolve análise dos diversos elementos mediadores desta prática, como a dimensão histórica, cultural, discursiva e estética. Nesta perspectiva, compreende-se que toda realidade é complexa e revela no fazer cotidiano das práticas uma ordem social. Esta organização em torno da prática é constituída por sujeitos tanto quanto os constitui, num processo de negociação imerso num contexto e relações entre humanos e não humanos, legitimando normas, regras, valores, discursos, desejos e ações que são materializados em artefatos simbólicos e objetos. Deste modo, a prática, um fazer social, coletivo, cotidiano, é a unidade central, em torno da qual a realidade é construída e entendida como processo social, numa perspectiva construcionista social.

Deste modo, compreender fenômenos e práticas que se desenrolam nas organizações significa buscar nas condições sociais desta realização social respostas para os motivos e o modo como eles acontecem no contexto das organizações. Uma compreensão mais ampla é fundamental para explicar a forma de organizar as práticas, assim também é preciso conhecer o contexto situado das atividades realizadas numa prática, as referências históricas e culturais que mediarão o conhecimento gerado nesta prática, as relações que configuraram o contexto situado em que esta prática se realiza e o modo como os praticantes negociaram e construíram coletivamente o conhecimento prático. E ainda, é preciso compreender este processo de construção de conhecimento prático nas suas condições de produção, manutenção e transformação.

REFERÊNCIAS

BISPO, Marcelo de Souza; GODOY, Arilda Schmidt. A etnometodologia enquanto caminho teórico-metodológico para investigação da aprendizagem nas organizações. **Revista de Administração Contemporânea** [online]. v.16, n. 5, p. 684-704, 2012.

CLEGG, Stewart. Book Review: Silvia Gherardi. *Organizational Knowledge: The Texture of Workplace Learning*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. In: **Organization Studies, Aston Business School, UK & University of Technology**, Sydney, Australia, 2008, p. 29: 297.

EMBERSON, Caroline. The Open University School UK Negócios. Gherardi, S. (2006). *Organizational knowledge: the texture of workplace learning*. Malden, Oxford: Blackwell Publishing, 2006. In: **Prometheus**, v. 24, n. 2, June 2006.

GEIGER, D. Revisiting the concept of practice: toward an argumentative understanding of practicing. **Management Learning**, 2009, 40(2), 129-144.

GHERARDI, S. Practice-based theorizing on learning and knowing in organizations. **Organization**, 2000, 7(2), 211-223.

GHERARDI, S. From organizational learning to practice-based knowing. **Human Relations**, 2001, 54(1), 131-139.

GHERARDI, S. Introduction: the critical power of the 'practice lens'. **Management Learning**, 2009a, 40(2), 115-128.

GHERARDI, S. Practice? It's a matter of taste! **Management Learning**, 2009b, 40(5), 535-550.

GHERARDI, S. **How to conduct a practice-based study: problems and methods**. Edward, Massachusetts, USA: Elgar Publishing Limited. 2012.

GHERARDI, S. Organizational learning: the sociology of practice. In: EASTERBY-SMITH, M., LYLES, M. **Handbook of organizational learning and knowledge management**. 2. ed. MA: Blackwell, 2011.

GHERARDI, S., STRATI, A. **Administração e aprendizagem na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. xvii-xxii.

HUSSERL, Edmund. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NICOLINI, D.; Articulating practice through the interview to the double. **Management learning**, v. 40, n. 2, p. 195-212, 2009.

NICOLINI, D. **Practice Theory, Work and Organization: An Introduction**. UK: Oxford University Press, 2013.

ROSEN, M. Coming to terms with the field: understanding and doing organizational ethnography. **Jornal of Management Studies**, 1991, 28(1), 1-24.

SCHATZKI, T., KNORR-CETINA K., VON SAVIGNY E. (Eds.) **The Practice Turn in Contemporary Theory**. Routledge, London: Taylor and Francis e-Library, 2005.

SCHATZKI, Theodore R. A primer on practices: theory and research. In: HIGGS, Joy; BARNETT, Ronald; BILLET, Stephen; HUTCHINGS, Maggie; TREDE, Franziska (Eds.). **Practice-based in education: perspectives and strategies**. v. 6. Rotterdam, The Netherlands: Sense Publishers. 2012, p. 13-26.

O CICLO DA HORTELÃ NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO 1959 - 1980¹

Francisco André Pedersen Voll²

Ernelo Schallenberg³

Resumo: Este artigo analisa o ciclo da hortelã na microrregião de Toledo/PR, do início da década de 1960 até o início da década de 1980. Por meio de um levantamento dos dados de produção e comércio, da literatura disponível e do testemunho de produtores, serão analisadas as relações sociais e econômicas que foram estabelecidas em volta desta atividade. Apesar do foco da pesquisa se centrar na microrregião de Toledo/PR, o artigo se vale de dados de caráter regional, estadual, nacional e internacional, uma vez que não é possível entender as relações socioculturais e econômicas locais sem inseri-las num contexto amplo.

Palavras-chave: Hortelã; Trabalho; Comércio.

Abstract: This article analyzes the Mint cycle in microregion of Toledo / PR, the beginning of the 1960s until the early 1980s. Through a survey of production and trade data, the available literature and the testimony of producers, will be analyzed social and economic relations that were established around this activity. Despite the focus of the research focus on microregion of Toledo / PR, the article draws on regional character data, state, national and international, since it is not possible to understand the socio-cultural and economic relations sites without inserting them in a larger context.

Keywords: Mint; Work; Trade.

INTRODUÇÃO

O gênero botânico *Mentha* pertence à família de plantas *Lamiaceae*. Este gênero de planta é cultivado em várias partes do mundo por agrupar um número elevado de espécies e híbridos capazes de produzir óleo essencial de alto valor (SANTOS et al., 2012).

A *mentha Arvensis* foi a planta do grupo *mentha* mais cultivada no Paraná, e é popularmente conhecida como menta/hortelã japonesa, sendo chamada simplesmente de hortelã pelos antigos produtores. Existem registros do uso do óleo de hortelã no Japão do século X (IPARDES, 1977).

A exploração da atividade hortelaneira no Brasil está relacionada à colonização japonesa do início do século XX. Os japoneses que se deslocaram para o Estado de São Paulo após 1925 se fixaram no campo mais tempo que outras etnias e começaram a trabalhar na maioria dos casos como pequenos proprietários, e não mais como empregados nas grandes lavouras de café, tal como ocorria no início do processo de imigração dos trabalhadores japoneses para o Brasil, no início do século XX. Enquanto trabalhadores em pequenas propriedades, estes colonos tiveram um papel expressivo na diversidade das atividades agrícolas praticadas no Brasil (FAUSTO, 2012).

Foram os colonos japoneses que implantaram comercialmente o cultivo de hortelã em 1936, tendo iniciado na cidade de Paraguaçu Paulista, com sementes importadas diretamente do Japão

¹ Este artigo é um esboço e parte de uma dissertação de Mestrado, que ainda está em desenvolvimento.

² Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE). Especialista em História Econômica (UNIOESTE). Bacharelado e Licenciatura em História (UNIOESTE). E-mail: franciscovoll@bol.com.br

³ Dr. Em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, com Pós-doutorado em História: Cultura e Poder. e-mail: erneldo@uol.com.br.

(IPARDES, 1977). Esta cidade fica localizada na região Centro-Oeste do Estado de São Paulo e teve uma forte influência dos japoneses em todo seu processo de formação, com uma grande quantidade de famílias de imigrantes trabalhando na zona rural (FERREIRA, 2008).

O cultivo de qualquer planta da família *mentha* exige uma quantidade abundante de água e nutrientes do solo. A partir do momento em que estes recursos ficavam escassos com o passar dos anos, o cultivo de hortelã migrava para regiões que atendiam a estas necessidades. O IPARDES (1977) sublinha que esta prática migratória era explicada por uma crença dos agricultores de que a hortelã não daria por mais de quatro anos na mesma terra. Porém, como será analisada, a realidade foi um pouco mais complexa do que isso.

O cultivo de hortelã com fins comerciais se propagou para o estado do Paraná no início da segunda metade do século XX⁴. A produção de hortelã foi uma das atividades que promoveram a “limpeza” do solo paranaense, retirando a vegetação nativa e substituindo-a por este cultivo. Quando o cultivo de hortelã fosse abandonado, estas terras estariam prontas para receber outras formas de cultivo, como a soja, feijão, milho, arroz etc.

A existência de uma demanda por óleo de hortelã no mercado interno e externo fez com que, entre as décadas de 1960 e 1980, muitos municípios do Paraná se dedicassem a esta atividade. A região oeste do Paraná, com terras novas e férteis e pouco exploradas até a década de 1950, se mostrou adequada para este cultivo, atingindo o seu auge em meados da década de 1970⁵. Na microrregião de Toledo, esta atividade foi amplamente praticada até o início de 1980.

1 A HORTELÃ NO PARANÁ

Não é possível entender o ciclo da hortelã sem olhar para a história do Paraná e buscar compreender as características dos seus processos sociais e econômicos.

Os ciclos econômicos ocorridos no campo, no Estado do Paraná, foram divididos de uma maneira bem tradicional por Lazier (2003) em produtos de expressão econômica como a erva-mate, o pinheiro, o café e a soja.

Santos (1995) afirma que a historiografia brasileira parece ter, por muito tempo, privilegiado o estudo de produtos que, historicamente, estiveram voltados para o mercado externo (açúcar, algodão, café, soja etc.), enquanto aqueles produtos básicos, voltados principalmente para o mercado interno (feijão, arroz, mandioca), tiveram pouca atenção. Entretanto, nem todos os produtos voltados para a exportação, a exemplo da hortelã, mereceram a atenção dos estudiosos.

Para entender as relações de produção construídas em torno das lavouras de hortelã em Toledo, é necessário analisar os processos migratórios que formaram o contingente humano do município. Toledo teve um processo de colonização marcado por algumas peculiaridades. A colonizadora MARIPÁ, formada por um grupo de acionistas, majoritariamente de origem italiana, liderado inicialmente por Luis Alberto Dalcanale e Alfredo Ruaro, adquiriu a Fazenda Britânia⁶, área de terra que abrangia boa parte da microrregião de Toledo, destinando, para a sua ocupação agrícola, contingentes migratórios predominantemente italianos oriundos, sobretudo, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (WACHOWICZ, 1982).

Mudanças na direção da Colonizadora Maripá ocorreram quando ascendeu ao poder o chamado “grupo alemão”, liderado por Willy Barth, que mudou o perfil da colonização, de modo que Toledo se tornou uma mistura de colonos italianos e alemães. A nova política determinou que ambos os grupos (italianos-católicos e alemães-protestantes) deveriam conviver pacificamente e com respeito mútuo, porém, viveriam isoladamente. Em caráter de comparação, Marechal Cândido Rondon, município que

⁴ Ver tabela 1.

⁵ Ver tabela 2.

⁶ A Fazenda Britânia era uma *obrage* que foi adquirida pelo grupo inglês, a *Companhia de Maderas del Alto Paraná*. A *obrage* era uma espécie de exploração ou propriedade que se desenvolveu no Paraguai e Argentina. O *obragero* explorava a erva-mate e a madeira em toros. Este tipo de exploração adentrou no Paraná no fim do século XIX.

teve sua colonização iniciada pelo “grupo alemão”, acabou se tornando um reduto de colonos formados majoritariamente por alemães protestantes (WACHOWICZ, 2010).

Seria ingenuidade acreditar que o modelo idealizado e aplicado pela Colonizadora MARIPÁ fosse imune a outras frentes de colonização que se dirigiram para o Oeste do Paraná. Um exemplo disto é o fato de o Paraná ter sido, também, um importante espaço de colonização a partir de frentes paulistas e mineiras entre 1940 e 1970 (GREGORY, 2002). Trabalhadores vindos destes estados tiveram um papel decisivo na formação de municípios como Terra Roxa e Assis Chateaubriand (WACHOWICZ, 2010), os quais se tornaram grande produtores de hortelã.

Backes (2009) discutiu as características do ciclo da hortelã no Município de Mercedes/PR. Segundo o autor, os trabalhadores que se dedicaram a esta atividade neste município vieram majoritariamente de estados do norte ou de outras partes do Paraná, o que gerava alguns estranhamentos com os integrantes da frente sul de colonização.

A hortelã não aparece na História econômica entre os produtos conjunturais que marcaram o campo da história econômica do Brasil e do Paraná; mesmo assim, tem merecido, nas últimas duas décadas, um crescente interesse de estudiosos acerca da importância na formação social e no desenvolvimento econômico do oeste do Paraná⁷.

2 A MEMÓRIA

O ciclo da hortelã teve expressão no Paraná nas décadas de 1960 a 1980. Esta é a referência temporal que indica a pesquisa histórica, considerando o período indicado como referência instrumental para o levantamento das fontes disponíveis sobre o processo histórico em foco (1959-1980).

Se fonte por excelência da história é o material escrito, é porque, até certo tempo, não muito distante, a história não dispunha de outra fonte (BECKER, 2006). A natureza recente da pesquisa e a precária sistematização das fontes escritas acerca do seu objeto fizeram com que fosse indispensável recorrer à história oral.

Em termos de documentos escritos, foram explorados os Censos Agropecuários do Paraná, referentes aos anos de 1960⁸, 1970, 1975 e 1980, além do documento “Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas”, produzido pelo IPARDES na década de 1970. Este estudo apresenta uma análise das possibilidades de cultivo e faz um levantamento da produção da hortelã no Paraná.

Apesar da importância dos documentos escritos, as fontes orais, ou seja, os testemunhos de produtores de hortelã no Oeste paranaense, possibilitam uma compreensão mais aproximada das relações socioculturais, das tecnologias, do comércio e do cotidiano que cercou esta atividade econômica. No universo da região Oeste do Paraná, a amostragem para desenvolver o presente estudo se resume a um grupo de produtores, o qual exerceu esta atividade nos atuais municípios de Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste e Toledo.

Com a técnica da entrevista, buscou-se o aprofundamento em algumas questões que não estão disponíveis em dados oficiais, entre elas: o estabelecimento das relações de trabalho na atividade hortelaneira; técnicas de plantio e colheita; os acidentes de trabalho; os vínculos de parceria; a inserção produtiva; as relações dos produtores entre si e com outros produtores rurais; as motivações que levaram ao início e ao fim do cultivo da hortelã etc.

Existam algumas ressalvas acerca da oralidade na pesquisa, como as de Hobsbawm (2013) que faz dois alertas sobre o uso da memória enquanto fonte: o primeiro destaca que ainda não foi

⁷ Alguns destes estudos foram desenvolvidos como trabalhos de conclusão de curso, dentre os quais citamos: “Influências da produção de hortelã na capitalização do pioneiro palotinese 1965/75” (1992), de Rosimar Dassi; “O cultivo de hortelã em entre Rios do O na década de 1970” (2000), de Marcelo Rogério Zanatta; e “A cultura da hortelã na colonização de Palotina” (2002), de Claudia Cristina Boeira.

⁸ Os dados referentes à produção vegetal no Censo Agrícola de 1960 foram levantados em 1959.

formulado com clareza, o que funciona mal na memória, como já ocorre com documentos escritos; o segundo assegura que a memória é mutável e seletiva, o que permite aos indivíduos mudar a sua visão sobre um determinado acontecimento, ou seja, a memória pessoal seria um meio ‘escorregadio’ de se preservar os fatos. Para o presente trabalho, a história oral representou um método e uma forma de produzir conhecimento histórico, uma vez que, por meio do trabalho empírico e de campo, nos aproximamos dos sujeitos estudados, possibilitando uma relação intersubjetiva que permitiu o enriquecimento da reflexão histórica (LOZANO, 2006).

Segundo Lozano (2006), a evidência oral precisa ter a mesma receptividade e controles críticos que existem para documentos escritos, como artigos de jornal, relatórios políticos ou um documento lavrado em cartório.

Outra qualidade atribuída à história oral foi o seu papel decisivo em ajudar a superar o exclusivismo que a história tradicional dava, até então, às chamadas figuras exemplares (MEIHY, 2011). Em outros termos, com a história oral é possível dar palavras aos esquecidos da história, dar voz àqueles que não têm capacidade, tempo ou vontade de escrever (BECKER, 2006).

Segundo Becker (2006), a evidência oral não pode ser recusada apenas por não ser contemporânea ao fato, pois ela se encaixa na categoria denominada por Jaques Ozouf de arquivos provocados, que podem ser escritos ou orais. Uma entrevista é um “arquivo provocado” pelo historiador, porém, em um diário em que o indivíduo escreve as suas memórias, é um documento que foi autoprovocado, sendo que este registro não lhe foi pedido por um terceiro, mas sim, pelo próprio indivíduo.

Vale ressaltar que esta pesquisa ainda está em fase inicial e, por isso, ainda existe um campo de fontes muito vasto para ser explorado, sobretudo no que diz respeito às fontes orais.

3 A PRODUÇÃO

Um ponto a ser levado em conta na produção dos dados oficiais é a maneira como o Censo Agropecuário levantou os dados referentes à produção de hortelã entre 1960 e 1980. No Censo Agropecuário do Paraná de 1960, a hortelã tinha uma expressividade econômica pequena, constando, por isso, na categoria de “outras lavouras temporárias”. Por esta razão, poucos detalhes sobre esta atividade foram levantados, limitando-se apenas aos municípios produtores e à quantidade de rama produzida. Entretanto, ao mesmo tempo em que a hortelã foi ganhando uma maior relevância econômica, o estudo da sua produção também foi aprofundado.

No Censo agropecuário de 1970 somaram-se às duas observações anteriores a quantidade de óleo produzido e o valor obtido em cruzeiros pela produção. Nos dois Censos seguintes, ou seja, no de 1975 e no de 1980, a quantidade de óleo produzido desaparece, mas a área utilizada para o cultivo é incluída.

Na década de 1970, haviam apenas dois estados produtores de hortelã – Paraná e Mato Grosso⁹ –, sendo que a produção paranaense representava em torno de 95% da produção (Censo Agropecuário Brasil, 1970).

O cultivo de hortelã foi caracterizado pelo Censo de 1970 como uma atividade agrícola temporária, embora os cultivares não eram desfeitos depois da colheita. Quando a hortelã alcançava uma altura entre 75 e 90 cm, era cortada com uma alfanje, ferramenta conhecida por muitos produtores como “arfanjo”. Após o corte, a planta ficava com aproximadamente 10 cm de altura e não era removida ou substituída por outra cultura. A mesma planta permanecia no local até que a cultura da hortelã fosse abandonada em definitivo.

Após a colheita, era um bom momento para remover as ervas daninhas que infestavam a plantação.¹⁰ Segundo o IPARDES (1977), a hortelã enfrentava pragas como formigas, lagartos, besouros e cigarrinhas. Os produtores entrevistados para esta pesquisa relataram que os maiores

⁹ A produção registrada do Mato Grosso é referente aos municípios Iguatemi e Navirai, atualmente pertencentes ao Estado do Mato Grosso do Sul. Ambos os municípios ficam próximos da fronteira com o Paraná.

¹⁰ Informações levantadas durante pesquisa de campo.

problemas relativos à produção de hortelã eram a ervas daninhas e a ferrugem (*Puccinia menthae*). É possível entender que, levando-se em conta a extensão que esta atividade teve no Estado do Paraná, plantações em diferentes regiões enfrentassem diferenciados tipos de pragas.

O crescimento da planta também dependia da temperatura. Durante as épocas quentes, levava cerca de 90 dias para chegar ao ponto certo do corte, enquanto que, nos períodos mais frios, eram necessários cerca de 120 dias. Esta queda brusca na produtividade, fez com que os períodos frios fossem considerados a “safrinha da hortelã”.¹¹

Depois do corte, as ramas eram levadas até o alambique, onde ocorria o processo do seu cozimento, do que resultava o óleo de hortelã. A mão de obra para a colheita era suprida por trabalhadores contratados e/ou com a ajuda de vizinhos. No segundo caso, havia uma espécie de reciprocidade, de modo que os vizinhos se ajudavam na colheita e no processo de destilação – “lambicagem”. O funcionamento do alambique foi detalhado pelo senhor Osvaldino¹²:

[...] a gente cuidava muito, tinha que cuidar bem, porque você poderia cair, porque pra você encher a pipa de rama, era alto; a pipa ficava embaixo e você ia por cima, pra poder jogar, tipo o café antigamente, jogar na pipa porque a pipa é alta, dava uns dois metros por um e meio; então, a gente cuidava muito pra não dar acidente. Tinha a serpentina, que a serpentina ela tem um cano com sete voltas, com água passando direto dentro dela pro óleo poder esfriar, água correndo de dentro. Naquela época, o óleo sai quente ainda, mas nunca deu acidente.¹³

Uma das condições necessárias para o funcionamento do alambique era ter por perto uma grande quantidade de madeira para acender a caldeira, que tinha de queimar por horas seguidas. Esta demanda era facilmente atendida pelo fato de a hortelã ter sido cultivada em terrenos recém desmatados, o que possibilitava encontrar a quantidade de madeira necessária.

Após o processo de destilação, o óleo era armazenado até que o comprador fosse buscá-lo na propriedade. Nem todos os produtores de hortelã possuíam alambique próprio, o que obrigou aos que não o tivessem processar o produto entre seus pares detentores do equipamento industrial. Nestas relações de trabalho, os donos de alambiques, a exemplo do senhor Osvaldino, ficavam com parte do óleo derivado da produção dos seus pares. Este era o pagamento pelo uso do alambique. O pagamento do arrendamento da terra também era feito, em alguns casos, com o óleo de hortelã.

Adquirir um alambique não era um investimento barato para a época. Segundo o senhor Osvaldino, o seu pai adquiriu um em 1975 pela quantia de 11 “contos”, uma quantia significativa para a época.¹⁴

Diferente de cultivos feitos em pequenas propriedades de lavoura branca, como os de arroz, feijão e milho, nos quais uma parte da produção era destinada diretamente ao consumo do proprietário, a hortelã tinha pouco ou nenhum valor de uso imediato para o seu proprietário; ou seja, 100% da produção era destinada ao mercado. A única utilidade encontrada para o uso do óleo pelos próprios produtores era como anestésico ou cicatrizante, o que demandava uma quantidade muito pequena.

Num universo de relações econômicas em que óleo e madeira eram “moedas”, o papel moeda só costumava aparecer quando o óleo era entregue ao comprador. As características do cultivo da hortelã e da venda do óleo eram atraentes para o produtor, conforme o relato que segue:

[...] nós acabávamos de cortar, íamos roçar, nós íamos, talvez, quebrar um milho pro vizinho, que, naquela época, nós tínhamos parte que era milho, você tinha pra despesa de casa, pra tratar de um porco, mas não era um trabalho [...].

¹¹ Informações levantadas durante pesquisa de campo.

¹² Ver referências.

¹³ Entrevista do senhor Osvaldino Gomes Ferreira a Francisco A. P. Voll, realizada no município de Ouro Verde do Oeste/PR em junho de 2013.

¹⁴ Nos dias de hoje, o valor relatado estaria aproximado em R\$ 20.000,00 corrigindo pelo IGP-DI.

A hortelã, se voltasse hoje, acho que todo mundo parava (com outras atividades), porque ela não é tão trabalhosa e, na hora da venda, você não precisava sair que nem hoje, você tem um milho, você tem que carregar aquilo e levar no silo, no armazém, e a hortelã o “cabra” vinha buscar na casa e trazia dinheiro vivo, nem cheque não era.¹⁵

Já foi possível constatar a existência de três diferentes relações de trabalho nas lavouras de hortelã: uma baseada na contratação de mão de obra temporária, outra baseado na assistência mútua de produtores vizinhos e uma última na contratação de mão de obra permanente nas lavouras, os chamados meeiros.

O que há de comum em todas estas relações de trabalho é o papel exercido pela família. Em todos os casos relatados, foi verificado que a família exercia um papel fundamental na produção. A fala da senhora Matilde Ribeiro de Macedo¹⁶ resume o papel das mulheres na produção de hortelã:

(Não trabalhava diretamente) No alambique não, eu só fazia o frango frito, quando eu não levava e ele vinha buscar meia-noite pra eles comerem. Tinha que levar o café porque estavam trabalhando... Eu ficava em casa, daí fazia frango, fritava. Se as crianças já estivessem dormindo, eu tinha criança pequena, mas aí ele (seu marido) buscava. Eu levava de dia se ele tivesse trabalhando¹⁷.

Era comum que crianças a partir de 8 anos de idade ajudassem nas diversas etapas, os meninos, inclusive, na destilação da hortelã, mas, dificilmente, se submetiam às jornadas constantes de trabalho, extremamente cansativas até mesmo para os homens adultos.

4 O COMÉRCIO

A facilidade de não ter de sair de casa para receber em dinheiro “vivo”, contraposta à intensidade de trabalho que a hortelã necessitava, aparecem como um grande diferencial da atividade hortelaneira em relação à lavoura branca, a qual antecedeu e também sucedeu o ciclo da hortelã.

A relação entre o produtor e o comprador de óleo merece ser investigada com maior profundidade no futuro. Na literatura atual, encontramos afirmações como as de Backes (2009), o qual denomina os comerciantes de óleo como atravessadores, e afirma que “Nessa transição, o produtor acabava perdendo o valor do seu produto” (BACKES, 2009, p. 32).

Existem algumas observações a serem feitas quanto à observação de Backes (2009) no que tange à figura do comerciante. O termo “atravessador” expressa caráter pejorativo, principalmente quando se leva em conta que esta era uma atividade lícita, feitas principalmente por representantes diretos das empresas compradoras¹⁸.

A ação deste comerciante também não pode justificar uma perda de valor do óleo para o seu produtor. Conforme observa Marx (2010), um objeto só se torna uma mercadoria através do processo de troca, assim como um objeto só pode se tornar valor de troca a partir do momento em que existe como não valor de uso para o seu proprietário¹⁹. Sob esta perspectiva, o óleo não apenas se tornava uma mercadoria durante o processo de troca entre o produtor e o comerciante, mas também era neste processo que tinha valor de troca para o seu produtor.

¹⁵ Entrevista do senhor Osvaldino Gomes Ferreira a Francisco A. P. Voll, realizada no município de Ouro Verde do Oeste/PR em junho de 2013.

¹⁶ Ver referências.

¹⁷ Entrevista de Matilde Ribeiro de Macedo a Francisco A. P. Voll, realizada no município de Toledo em 2013.

¹⁸ Será que é possível afirmar que estes comerciantes exploravam os produtores, ou este é mais um estereótipo sobre a atividade do comerciante? Segundo Adam Smith (1985), o comerciante de cereal do século XVIII era perseguido pela legislação e malvisto pela sociedade da época, pois acreditava que a sua atividade encarecia o preço do trigo para o consumidor, justamente por ficar entre o produtor e o consumidor final.

¹⁹ Conforme a concepção clássica de Adam Smith (1985), o “valor de uso” corresponde à utilidade dada a uma mercadoria, enquanto o “valor de troca” corresponde ao seu poder de compra em relação a outras mercadorias.

É preciso observar que a hortelã fazia parte de uma cadeia produtiva, que englobava desde a produção do óleo essencial no interior do Paraná até o seu destino nas grandes cidades, em que ocorria o processo de extração dos cristais de *mentol*, o principal produto derivado do óleo. O comprador do óleo tinha um papel fundamental nesta etapa, que, na sua ausência, teria de ser exercida por outro agente.

Uma situação que favorecia alguns produtores de hortelã era a concorrência entre as empresas compradoras de óleo. Alguns produtores, como o senhor Jorge Alves de Macedo²⁰, chegavam a receber a visita de mais de um comprador em busca de óleo, os quais apresentavam tabelas com alguma diferença de preço.

Outro ponto a ser observado sobre o comércio do óleo de hortelã é que a variação constante de preço no mercado internacional apontada pelo IPARDES (1977) nem sempre era nociva ao produtor. O senhor José Felício Brandão²¹ aproveitou a facilidade em armazenar o óleo e esperou uma variação positiva no preço do produto, variação esta que acabou ocorrendo no início da década de 1970: “fui juntado, juntado, quando o óleo deu 220 conto o quilo eu tinha 3000 quilos encostado, foi o meu pé de vida. Aí eu comprei um sítio em Luz Marina”²².

5 OS DADOS DE PRODUÇÃO

Os dados disponíveis sobre a produção de hortelã no Estado do Paraná permitem a organização de uma série temporal que indica a expressividade da hortelã em cada período da sua produção, conforme informações dispostas na Tabela 1:

Os dados da Tabela 1 mostram que entre o início da década de 1960 até meados de 1970, a produção de hortelã teve, no Paraná, um crescimento exponencial, com vertiginosa queda na década de 1980, aproximando-se do período inicial da sua produção.

Uma tabela com dados combinados permite representar a expressividade deste cultivo na região Oeste do Paraná. Neste tipo de tabela, é possível analisar os dados de séries temporais, sobre preços e produção de um determinado produto, o que possibilita um número significativo de observações (GUJARATI, 2000). Na Tabela 2, cada município possui duas observações sobre séries temporais e sobre o preço alcançado pela produção:

A partir da relação dos dados do Censo com as informações contidas nos relatos dos produtores é possível afirmar que a constante diminuição da fertilidade da terra foi o principal fator que levou este cultivo à

Tabela 1 – Produção de hortelã no Paraná entre 1959 -1980.

Ano	1959	1970	1975	1980
Produção	7.673 (t)	252.023(t)	265.227(t)	9.961(t)

Fonte: Censo Agropecuário Paraná de 1960, 1970, 1975 e 1980.

Tabela 2 – produção de hortelã em 15 municípios do oeste paranaense

Municípios	y1	y2	x1	x2
Assis Chateaubriand	11.384	0	35.367	0
Capitão Leonidas Marques	10.688	336	63.709	702
Cascavel	623	0	2.534	0
Céu Azul	2.318	515	8.110	984
Formosa do oeste	7.467	478	17.544	644
Foz do Iguaçu	18.852	702	69.592	1.130
Guaira	10.920	0	39.356	1
Marechal Cândido Rondon	27.713	206	77.188	332
Matelândia	19.787	1.133	84.776	2.314
Medianeira	5.867	699	22.090	1.659
Nova Aurora	4.622	30	9.670	70
Santa Helena	25.057	35	106.087	100
São Miguel do Iguaçu	45.559	2.233	188.984	6.648
Terra Roxa	7.434	374	200.423	1.314
Toledo	5.275	56	22.160	156

Y1 = Rama de hortelã (1975) (t); Y2 = Rama de hortelã (1980) (t); X1 = Preço (1975) (mil cruzeiros); X2 = Preço (1980) (mil cruzeiros).

Fonte: Censo Agropecuário Paraná (1975 & 1980). Dados de 1975 deflacionados para 1980 pelo IGP-DI (FGV).

²⁰ Ver referências.

²¹ Ver referências.

²² Entrevista de José Felício Brandão a Francisco A. P. Voll, realizada no município de Toledo em 2014.

extinção no Brasil. É possível observar pela Tabela 2 que entre 1975 e 1980, todos os municípios analisados tiveram uma queda significativa na produção de hortelã e nos rendimentos obtidos a partir deste produto.

Alguns municípios que foram grandes produtores do início da década de 1970, como Assis Chateaubriand, em 1980 já não tinham registros desta atividade. Em Toledo, onde a produção nunca foi tão significativa, ainda restavam alguns vestígios. Na Tabela 3 são considerados os mesmos municípios da Tabela 2, porém, vistos a partir do foco da temporalidade para aferir o período do auge até o completo desaparecimento de registros da hortelã no Censo Agropecuário Paraná:

Já referido anteriormente, o “Estudo para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas” do IPARDES (1977) revela que houve uma “crença do agricultor” em torno da constante necessidade de terras novas para o cultivo da hortelã, porque, em face do definhamento da cultura, existiam poucos estudos e práticas referentes a uma adubação própria para a *mentha*; o controle das pragas e doenças também era precário. O produtor João Agenor Santana²³, ao se referir ao combate à ferrugem (*Puccinia menthae*), a qual atacava a hortelã, assegura que as aplicações de veneno eram inúteis para combater esta praga.

À medida que a fertilidade do solo perdia as suas qualidades para sustentar a cultura da hortelã, a planta se tornava menos resistente, e a ferrugem atacava cada vez mais cedo. Dada a ineficiência em se combater esta praga, não havia

escolha, a não ser um corte cada vez mais precoce. Segundo João Santana, a hortelã deveria ser cortada com aproximadamente 45 cm para evitar que fosse destruída por completo pela ferrugem (*Puccinia menthae*), o que concorreu para a diminuição da quantidade de óleo produzido e, gradativamente, forçasse o abandono desta atividade na região Oeste do Paraná.

Os produtores consultados não tiveram auxílio em termos de linhas de crédito, de tecnologias ou informações que lhes permitissem corrigir os problemas de desgaste do solo e do ataque de “roxinha” e da ferrugem. O senhor Osvaldino expressa as dificuldades da época do final do ciclo da hortelã na propriedade em que cultivava:

A hortelã é mais de terra nova; eu não sei se hoje teria jeito de fazer um plantio, pode até ter, mas foi acabando, foi ‘carecando’, as pessoas foram parando, desmazelando... A roxinha foi atacando, atacando, a não vai dar mais, não compensa, porque a gente não tinha uma tecnologia pra poder fazer uma aplicação pra ela (hortelã) poder vim [...].²⁴

Tabela 3 – O período do auge até o completo desaparecimento de registros da hortelã no Censo Agropecuário Paraná.

Municípios	1970	1975	1980	1985
Assis Chateaubriand	25.431	11.384	0	-
Capitão Leônidas Marques	372	10.688	336	-
Cascavel	1.131	623	0	-
Céu Azul	376	2.318	515	-
Formosa do oeste	24.102	7.467	478	-
Foz do Iguaçu	2.278	18.852	702	-
Guaíra	10.550	10.920	0	-
Marechal Cândido Rondon	558	27.713	206	-
Matelândia	2.391	19.787	1133	-
Medianeira	84	5.867	699	-
Nova Aurora	23.160	4.622	30	-
Santa Helena	580	25.057	35	-
São Miguel do Iguaçu	941	45.559	2233	-
Terra Roxa	586	7.434	374	-
Toledo	905	5.275	56	-

Fonte: Censo Agropecuário Paraná (1970, 1975, 1980 & 1985).

²³ Ver referências.

²⁴ Entrevista do senhor Osvaldino Gomes Ferreira a Francisco A. P. Voll, realizada no município de Ouro Verde do Oeste/PR em junho de 2013.

6 O DECLÍNIO DA *MENTHA*

O ciclo da hortelã aparentemente não chegou ao fim por vontade daqueles que se empenharam na sua cultura e industrialização, mas sim pelas limitações tecnológicas e das instáveis condições de mercado que se apresentavam para o produto.

Durante o processo de expansão da hortelã no Paraná, esta cultura cruzou a fronteira e foi cultivada no Paraguai por influência de agricultores brasileiros (IPARDES, 1977).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decadência da cultura hortelaneira em todo o Paraná, não encontra uma única causa, mas podem ser resumidos em três causas principais.

O primeiro ponto a ser observado são as mudanças estruturais que ocorreram no Brasil durante a década de 1970. A entrada da mecanização trouxe duas vantagens bem conhecidas para os proprietários de terras: um grande salto na produção de grãos e uma dependência muito pequena de mão de obra. A mecanização disponível na época era voltada para a produção de grãos como a soja e o trigo, enquanto para a hortelã a produção ainda devia ser essencialmente braçal.

O segundo se refere a mudanças no mercado internacional de *mentol*. No final da década de 1970 o *mentol* sintético chegou ao mercado; sendo mais barato para se produzir, reduziu a importância do produto feito a partir da planta²⁵ (WATANABE et al., 2006). Entretanto, a produção de *mentol* natural em vários países nos dias de hoje mostra que o produto feito a partir da planta conseguiu manter o seu espaço no mercado.

O terceiro ponto é que não existem registros de que os produtores de hortelã tivessem qualquer assistência técnica, seja para aprimorar os processos produtivos ou corrigir os problemas que iam aparecendo, como o esgotamento do solo e o aparecimento de ferrugem. A Índia, país que iniciou o cultivo de *mentha arvensis* na década de 1980, conseguiu se consolidar como um grande produtor de hortelã e seus derivados já no início da década de 1990, em grande parte devido à introdução de novas variedades desenvolvidas no *India's Institute of Medicinal e Aromatic Plants* (CIMAP), se tornando líder mundial na produção de *mentol* (KUMAR, s/d.).

No Paraná das décadas de 1960 – 1980, o conhecimento sobre este cultivo parece ter sido repassado apenas por outros produtores, sem participação direta de organizações ou instituições. Já foi citado que o IPARDES (1977) afirmou a crença de que a hortelã duraria poucos anos em uma mesma área, mas, aparentemente, ninguém apareceu para desmistificar esta crença para o produtor.

REFERÊNCIAS

BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira**: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960 -2009). 2009. 155 f. Dissertação. (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2009.

BECKER, Jean-Jaques. O handicap a posteriori. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 27-32.

CÔRREA JÚNIOR, Cirino; GRAÇA, Luiz Roberto; SCHEFFER, Maria Christina (Orgs.). **Complexo Agroindustrial das Plantas Mediciniais, Aromáticas e Condimentares no Estado do Paraná –**

²⁵ Este efeito de substituição para ter sido temporário, pois conforme afirma Kumar (s.d), a indústria farmacêutica e de cigarros, utiliza cerca de 10.000 toneladas de mentol natural e 2.000 toneladas de mentol sintético.

Diagnóstico e Perspectivas. – Curitiba: Sociedade Paranaense de Plantas Mediciniais; EMATER-PR; [Colombo]: Embrapa Florestas, 2004.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**/ Boris Fausto. 2 ed., 5 reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 324p.

FERREIRA, Érica. A imigração japonesa, a identidade nipo-brasileira e o Movimento Dekassegui: o exemplo de Paraguaçu Paulista, São Paulo. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo8/trabalho_84.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FRANÇOIS. O handicap a posteriori. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 27-32.

Fundação IPARDES. **Estudos para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais integradas**. 1977.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 266p.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. 1917 – 2012 – **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 433p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**: Paraná – Santa Catarina. v. II, tomo XII, 2 parte. (VII Recenseamento Geral do Brasil).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 - Censo Agropecuário Brasil**.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970 - Censo Agropecuário Paraná**.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos de 1975 - Censo Agropecuário Paraná**. v. 1, tomo 18, 2 parte. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Agropecuário Paraná**, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980 - Censo Agropecuário Paraná**, Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos de 1985 - Censo Agropecuário número 22 Paraná**.

International Trade Centre. Disponível em: <<http://www.intracen.org/>>. Acesso em 05 out. 2013.

KUMAR, Sushil. **Mentol Mint**: Índia. Central Institute of Medicinal and Aromatic Plants (CIMAP) Lucknow, Índia. (s.d). Disponível em: <www.tcdc2.undp.org>. Acesso em: 19 fev. 2014

LAZIER, Hermógenes. **Paraná**: terra de todas as gentes e muita história. Francisco Beltrão, 2003.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 15-26.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 966p.

SANTOS, Carlos Roberto A., 1945. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 190p. (Farol do Saber).

SANTOS, Samuel Ribeiro dos; OLIVEIRA, Vicente Gonçalves de. Espaçamento para menta (*Mentha arvensis* L.) resultados experimentais do período de 1943-44 a 1950-51. **Bragantia**, Campinas, v. 20, n. único, 1961. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 05 fev. 2014.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam, 1936 - 2000. **História do Paraná**. 2. d. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. 335p.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WATANABE, C. H. NOSSE, T.M.; GARCIA, C. A.; PINHEIRO. Extração do óleo essencial de menta (*Mentha arvensis* L.) por destilação por arraste a vapor e extração com etanol. **Rev. Bra. Pl. Med.** Botucatu, v. 8, n. 4, p. 76-86, 2006. Disponível em: <www.sbpmed.org.br>. Acesso em: 10 jan.2014.

Fontes orais

João Agenor Santana nasceu na Bahia, mas passou a sua infância e juventude em Minas Gerais. Mudou-se para Assis Chateaubriand em 1962, quando, junto com seu irmão, arrendou um pedaço de terra e trabalhou com café e um pequeno lote de hortelã. Em 1965 mudou-se para Toledo e em 1966 começou a trabalhar com hortelã neste município. Atualmente é pescador e aposentado.

Osvaldino Gomes Ferreira nasceu em Porecatu/PR, perto da divisa com o Estado de São Paulo. Sua família foi arrendatário de terras e proprietária de alambique. Trabalhou com hortelã nos municípios de Marechal Cândido Rondon e, posteriormente, em Toledo (em uma região que, atualmente, faz parte do município de Ouro Verde do Oeste). Hoje é agricultor e vende sua produção na Feira Municipal de Ouro Verde do Oeste.

Jorge Alves de Macedo nasceu em Minas Gerais, na cidade de São José do Divino, Estado em que trabalhava com café e vaca de leite. Em 1966 mudou-se para Goioerê/PR, onde trabalhou como trabalhador diarista nas lavouras de hortelã, em propriedades de colonos japoneses. Depois de voltar para Minas Gerais, em 1972, mudou-se para a Colônia Santa Quitéria, que ficava entre Toledo (atual Ouro Verde do Oeste) e Santa Helena (atual São José das Palmeiras), local em que trabalhou com hortelã, primeiro como arrendatário e, depois, como proprietário. Atualmente é aposentado e cria cabeças de gado no seu sítio em São José das Palmeiras, mesmo local onde cultivou hortelã.

José Felício Brandão (*in memoriam*) nasceu em São José do Rio Preto/SP em 1930 e, desde a infância, trabalhou com café. Mudou para o Paraná em 1954, atraído pelas terras férteis deste Estado. No final da década de 1960 aprendeu sobre o cultivo e destilação de hortelã com um vizinho em Formosa/PR. Posteriormente, arrendou 30 alqueires na Fazenda Paulista, situada no município de Terra Roxa/PR,

onde trabalhou até meados da década de 1970. Era dono do alambique, caminhão e outras ferramentas de trabalho e contratava meeiros para ajudar na lavoura.

Matilde Ribeiro de Macedo nasceu em Minas Gerais, na cidade de Porteirinha. Casou com Jorge Alves de Macedo em 1970 e se mudaram para a Colônia Santa Quitéria em 1972. Trabalhava tanto em casa como nas lavouras de hortelã, ajudando a colher e rastelar. Assim como outras mulheres, além de ajudar na colheita e cuidar dos filhos e da casa, era responsável por preparar alimento para o marido, quando este se dedicava às jornadas de trabalho no alambique. Atualmente é dona de casa e aposentada.

A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: INDICADORES E ÍNDICES ECONÔMICOS E SOCIAIS DE AVALIAÇÃO¹

Jaime Antonio Stoffel²

Silvio Antonio Colognese³

Resumo: O objetivo central deste artigo é avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar, por meio da proposição de indicadores e índices relativos às dimensões econômica e social envolvendo diferentes formas de organização produtivas, vistas a partir de contextos locais. A análise multidimensional permitiu captar tanto os fenômenos internos quanto os externos que interferem na sustentabilidade das propriedades de agricultura familiar pesquisadas. As especificidades e generalidades ficaram explícitas nos indicadores propostos e avaliados. O modelo utilizado demonstrou que teve a sensibilidade na apresentação dos seus parâmetros para captar, de certa forma, as idiosincrasias de cada propriedade nas diferentes formas de organização produtivas. Isso permite que se possa olhar a questão da sustentabilidade de forma individual, como também em contextos localizados para o conjunto das propriedades agrícolas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Multidimensionalidade; Sustentabilidade; Formas de organização produtivas.

Abstract: The main objective of this article is to assess the sustainability of family farming, through the proposal of indicators and indices relating to economic and social dimensions, involving different forms of productive organization views from local contexts. The multidimensional analysis allowed capture both internal as external phenomena that affect the sustainability of family farms surveyed properties. The specifics and generalities were explicit in the proposed and evaluated indicators. The model showed that had the sensitivity in presenting their parameters to capture, in a way, the idiosyncrasies of each property in the different forms of productive organization. This allows one to look at the issue of sustainability individually as well as in contexts located for all the farms.

Keywords: Family farming; Multidimensionality; Sustainability; Forms of productive organization.

INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade denota, na maioria das vezes, apenas sentidos voltados às questões ambientais. Contudo, a sustentabilidade constitui-se num conceito dinâmico que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto mundial em constante expansão. Este é bem

¹ Este artigo é originário do sexto capítulo da Tese de Doutorado do primeiro autor, Jaime Antonio Stoffel, intitulada “Construção e avaliação de indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar: uma análise multidimensional”, defendida em dezembro de 2014, sob a orientação do segundo autor, Silvio Antonio Colognese.

² Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Câmpus Toledo (2014). Docente efetivo no Curso de Ciências Econômicas, CCSA, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Câmpus de Francisco Beltrão, PR. Líder do Grupo de Pesquisa GPEAD. E-mail: jaimestoffel@hotmail.com

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1997). Docente efetivo no Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Câmpus de Toledo, PR. E-mail: silviocolognese@ibest.com.br

mais abrangente e envolve outras dimensões, além da ambiental, entre as quais se destacam a sustentabilidade social, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política, a qual pode ser caracterizada pelo ambiente institucional.

A sustentabilidade social coloca-se à frente das demais, por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, bem como porque existe a probabilidade de um colapso social ocorrer mais rapidamente que uma catástrofe ambiental. A sustentabilidade ambiental vem em decorrência de outros fatos, como a distribuição territorial equilibrada de assentamentos humanos e atividades a fim. A sustentabilidade econômica surge como uma necessidade, mas não pode ser vista como uma condição prévia das anteriores. Mas o transtorno econômico traz consigo o transtorno social que, por consequência, obstrui a sustentabilidade ambiental.

Infere-se que, ao longo do processo de colonização do Sul do Brasil e até os dias atuais, a agricultura familiar experimentou várias formas de produção, na tentativa de adaptar-se às novas mudanças impostas pelo sistema dominante. Assim, existem evidências da ocorrência de processos diferenciados de transformação desta produção agrícola familiar sob o capitalismo, o que denota que o debate clássico ainda deverá ter continuidade. Por outro lado, estas transformações permitiram aos que permaneceram no campo buscar novas alternativas para a sua sobrevivência e prosperidade.

Estes pequenos produtores, hoje conceituados como agricultores familiares, sempre estiveram na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura. Contudo, apesar de sofrer perdas de renda, dificuldades de adaptação ao longo do contexto histórico-estrutural no qual a agricultura familiar está inserida, é uma categoria de produtores que procura estabelecer e adequar-se a diferentes formas de organização produtiva que surgem em períodos diversos como estratégia de construção da permanência e da sustentabilidade de suas atividades.

Assim, diante da complexidade encontrada para explicar o termo sustentabilidade, busca-se evidenciar nesse artigo a importância de relacionar diferentes dimensões e diferentes formas de organização produtivas para medir a sustentabilidade na agricultura familiar a fim de dar uma amplitude na explicação do tema. Evidencia-se, da mesma forma, a importância de investigar a sustentabilidade da agricultura familiar a partir de contextos locais, dada a heterogeneidade presente nos diversos ambientes.

O presente estudo foi desenvolvido a partir de uma microbacia situada no município de Francisco Beltrão, na região Sudoeste do Estado do Paraná. Dada importância da agricultura familiar na região, a escolha de uma microbacia representativa para a pesquisa permitiu a realização de um estudo localizado sobre as condições em que esses agricultores se encontram em termos de sustentabilidade nas suas propriedades.

Por outro lado, a construção e avaliação de Indicadores e Índices de Sustentabilidade, capazes de correlacionar diferentes dimensões ao mesmo tempo, permitiu também a avaliação em termos quantitativos e qualitativos de fenômenos presentes nessas propriedades. Estes poderão servir de parâmetro para intervenções mais pontuais e seguras, por meio de órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Emater, Cooperativas), na direção da promoção da sustentabilidade desses agricultores familiares.

1 SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A ideia de desenvolvimento rural sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade”, ou inadequação econômica, social e ambiental do atual padrão de desenvolvimento das sociedades (ALMEIDA, 1997). De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a definição de agricultura e desenvolvimento rural sustentável originou-se de uma reunião da *Food and Agriculture Organization* (FAO, 1991), da seguinte forma:

O manejo e a conservação da base de recursos naturais, e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável

(na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito (FAO, 1991 apud GIORDANO, 2000, p. 263-264).

Souza Filho (2001) defende a ideia de resiliência para definir a sustentabilidade de um agroecossistema. Segundo o autor, a sustentabilidade é determinada por sua habilidade em manter produtividade quando submetido a forças perturbadoras. Essas forças se classificam em dois tipos: *stress* e choque.

O efeito de um *stress* se vê como pouco significativo no curto prazo, porém, com efeitos destrutivos e, muitas vezes, irreversíveis em longo prazo, dada a sua ação cumulativa. Os sintomas de *stress* aparecem por meio da erosão, salinização, contaminação do solo e da água, como também pelos preços declinantes dos produtos. Já o choque é um evento imprevisível e transitório, como, por exemplo, uma nova peste, seca, inundação, forte elevação no preço dos insumos, entre outros (SOUZA FILHO, 2001).

Portanto, o debate sobre como alcançar sustentabilidade na agricultura é problematizado por disputas e discordâncias no que diz respeito a quais elementos da produção são aceitáveis e quais não são. Algumas tecnologias agrícolas, tidas como sustentáveis no mercado de insumos, podem não ser sustentáveis na propriedade agrícola. O uso de dejetos de suínos e aves, muito utilizados, principalmente nas pequenas propriedades, em substituição a adubos químicos, é tido como sustentável, porém, o uso excessivo compromete o lençol freático local. Da mesma forma, a agricultura orgânica é amplamente aceita como sustentável, mas deixa de ser com a prática da monocultura orgânica (SOUZA FILHO, 2001).

Altieri (apud ETGES, 2001) salienta que a busca pela sustentabilidade na agricultura familiar não requer apenas mudanças biológicas ou técnicas, mas, sobretudo, mudanças sociais, econômicas e políticas. Nessa ótica, a noção de sustentabilidade na agricultura familiar, que tem como foco principal conciliar segurança alimentar com a obrigação de conservar os recursos naturais, demandará, além do conhecimento adquirido, o saber agrônomo convencional integrado ao conhecimento sistêmico. Isto levará a uma integração dos diversos componentes de um agroecossistema.

Corroborando com o exposto, Ehlers (2008) destaca a probabilidade de que vários elementos que compõem a sustentabilidade já existem, porém, a importância de levar em consideração as experiências bem sucedidas e a incorporação dos conhecimentos acumulados pelos agricultores ao longo do tempo são, da mesma forma, fundamentais para o Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar. É insuficiente corrigir os erros gerados pelo uso ineficiente das técnicas até então consideradas as mais eficientes. Essencialmente, requer-se uma mudança do padrão tecnológico dominante.

É importante salientar que essas mudanças são processos demorados, pois, muitas vezes, atingem ou “cobram” mudanças radicais, profundas, já solidificadas nas comunidades, como questões de dignidade das pessoas, ideologias e crenças, mudanças na consciência das pessoas, rupturas culturais. Cabe aos agentes representados por entidades governamentais e não governamentais exercer essa função da interação com os atores sociais (agricultores familiares, no caso) na busca por essas mudanças, as quais irão fomentar a construção de indicadores necessários para promover a sustentabilidade dessas comunidades de agricultores familiares.

Ou seja, a capacidade dos agricultores familiares de gerar novidades, inovações endógenas, vem sendo, em grande medida, negligenciada. É na agricultura familiar que se mantém a capacidade de geração de novidades, e essas não podem ser desprezadas, pois adequadamente utilizadas são capazes de gerar formas de organização produtivas e tecnologias abrangentes para serem utilizadas em diferentes escalas e nos mais diferentes subsistemas dos agroecossistemas. Está na capacidade de invenção e experiência desses agricultores a adaptação necessária de acordo com o ambiente e o espaço em que se encontram.

Esses inventos locais permitem uma adequação melhor de gestão e manejos específicos de certas atividades, que respeitem os limites e potencialidades de cada pequeno produtor. Estas são

características fundamentais para explorar especificidades locais e que, por consequência, levam ao desenvolvimento local e sustentável. Essas características, ignoradas ou não encontradas na modernização da agricultura, são, em grande parte, responsáveis pela “insustentabilidade” dos atuais padrões da agricultura familiar, justamente por não conseguir entender e trabalhar as diversidades encontradas nesse universo de produtores (DAL SOGLIO, 2013).

É pela participação e capacidade de integrar conhecimentos que se pode atingir a transição para uma forma de sustentabilidade na agricultura familiar. Produzir tecnologias apropriadas e adequadas localmente, obedecendo às especificidades de cada ecossistema, o engajamento entre os agentes (organizações) e os atores (agricultores), a mudança de relação entre os saberes e a mudança de estratégia do regime sociotécnico e socioeconômico vigentes são condições fundamentais para almejar a sustentabilidade na agricultura familiar e o consequente Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a sustentabilidade em comunidades locais de agricultores familiares estaria vinculada à capacidade desses agricultores conservar ou aumentar a qualidade de vida, a fim de manter e garantir recursos para as próximas gerações no âmbito ambiental. Ou seja, a sustentabilidade desses agricultores familiares vai depender da complementaridade e da interação entre diferentes dimensões da adaptação nas suas diferentes formas de organização produtivas.

1.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVAS

A produção agrícola familiar tem uma cultura específica que se refere a uma tradição. Todavia, esta se encontra inserida num sistema que experimenta constantes e variadas transformações e/ou inovações, às quais precisa se adaptar em nível local, regional, nacional e internacional, e que, na maioria das vezes, exige uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado, através de produtos padronizados.

Atualmente, as transformações na agricultura familiar assumem uma racionalidade moderna que exigem certo grau de profissionalização do agricultor, de modo que este se encontra inserido num contexto geral de mercado, e não mais parcial. No entanto, estes “novos produtores” (pelo menos uma grande parte deles), quando comparados com seus meios de produção utilizados no passado, na chamada agricultura tradicional, em muitos casos, evidenciam uma continuidade de vestígios que permanecem ao longo do tempo e foram evidenciados desde os autores clássicos, tal como a produção voltada para a subsistência, defendida por Chayanov (1974).

Ou seja, as estratégias de reprodução e permanência em condições modernas, continuam baseadas, em grande parte, na valorização e no uso dos recursos naturais e internos existentes na propriedade, bem como nas relações familiares, que tem como objetivo principal assegurar a sobrevivência da família no presente e garantir sua reprodução no futuro. Com efeito, os agricultores familiares modernos enfrentam as constantes inovações e desafios da modernização no presente com as mesmas “armas” e costumes culturais que aprenderam a usar ao longo do tempo.

Da mesma forma como ocorre a modernização na produção agrícola também se dá a modernização na produção pecuária, a qual, juntamente com o sistema de integração, causa a diferenciação entre os pequenos produtores familiares (STOFFEL, 2004). Uns podem melhor se estruturar e ampliar as rendas; outros, apenas têm nas atividades pecuárias meios adicionais de complementarem a renda familiar. Na produção leiteira, por exemplo, os agricultores mais capitalizados promovem com frequência novos investimentos em espaço físico e maquinário. Já os menos capitalizados adaptam antigos galpões existentes na propriedade em salas de ordenha e alimentação para os animais.

A suinocultura se constitui, ao longo do tempo, como o elemento de diversidade e de alternatividade mais regular e de importância ascendente, que tem se modernizado nos anos setenta através do melhoramento genético e da integração com a agroindústria. Logo após, surge também, nesta mesma direção, a criação de aves (frangos e perus). Na sequência, destaca-se a atividade leiteira, com expressivo destaque na Região Sudoeste do Paraná, porém, ainda com a cadeia produtiva um tanto quanto desestruturada.

Diante destes fatos, conforme aponta Stoffel (2004), fica evidente que há uma sensível complexificação nos modelos de organização produtiva da agricultura familiar, que origina uma diversificação nas formas de organização produtiva. O modelo de diversificação produtiva, voltado principalmente para a subsistência, decaí, e a pequena produção agrícola familiar passa a assumir novas formas de organização das atividades que lhe são inerentes.

Uma das formas consiste na especialização da produção agrícola, em moldes modernos, especialmente para a produção de grãos (soja, milho, trigo, feijão) destinados, prioritariamente, ao mercado. Outra forma consiste na integração com empresas agroindustriais para a produção intensiva, especialmente de aves e suínos. Outra, ainda, prioriza a atividade leiteira. No entanto, estas alternativas de organização produtiva da pequena propriedade, na maioria das vezes, não são exclusivas, o que determina a ocorrência de uma diversidade ainda maior nessas formas de organização da pequena produção agrícola familiar.

Assim, quando a integração não for a única atividade produtiva da pequena propriedade, emergem outras alternativas de renda, como o cultivo do milho e a produção de leite. Da mesma forma, quando a produção especializada de grãos constitui a principal fonte de renda da propriedade será combinada com outras fontes secundárias de renda, como a criação de peixes, o cultivo da mandioca e uma série de produtos para a subsistência.

Infere-se que, ao longo do processo de colonização até os dias atuais, a agricultura familiar experimentou várias formas de produção, sempre na tentativa de adaptar-se às mudanças impostas pelo sistema. Ou seja, existem evidências da ocorrência de processos diferenciados de transformação desta produção agrícola familiar sob o capitalismo. Isto permite aos que permanecem no campo buscar novas alternativas para sua sobrevivência e prosperidade.

Em suma, a sustentabilidade da agricultura familiar está relacionada à combinação de diferentes formas de organização produtivas. Contudo, o problema consiste em determinar em que medida a articulação entre as dimensões econômica e social em torno de indicadores e parâmetros para as diferentes formas de organização apresentadas é capaz de evidenciar a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais.

Nesse sentido, tendo por finalidade avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar em contextos locais, por meio de indicadores e índices de sustentabilidade, apresenta-se, na sequência, os procedimentos metodológicos que norteiam o presente artigo.

2 METODOLOGIA

Os dados utilizados nesta pesquisa compreendem dois tipos principais: primários e secundários. Para a coleta e seleção, optou-se por duas formas de pesquisa:

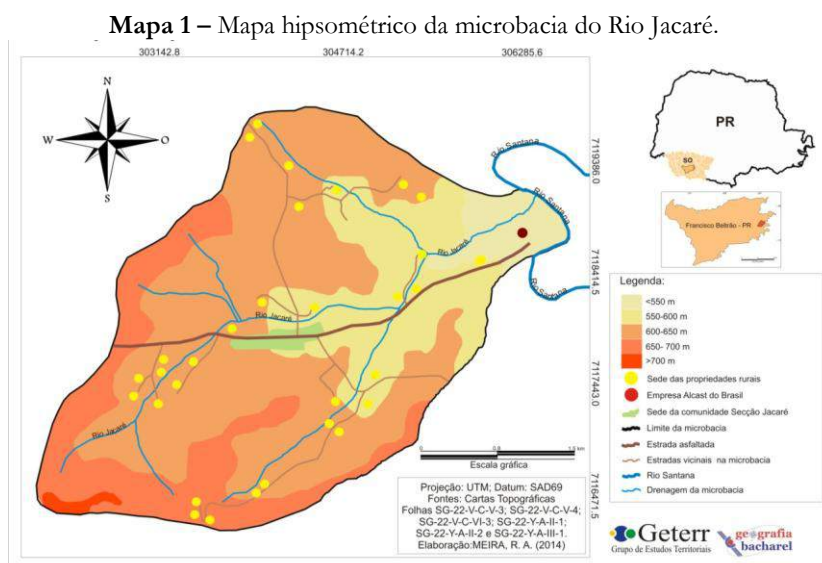
- a) Pesquisa de campo: nesta etapa da pesquisa, seguiram-se os métodos de aplicação de questionário, entrevista e observação para coletar dados junto aos produtores familiares, efetuados pelo próprio pesquisador, que envolveu todas as propriedades localizadas na microbacia em estudo. Os dados coletados são representativos na construção de indicadores e índices de sustentabilidade para essas propriedades;
- b) Pesquisa documental: além da pesquisa bibliográfica (livros, revistas especializadas, periódicos, artigos científicos etc.), decidiu-se pela utilização de dados secundários para dar suporte aos dados primários. Recorreu-se, nesse sentido, a órgãos específicos, como a EMATER/Pr., Cooperativas de Crédito (Cresol) e de apoio à agricultura familiar (UNICAFES), bem como à Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

A análise abrange a área geográfica que compreende a Região Sudoeste do Estado do Paraná, a qual ocupa uma área de 11.651Km², correspondendo a 5,85% do território do Estado. O Sudoeste situa-se no terceiro planalto Paranaense, à margem esquerda do Rio Iguaçu. Faz fronteira, à Oeste, com a Argentina e, ao Sul, com o Estado de Santa Catarina.

Para esta pesquisa, optou-se por estudar as propriedades agrícolas que envolvem a agricultura familiar, situadas no município de Francisco Beltrão, especificamente a comunidade denominada de

Secção Jacaré na microbacia do Rio Jacaré. O Mapa 1 mostra a localização da área estudada, juntamente com a distribuição das propriedades de agricultura familiar (33 propriedades) que compõem o universo dessa pesquisa.

Por meio dos Indicadores de Sustentabilidade (IS) e/ou do Índice de Sustentabilidade Individual (ISI) de cada dimensão analisada nas diferentes formas de organização produtiva chega-se ao Índice de Sustentabilidade Específico (ISE), que, segundo Rabelo e Lima (2012, p. 408), tem como principal função permitir o conhecimento do grau de sustentabilidade no qual se encontra aquilo que se avalia. Esse índice tem a particularidade de indicar em quais dimensões analisadas por meio dos indicadores deverão ser tomadas



Fonte: GETERR, 2014.

ações para melhorar o seu grau ou continuar no ritmo de sustentabilidade que se busca na análise.

Os mesmos autores salientam que a construção de índices nada mais é do que transformar o valor dos Indicadores de Sustentabilidade num *quantum* que varia entre 0 e 1, de forma que o valor 1 significa a melhor condição de sustentabilidade alcançada, ao passo que o valor 0 significa o desempenho mais desfavorável, ou seja, sustentabilidade não alcançada.

Apresenta-se no Quadro 1 os graus de sustentabilidade que serão atingidos de acordo com os cálculos dos indicadores que envolvem as diferentes dimensões analisadas (social, econômica) nessa pesquisa a fim de medir a sustentabilidade da agricultura familiar na área estudada.

Quadro 1 – Níveis de sustentabilidade, legenda e respectivos intervalos.

Nível de sustentabilidade	Legenda	Intervalo
Sustentabilidade excelente	VERDE	$1 \leq IS \leq 0,800$
Sustentabilidade boa	AZUL	$0,799 \leq IS \leq 0,650$
Sustentabilidade média	AMARELO	$0,649 \leq IS \leq 0,500$
Sustentabilidade ruim	ROSA	$0,499 \leq IS \leq 0,300$
Sustentabilidade crítica	VERMELHO	$0,299 \leq IS \leq 0,000$

Fonte: Rabelo e Lima (2012) – adaptado do PNUD (1998) e pelo autor.

A condição de se utilizar as respectivas cores nas escalas de sustentabilidade serve apenas como fim didático na análise, pois permite uma melhor visualização do contexto dos Indicadores de Sustentabilidade analisados com o objetivo de tornar o resultado o mais claro possível para os tomadores de decisões.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Diante da remota probabilidade de se alcançar o objetivo do Desenvolvimento Sustentável em nível global, surge a discussão sobre o termo sustentabilidade. Este trata mais especificamente as realidades locais, ou seja, por meio das especificidades de cada local, numa escala territorial mais próxima às sociedades, permite que as comunidades possam tomar suas decisões em prol da sua sustentabilidade local em médio/longo prazo e, a partir desta, caminhar para o Desenvolvimento Sustentável global.

Surge, nesse sentido, na perspectiva da sustentabilidade, o uso de indicadores e índices para avaliar, nas diferentes dimensões, quais sejam, nesse estudo, as dimensões econômica e social, bem como o caminho a ser seguido pelos atores e agentes locais. O objetivo é promover o dinamismo

endógeno e a participação efetiva da sociedade na construção de novas políticas, novos rumos, novas diretrizes, comportamento inovador, por ter em vista o desenvolvimento local sustentável.

3.1 DIMENSÃO ECONÔMICA

Na operacionalização da sustentabilidade na dimensão econômica, busca-se a alocação e gestão eficientes dos recursos, visando à distribuição equitativa dos benefícios econômicos gerados. A viabilidade econômica, a capacidade de suporte frente a riscos, a autonomia de recursos, a rentabilidade dos fatores e a busca pela estabilidade econômica contemplam a manutenção do sistema ao longo do tempo, frente às pressões socioambientais que permitem gerar uma sustentabilidade estável e suficiente à reprodução social dos agentes envolvidos.

É na avaliação da sustentabilidade da agricultura familiar na dimensão econômica, por meio de indicadores nas diferentes formas de organização produtivas, que se verificam as relações de produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens. Também permite avaliar o processo de capitalização ou de descapitalização desses agricultores familiares, identificando a lógica econômica nas atividades e práticas agrícolas e pecuárias desenvolvidas nas propriedades.

A decisão em comparar os indicadores de sustentabilidade nas principais formas de organização produtivas desempenhadas pelos agricultores familiares na área de estudo privilegia, de certa forma, as mudanças pelas quais esses agricultores passam ao longo do tempo, ou seja, a necessidade de adequar-se às atividades que lhes são “oferecidas” pelas leis do mercado e pelo próprio sistema vigente.

Nesse

sentido, demonstra-se na Tabela 1 os resultados alcançados nos cálculos dos Indicadores de Sustentabilidade (IS) para a agricultura familiar na área analisada, como também o Índice de Sustentabilidade Individual (ISI) para cada produtor pesquisado. Isso permite comparar o desempenho nas diferentes formas de organização produtivas, no intuito de demonstrar as especificidades apresentadas em cada uma. O propósito de atingir a sustentabilidade nas atividades desempenhadas

Tabela1 – Apresentação dos dados relativos às diferentes formas de organização produtivas na dimensão econômica.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA																				
DIMENSÃO ECONÔMICA		PRODUTORES																		
INDICADORES		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
SCORES																				
Produtividade da Terra		0,15	0,25	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,15	0,10	0,15	0,15	0,15	0,30	0,25	0,20	0,25	
Capacidade de Investimento na Propriedade		0,40	0,30	0,40	0,20	0,30	0,30	0,30	0,20	0,40	0,40	0,30	0,40	0,40	0,30	0,00	0,40	0,20	0,30	
Nível/grau de Endividamento		0,30	0,30	0,30	0,20	0,30	0,30	0,30	0,30	0,40	0,30	0,40	0,40	0,40	0,30	0,10	0,30	0,20	0,30	
Diversificação da Produção		0,10	0,00	0,10	0,10	0,10	0,20	0,00	0,00	0,20	0,10	0,20	0,20	0,10	0,10	0,10	0,10	0,00	0,20	
Diversificação de Mercados Compradores		0,10	0,10	0,10	0,20	0,20	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20	0,10	0,10	0,10	
Autonomia Estrutural		0,30	0,30	0,20	0,20	0,20	0,30	0,25	0,20	0,30	0,25	0,40	0,40	0,40	0,35	0,20	0,40	0,35	0,30	
Atividades Complementares à Renda		0,30	0,20	0,00	0,20	0,00	0,20	0,00	0,20	0,20	0,00	0,20	0,20	0,20	0,30	0,20	0,20	0,00	0,20	
Segurança na Propriedade		0,21	0,20	0,18	0,21	0,11	0,16	0,16	0,24	0,26	0,16	0,31	0,26	0,25	0,26	0,21	0,21	0,20	0,15	
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,58	0,52	0,45	0,46	0,43	0,54	0,39	0,44	0,63	0,46	0,64	0,64	0,63	0,58	0,36	0,63	0,44	0,48	
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)																			0,52	
FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO LEITEIRA																				
DIMENSÃO ECONÔMICA		PRODUTORES								IS	ISE									
INDICADORES		1	2	3	4	5	6	7	8											
SCORES																				
Produtividade da Terra		0,25	0,20	0,15	0,20	0,15	0,15	0,15	0,10	0,42										
Capacidade de Investimento na Propriedade		0,30	0,20	0,20	0,40	0,30	0,30	0,40	0,30	0,75										
Nível/grau de Endividamento		0,20	0,20	0,30	0,30	0,30	0,30	0,40	0,30	0,72										
Diversificação da Produção		0,00	0,00	0,10	0,10	0,00	0,20	0,30	0,00	0,22										
Diversificação de Mercados Compradores		0,10	0,10	0,20	0,10	0,10	0,10	0,30	0,20	0,38										
Autonomia Estrutural		0,35	0,20	0,25	0,25	0,25	0,25	0,25	0,30	0,66										
Atividades Complementares à Renda		0,00	0,20	0,20	0,10	0,30	0,30	0,30	0,00	0,44										
Segurança na Propriedade		0,10	0,10	0,16	0,20	0,31	0,26	0,21	0,21	0,49										
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,41	0,38	0,49	0,52	0,54	0,58	0,72	0,44		0,51									
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)											0,51									
FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO INTEGRADA																				
DIMENSÃO ECONÔMICA		PRODUTORES					IS	ISE												
INDICADORES		1	2	3	4	5														
SCORES																				
Produtividade da Terra		0,20	0,10	0,15	0,10	0,20	0,38													
Capacidade de Investimento na Propriedade		0,30	0,30	0,40	0,30	0,40	0,85													
Nível/grau de Endividamento		0,30	0,20	0,30	0,30	0,40	0,75													
Diversificação da Produção		0,20	0,10	0,20	0,20	0,20	0,45													
Diversificação de Mercados Compradores		0,10	0,10	0,10	0,10	0,10	0,25													
Autonomia Estrutural		0,35	0,30	0,35	0,30	0,35	0,83													
Atividades Complementares à Renda		0,20	0,20	0,00	0,20	0,00	0,30													
Segurança na Propriedade		0,30	0,18	0,16	0,20	0,21	0,53													
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,61	0,46	0,52	0,53	0,58		0,54												
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)								0,54												

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados na pesquisa de campo (2014).

também pode ser observado pelo Índice de Sustentabilidade Específico (ISE) para cada forma de organização produtiva.

A pesquisa mostra que, na maior parte das propriedades da área pesquisada, predomina a forma de organização produtiva voltada para a produção de grãos, seguida pela produção de leite e pela produção integrada. Uma característica comum observada em ambas as formas de produção é um baixo grau de beneficiamento e/ou agregação de valor aos cultivos e produtos no interior das propriedades, transferindo esse processo de industrialização para fora das unidades produtivas. O leite comercializado *in natura* e a venda de peixes vivos para frigoríficos são práticas comuns nessas propriedades.

Esse comportamento de pouco ou nenhum valor agregado aos produtos antes da comercialização leva esses agricultores a uma maior dependência de insumos externos e a uma maior dependência de agentes externos, no caso da compra de seus produtos. Um produto que não apresenta uma diferenciação nas suas características originais é classificado, na maioria das vezes, como matéria-prima, tendo, dessa forma, o mercado comprador bastante limitado e o poder de negociação comprometido.

Este fato aparece de modo evidente na Tabela 1, a qual apresenta os oito indicadores selecionados para avaliar a sustentabilidade dos agricultores familiares na área de estudo na dimensão econômica. Atenção especial deve ser dada para os indicadores Produtividade da Terra; Diversificação da Produção; Diversificação de Mercados Compradores; Atividades Complementares à Renda e Segurança na Propriedade. Percebe-se que, de acordo com a escala estabelecida, a sustentabilidade constatada para esses indicadores encontra-se em níveis comprometedores, os quais se situam entre a sustentabilidade média e a sustentabilidade crítica (0,00 a 0,649).

Quando se trata do indicador Produtividade da Terra, o qual, no presente estudo, é composto pelos parâmetros de valor agregado e agregação de valor à produção, a sustentabilidade ruim é explicada, sobretudo, pelos crescentes custos de produção dos insumos externos, necessários ao processo produtivo. Soma-se a isso a constante renovação e adequação de tecnologias demandadas para acompanhar a evolução no plantio e colheita desses produtos (no caso específico de grãos), como também o acompanhamento das mudanças genéticas nas sementes e o uso excessivo de insumos químicos. Ou seja, ocorreu um aumento significativo na produtividade da terra nas últimas décadas, mas que se deu apenas pelo uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e tecnologias de plantio (máquinas e equipamentos) avançadas, já que, no caso do recurso natural terra, essa só mantém a produtividade com o uso desses insumos. A terra propriamente dita serve única e exclusivamente como fixadora da planta. A fertilidade natural dela se esgota de tempos em tempos.

Dessa forma, os resultados positivos na produtividade atingidos nas unidades produtivas são “maquiados” pelos altos custos de produção necessários para atingir tais resultados. Os escores contidos na Tabela 1 (situando-se entre 0,10 a 0,30) confirmam tal fato, o que leva ao comprometimento e à ameaça da sustentabilidade desses agricultores familiares. Maior produção não significa, na prática, um aumento na renda, porém, pode causar o enfraquecimento das unidades produtivas.

Corroborando para esse cenário aparecem os indicadores Diversificação da Produção e Diversificação de Mercados Compradores, os quais apresentam níveis de sustentabilidade ruins a críticos (0,00 a 0,499). Quando há uma diversificação de atividades reduzidas na propriedade ocorre um aumento na dependência de insumos externos à propriedade, já que o processo de inter-relação e complementação de atividades não ocorre. Isso eleva os custos no processo produtivo, reduz a renda e prejudica a autonomia desses produtores.

Já quando se trata de mercados compradores, da mesma forma, quanto menor for a agregação de valor aos produtos em virtude da não diferenciação dos mesmos no mercado, menor será o leque de oportunidades de comercialização e poder de negociação dos agricultores familiares. Esses passam a depender de poucos compradores para os produtos, o que caracteriza um mercado oligopsônico ou monopsonico. São mercados detentores de um alto poder de concentração e determinação do preço

pago ao produtor, deixando pouca ou nenhuma margem de negociação, minando seu poder de barganha e alijando seu retorno financeiro na propriedade.

Em suma esses agricultores tornam-se reféns das grandes corporações, ficando totalmente atrelados às regras impostas tanto à montante, quanto à jusante em termos de produção e mercado. Produzem, basicamente, a matéria-prima necessária para as indústrias, sem, no entanto, terem a possibilidade de reivindicar preços justos aos seus produtos. Dessa forma, colocam a sustentabilidade das suas unidades produtivas e a sua permanência na atividade em risco.

Essa prisão e/ou manipulação não se dá somente em termos de comercialização e determinação de preços, como também se confirma em outro indicador analisado, qual seja, Atividades Complementares à Renda. Tal indicador foi medido por meio do parâmetro renda não agrícola, a qual é composta pela renda recebida pelos familiares ou integrantes da família com atividades desenvolvidas fora da propriedade agrícola. Fica evidente que, de acordo com a forma de organização produtiva desenvolvida, o grau de atrelamento à atividade é mais acentuado. No nosso caso, a forma de organização produtiva com predomínio da integração, na qual há a necessidade de pessoas disponíveis no processo de produção em tempo integral, confirma esse fato.

Nesse íterim, percebe-se por meio do indicador Segurança na Propriedade – o qual é explicado por vários parâmetros utilizados nessa pesquisa, como intoxicações dos indivíduos, as várias intempéries climáticas que influenciam em maior ou menor produção, seguro contra essas intempéries, seguro de vida, poupança, previdência privada – que o seu grau de sustentabilidade está diretamente comprometido com os demais indicadores analisados. Os custos de produção e, conseqüentemente, os retornos reduzidos, inibem os produtores a adotarem medidas preventivas na proteção das unidades produtivas, bem como cuidar da sua própria prevenção.

Ainda em relação a esse mesmo indicador, o nível de sustentabilidade passa a ser afetado pelos três indicadores analisados, e que apresentam uma escala de sustentabilidade entre boa e excelente, quais sejam, Capacidade de Investimento na Propriedade; Nível/grau de Endividamento e Autonomia Estrutural. Essa influência ocorre pelo fato de a própria renda gerada na propriedade ser priorizada para novos investimentos, ou apenas para manter o patrimônio já existente.

O bom desempenho dos indicadores em ambas as formas de organização produtiva – mais especificamente o indicador Capacidade de Investimento na Propriedade – é explicado pelo fato de a variabilidade e especificidade de linhas de crédito destinadas atualmente para as diferentes atividades desempenhadas na agricultura familiar. Destacam-se as taxas de juros subsidiadas e carências e prazos estendidos para sua quitação. Atrelado ao indicador está a sustentabilidade positiva apresentada para o indicador Nível/grau de Endividamento. A positividade se dá principalmente pelo comportamento conservador dos produtores familiares analisados em honrar os compromissos financeiros e manter o caráter e moral.

Já no que diz respeito ao indicador Autonomia Estrutural, que foi medido pelos parâmetros propriedade da terra, mão de obra familiar e disposição de máquinas e equipamentos, o bom desempenho é explicado pela totalidade das propriedades possuírem a posse da terra e da disponibilidade da mão de obra familiar. A disponibilidade de máquinas e equipamentos nas propriedades, dependendo apenas em alguns momentos, ou algumas atividades específicas, do empréstimo de máquinas de terceiros, ou mesmo da troca de serviços entre os produtores, ou ainda do uso dos serviços prestados pela Associação existente na área de estudo, é outro fator positivo.

De uma forma geral, descreveu-se o comportamento de cada um dos oito indicadores selecionados para a dimensão econômica, em cada uma das suas diferentes formas de organização produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares na área pesquisada. Porém, ficaram evidentes na pesquisa as especificidades de cada forma de organização em relação ao comportamento dos parâmetros utilizados para calcular os respectivos indicadores de sustentabilidade.

3.2 DIMENSÃO SOCIAL

A sustentabilidade na dimensão social deve ser vista como a melhoria que envolve a manutenção do bem-estar social, numa perspectiva em longo prazo. A sustentabilidade social está associada tanto ao bem-estar material da população, quanto a sua participação nas decisões coletivas. Sachs (2008) defende que o objetivo da sustentabilidade social é construir uma civilização do ser, em que exista maior equidade na distribuição do ter, da renda. A sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leva a um crescimento estável.

Quando se trata de indicadores sociais para medir a sustentabilidade estes são menos trabalhados na literatura (mas não menos importantes), se comparados, por exemplo, com os indicadores econômicos e ambientais. O fato se dá por apresentar características/tendências qualitativas e, dessa forma, demandar maiores dificuldades de mensuração e de defini-las com precisão.

Não é fácil construir nem medir o conceito de bem-estar, dado que ele pode estar atrelado à questão da riqueza material de fácil mensuração, mas essa é apenas parte de um quadro geral de sustentabilidade. A outra é a de difícil mensuração, que apresenta um cenário mais subjetivo na definição do que seria esse bem-estar para a população.

Acesso à saúde, bens e serviços, lazer, educação, habitação, proteção e segurança podem estar relacionados ou não com a renda, a riqueza da sociedade. Contudo, quando se trata de sustentabilidade social, a discussão é colocar a população, as pessoas, nos mesmos níveis de acesso a esses bens e serviços, de modo a diminuir as diferenças entre as diversas classes da sociedade e pensar na melhoria das condições de vida da população.

É sob essa nova ótica de sustentabilidade que, por muito tempo, vem sendo atrelado apenas ao progresso econômico, que este trabalho tenta extrapolar e integrar outras dimensões, especificamente a dimensão social, e, por meio de indicadores de sustentabilidade, avaliar as condições sociais, nas quais se encontram os agricultores familiares residentes na área pesquisada. Tais dados estão dispostos na Tabela 2. Na operacionalização

Tabela 2 – Apresentação dos dados relativos às diferentes formas de organização produtiva na dimensão social.

FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA																				
DIMENSÃO SOCIAL		PRODUTORES																		
INDICADORES		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
SCORES																				
Acesso à Saúde		0,20	0,40	0,20	0,22	0,20	0,24	0,20	0,24	0,22	0,22	0,20	0,20	0,20	0,22	0,22	0,20	0,30	0,22	
Acesso a Bens e Serviços		0,30	0,31	0,26	0,23	0,21	0,27	0,23	0,24	0,30	0,27	0,33	0,27	0,27	0,29	0,21	0,31	0,30	0,33	0,36
Acesso ao Lazer		0,40	0,33	0,33	0,27	0,27	0,40	0,27	0,33	0,40	0,33	0,40	0,33	0,33	0,40	0,27	0,40	0,33	0,40	0,33
Acesso à Educação		0,40	0,35	0,35	0,25	0,35	0,35	0,25	0,25	0,35	0,30	0,30	0,35	0,35	0,35	0,25	0,35	0,20	0,25	0,30
Habitação/Moradia		0,40	0,40	0,30	0,40	0,20	0,38	0,38	0,40	0,40	0,38	0,40	0,40	0,40	0,34	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
Qualidade de Vida		0,40	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,20	0,40	0,40	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,20
Pessoas Residentes		0,20	0,10	0,20	0,10	0,00	0,30	0,00	0,10	0,20	0,20	0,10	0,40	0,20	0,30	0,20	0,20	0,10	0,30	0,20
Visão de Futuro do Agricultor		0,30	0,15	0,33	0,23	0,23	0,33	0,23	0,18	0,33	0,23	0,35	0,33	0,33	0,23	0,10	0,38	0,33	0,20	0,33
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,81	0,73	0,71	0,62	0,55	0,80	0,58	0,64	0,78	0,67	0,77	0,84	0,74	0,78	0,59	0,80	0,67	0,77	0,75
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)																				0,72
FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO LEITEIRA																				
DIMENSÃO SOCIAL		PRODUTORES								IS	ISE									
INDICADORES		1	2	3	4	5	6	7	8											
SCORES																				
Acesso à Saúde		0,20	0,24	0,22	0,24	0,22	0,22	0,20	0,20	0,54										
Acesso a Bens e Serviços		0,17	0,11	0,21	0,21	0,30	0,27	0,21	0,23	0,54										
Acesso ao Lazer		0,07	0,27	0,33	0,33	0,40	0,33	0,40	0,33	0,77										
Acesso à Educação		0,25	0,25	0,25	0,35	0,35	0,25	0,30	0,25	0,70										
Habitação/Moradia		0,28	0,36	0,38	0,38	0,38	0,38	0,38	0,40	0,92										
Qualidade de Vida		0,10	0,30	0,20	0,30	0,30	0,40	0,30	0,40	0,72										
Pessoas Residentes		0,40	0,10	0,20	0,10	0,40	0,20	0,10	0,10	0,50										
Visão de Futuro do Agricultor		0,15	0,15	0,18	0,18	0,23	0,35	0,23	0,20	0,52										
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,51	0,56	0,62	0,65	0,80	0,75	0,66	0,66		0,65									
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)											0,65									
FORMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA COM PREDOMÍNIO DA PRODUÇÃO INTEGRADA																				
DIMENSÃO SOCIAL		PRODUTORES					IS	ISE												
INDICADORES		1	2	3	4	5														
SCORES																				
Acesso à Saúde		0,22	0,20	0,22	0,22	0,20	0,53													
Acesso a Bens e Serviços		0,27	0,21	0,23	0,30	0,30	0,66													
Acesso ao Lazer		0,33	0,40	0,27	0,40	0,40	0,90													
Acesso à Educação		0,35	0,30	0,30	0,30	0,35	0,80													
Habitação/Moradia		0,40	0,38	0,38	0,38	0,40	0,97													
Qualidade de Vida		0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	0,75													
Pessoas Residentes		0,40	0,30	0,20	0,30	0,20	0,70													
Visão de Futuro do Agricultor		0,18	0,20	0,23	0,33	0,35	0,64													
Índice de Sustentabilidade Individual (ISI)		0,77	0,72	0,66	0,79	0,78		0,74												
Índice de Sustentabilidade Específico (ISE)								0,74												

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados coletados na pesquisa de campo (2014).

da sustentabilidade social para a área pesquisada, buscou-se contemplar, principalmente, por meio dos indicadores selecionados, as oportunidades e a participação social entre os agricultores familiares abordados na pesquisa. O propósito foi de avaliar, analisar a satisfação das suas necessidades, como alimentação, transporte, saúde, moradia, lazer, relações com a vizinhança, ente outros. Expõe-se isto na Tabela 2, na

qual se expressa a sustentabilidade social dos agricultores por meio dos dados levantados na pesquisa de campo.

De maneira geral, os resultados obtidos para os Indicadores de Sustentabilidade (IS), com exceção de apenas um indicador, na forma de organização produtiva com predomínio da produção agrícola, estão situados entre a escala de sustentabilidade média a excelente. Isto revela que há certo conforto em relação ao bem-estar dos agricultores familiares pesquisados, em termos de sustentabilidade na dimensão social.

Todavia, é interessante apresentar e comentar alguns pormenores relacionados aos indicadores selecionados e que merecem destaque. No indicador, Acesso à Saúde, por exemplo, há um comportamento relativamente homogêneo nas diferentes formas de organização produtiva analisadas. Sua sustentabilidade está situada na escala média (entre 0,50 a 0,649). Isto ocorre pelo fato de os indivíduos pesquisados desfrutarem dos mesmos serviços de saúde prestados localmente, entre os quais, frequentar o posto de saúde e receber visitas mensais de um agente de saúde local, o que determina um nível de avaliação excelente nesses parâmetros.

Porém, nos outros parâmetros apresentados e que compõem conjuntamente o referido indicador, como no caso de possuir plano de saúde, convênio odontológico e sobre a frequência com os cuidados de sua saúde, a resposta dos pesquisados foi negativa, o que contribuiu para mostrar níveis baixos de sustentabilidade. Os resultados adversos para esses parâmetros é que levaram a um comprometimento maior em termos de sustentabilidade do indicador.

Outros dois indicadores que chamam a atenção são os relacionados a Pessoas Residentes e Acesso a Bens e Serviços. No caso do primeiro, avaliado na pesquisa pelo parâmetro da composição familiar, percebe-se que os resultados são divergentes de acordo com cada forma de organização produtiva e apresentam uma discrepância significativa. Para a forma de organização produtiva com predomínio da produção agrícola, o grau de sustentabilidade é ruim. Já na forma de organização produtiva com predomínio da integração, apresenta-se com sustentabilidade boa, ao passo que, na leiteira, aparece como sustentabilidade média. A explicação se dá pelo diferencial demandado de mão de obra em cada uma das diferentes formas produtivas.

Já o indicador Acesso a Bens e Serviços, o qual apresenta situações de sustentabilidade diferenciadas, a heterogeneidade é menor e merece maior destaque na forma de organização produtiva com predomínio da produção leiteira, onde o grau de sustentabilidade é médio, enquanto nas demais é considerado bom. Nesse caso se destaca, de acordo com os dados levantados nas propriedades onde predomina a produção leiteira, que ocorre um substancial diferencial na quantidade produzida de leite. Têm-se nas propriedades plantéis de animais diferenciados (em quantidade e em genética), o que implica diretamente sobre a renda auferida e, conseqüentemente, ao acesso aos bens e serviços, os quais interferem no resultado da sustentabilidade desse indicador.

Nos demais indicadores apresentados, percebe-se um comportamento bastante homogêneo de acordo com cada forma de organização produtiva. Os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo para os parâmetros que compõem os indicadores são comuns a todos os produtores residentes na área pesquisada e, dessa forma, as respostas apresentaram poucas divergências. Merece destaque nesse grupo o indicador Habitação/Moradia, pelo excelente grau de sustentabilidade apresentado em todas as formas de organização produtivas.

Em síntese, descreveu-se o comportamento dos oito indicadores de sustentabilidade selecionados para a dimensão social nas diferentes formas de organização produtiva. Verificou-se que, apesar de demonstrar níveis de sustentabilidade aparentemente homogêneos, algumas especificidades ficaram explícitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multidimensionalidade no uso da abordagem do tema estudado contribuiu, sobretudo, para o enriquecimento do tratamento da sustentabilidade. Foi possível, além da análise intradimensional nas duas dimensões, a análise interdimensional, demonstrando a realidade unívoca de cada dimensão, como, também, a heterogeneidade entre as dimensões.

O que se percebeu é que existe uma relação entre o ambiente endógeno e o ambiente exógeno na organização e nos resultados auferidos pelos agricultores familiares pesquisados, e que os produtores encontram-se numa espécie de “fogo cruzado”, em que são pressionados antes da porteira, dentro da porteira e depois (fora) da porteira para responder às pressões e interesses do mercado.

No campo econômico, o agricultor familiar necessita ser eficiente naquilo que faz. Precisa ter noções de receitas, retorno de investimentos, ponto de equilíbrio, custos, manutenção, depreciação para, assim, atingir resultados compatíveis com as atividades por ele desenvolvidas.

Resultados econômicos mais expressivos favorecem e melhoram, sobretudo, a situação social dos agricultores familiares. Por meio dos Indicadores e Índices de Sustentabilidade propostos e avaliados, constatou-se na pesquisa um cenário confortável na dimensão social. Isto justifica que, mesmo não tendo retornos econômicos consideráveis, esses agricultores tentam buscar soluções “caseiras” individuais e em comunidade para atingir níveis de qualidade de vida melhores, já que é o espaço que elegeram para sobreviver. A própria preservação dos recursos naturais adentra nesse contexto.

Embora a racionalidade econômica prevaleça em grande parte das análises objetivas de posição socioeconômica dos indivíduos, o que se viu na área de estudo, confirma-se apenas em parte. Os indicadores de sustentabilidade propostos e avaliados demonstraram que o bem-estar subjetivo não reflete unicamente como qualidade de vida objetiva. Os agricultores familiares atribuem boa parte do conforto e da persistência na atividade agropecuária às questões subjetivas (convívio com a natureza, liberdade, cheiro da terra, trato com os animais, convivência com vizinhos) que, somadas às questões materiais, satisfazem as necessidades afetivas deles no espaço que habitam.

Por fim, evidencia-se que o modelo de cálculo de indicadores e índices de sustentabilidade para a agricultura familiar utilizado nesse artigo possa transformar-se em ferramenta de suporte à decisão nas esferas econômica e social (pública e privada), orientando o processo de sustentabilidade para uma direção mais sustentável de forma longitudinal. Salienta-se, também, a importância pelo despertar de novas pesquisas neste campo para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, e que possam servir de base para uma equalização desta categoria de produtores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, Gutemberg A. D.; WAQUIL, Paulo D. (Org.). **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

EHLERS, Eduardo. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ETGES, Virgínia Elisabeta (Org.). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. Gestão Ambiental no sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio e NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares.** São Paulo: Pioneira, 2000.

RABELO, Laudemira Silva; SALES LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro. Indicadores de sustentabilidade em cultivos de algas vermelhas. In: PHILIPPI JR; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial.** GEPAI, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

STOFFEL, Jaime Antonio. **A viabilidade da agricultura familiar:** formas de organização produtiva no oeste do Paraná. 2004. 127 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE –, Toledo, 2004.

DA FRONTEIRA IMAGINADA À FRONTEIRA A SER COLONIZADA: ÍNDIOS, IMIGRANTES E COLONOS NOS RELATOS DE VIAJANTES ARGENTINOS E BRASILEIROS NOS SÉCULOS XIX E XX

Leandro de Araújo Crestani¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender o processo de colonização e ocupação das fronteiras entre Argentina e Brasil, descrita por viajantes argentinos e brasileiros durante os séculos XIX e XX. A fronteira foi descrita como local “selvagem” (ou espaço vazio) a ser colonizado, definição esta dada por aqueles que se aventuravam em suas viagens para as regiões fronteiriças de seus países. A partir da História Comparada e Transnacional, busca-se compreender a importância dos relatos de viajantes, a fim de analisar suas observações sobre um determinado local e transmitir essas informações ao público culturalmente próximo e geograficamente remoto, sendo, até então, ignorados por essa cultura. Utiliza-se como fonte os relatos de viajantes para descrever as primeiras impressões sobre o processo de comercialização e ocupação (apropriação) das terras e dos confrontos e conflitos que o mesmo gerou entre os índios, colonos, imigrantes e companhias colonizadoras nessa região fronteiriça. Contudo, defende-se a hipótese de que as viagens para a fronteira tinham como principal fator relatar as riquezas disponíveis na fronteira para, posteriormente, ocorrer o processo de ocupação e colonização de tais áreas.

Palavras-chave: Fronteiras transnacionais; Argentina; Brasil.

Abstract: The present article has as perspective understand the process of colonization and occupation of borders between Argentina and Brazil, described by travellers Argentines and Brazilians during the 19th and 20th centuries. The border was described as "wild" (or empty space) to be colonized, definition given by those who ventured into their travel to the border regions of their countries. From the History Compared and Transnational it seeks to understand the importance of the reports of travellers, in order to analyze their observations on a given site and transmit this information to a public culturally close and geographically remote, being until then ignored by this culture. It uses, as source the reports of travelers to describe the first impressions on the marketing process and occupation (ownership) of the land and of the confrontations and conflicts that the same generated among indians, settlers, immigrants and companies colonizing in the border area. However, it is the hypothesis that the trips to the border had as main factor reporting the riches available at the border, to subsequently occurs the process of occupation and colonization of these areas.

Keywords: Transnational borders; Argentina; Brazil.

¹ Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Évora, Portugal. Professor da Faculdade Sul Brasil (FASUL). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional da Unioeste e Membro Colaborador do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI), na linha de investigação “Europe Society, Citizenship and Global Dynamics” da Universidade do Minho (Portugal). E-mail: leandrocrestani@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objeto de análise os relatos de viajantes argentinos e brasileiros durante os séculos XIX e XX, e visa compreender as suas descrições em relação aos indígenas, colonos e imigrantes que habitavam a presente fronteira transnacional, a qual envolveu os dois países no processo de conquista da fronteira considerada como “espaço vazio” ou “desértico” pelos seus governos e nos relatos de viajantes.

O estudo comparado dos relatos de viajantes visa compreender os conflitos na fronteira transnacional entre Argentina e Brasil. Nos séculos XIX e XX, tais países apresentavam a fronteira como espaços “vazios” (Argentina), ou como “desértica” (Brasil). Durante este período, os países buscavam manipular o simbolismo da fronteira, intervindo principalmente por razões geopolíticas, econômicas e demográficas, ou seja, sendo conveniente descolar frentes de migrações para as regiões de fronteira tanto para garantir a posse quanto a sua soberania.

A estratégia de investigação é comparativa, procedendo uma análise sobre as semelhanças, diferenças e relações de interconexão entre os dois processos históricos de ocupação e colonização de suas fronteiras. Buscamos comparar por meio dos relatos de viajantes a sua percepção e descrição das fronteiras transnacionais entre Argentina e Brasil. As viagens para a fronteira tinham como perspectiva dedicar estudos e observações sobre o espaço, como possibilidade de ocupação na busca de recursos naturais como geradores de riquezas. Logo, “ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais” (SÜSSEKIND, 1990, p. 45-46 apud BONATO, 2014, p. 27).

Contudo, ao comparar os conflitos nas fronteiras transnacionais entre Argentina e Brasil, nota-se que esta era uma região de disputas por diversos interesses, sobretudo no que tange ao fator da ocupação e colonização dos espaços considerados “vazios” ou “desértico”, os quais eram, ainda, considerados como espaços selvagens e locais de barbárie. O ato do viajante de conhecer as fronteiras, como forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponível para a exploração, possibilitou o surgimento dos conflitos contra a população nativa, indígena, mestiça e de migrantes.

1 FRONTEIRA: ENTRE O IMAGINADO E O COLONIZADO

A historiografia oficial da Argentina compreende a fronteira como “espaço vazio”, como “o espaço improdutivo”, mesmo que ocupado pelos índios; ou seja, aquele território não era, efetivamente, integrado ao território nacional e ao projeto de desenvolvimento nacional. Já na historiografia brasileira, a ocupação dos espaços vazios teve a perspectiva de ocupação desses espaços na fronteira oeste como processo de domínio territorial em relação aos países vizinhos. Porém, a característica principal de sua ocupação aconteceu pelo processo de valorização das terras.

As apropriações das terras da região transnacional surgem em meados do século XIX, a partir da criação de leis agrárias que separaram juridicamente as terras públicas das privadas, estabelecendo a compra como meio fundamental de aquisição de domínio. Ao comparar com historiografia estadunidense, nota-se que o processo de ocupação dos “espaços vazios” apresenta-se como um dos momentos centrais desse processo, não apenas por ter integrado as terras férteis da fronteira na economia mundial, mas porque o imaginário geográfico desta ocupação serviu de mito fundador da nacionalidade e elemento de racionalização da modernidade e do desenvolvimento do capitalismo em tais regiões (SILVA, 2003).

A partir da discussão de Silva (2003), em seu artigo intitulado “Fronteira e Identidade Nacional”, percebe-se que algumas pesquisas desenvolvidas por memorialistas e cronistas, tanto da Argentina quanto do Brasil, discutem essa problemática, mas poucos consideram a experiência das suas fronteiras como elemento central para a formação da identidade nacional e das suas instituições.

Na maioria dos estudos em relação à fronteira, como o desenvolvido por Frederick Jackson Turner, a experiência da fronteira aparece como responsável pelos principais traços distintivos do intelecto do homem americano (branco). A fronteira significava o retorno às condições primitivas e dava aos

pioneiros a oportunidade de construir sua sociedade de modo novo. Esta era uma ideia muito atraente do ponto de vista ideológico, num século dominado pelo romantismo (SILVA, 2003).

A fronteira pode ser compreendida como um local que oferece ao país novas perspectivas, como crescimento econômico, soluções de problemas sociais e, principalmente, domínio do território (num sentido nacionalista), entre outros. Para Catherine Aubertin e Philippe Léna (1988), a fronteira é definida como construção ideológica, traço cultural e conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos, com o propósito de pertencer a um mesmo campo de representações, onde se encontra a presença do Estado em todos os níveis.

Os conflitos aparecem como um elemento indissociável da fronteira, pois sua expansão se efetua sempre em um local ou espaço ideologicamente considerado como “vazio” a partir da lógica demográfica, econômica, ou mesmo jurídica. O Estado busca manipular o simbolismo da fronteira, intervindo, principalmente, por razões geopolíticas, econômicas e demográficas, ou seja, sendo conveniente descolar frentes de migrações para as regiões de fronteira tanto para garantir a posse quanto para garantir a soberania do país.

Para José de Souza Martins (1997), a fronteira é a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por povos indígenas; é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte (MARTINS, 1997).

A fronteira é, assim, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo, e sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também é.

Para Martins (1997), a fronteira é, essencialmente, o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista, é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, assim como o índio de um lado e os civilizados de outro; os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o “outro” se torna a parte antagônica do “nós” (MARTINS, 1997).

2 HISTÓRIA COMPARADA E TRANSNACIONAL DOS RELATOS DE VIAJANTES

Neste ambiente de fronteiras transnacionais, a problemática analisada tem como metodologia a História Comparada e Transnacional. Nesse duplo campo de observação, se faz necessária a utilização deste método para compreender a configuração temporal e espacial, a fim de entender a formação e consolidação de suas fronteiras nacionais.

A ideia inicial do estudo foi comparar como Argentina e Brasil, aparentemente com realidades histórico-sociais distintas em suas fronteiras, compreendiam a ocupação ou conquista desses espaços e, principalmente, como foi descrito pela historiografia. Porém, a partir de uma análise *a priori*, parecia ser fácil entender as conexões da formação das fronteiras em questão, entre realidades próximas, tanto na temporalidade e espacialidade; entretanto, não foi uma tarefa tão fácil encontrar as fontes para provar a hipótese inicial, as quais abordassem os conflitos de terras entre os países e, principalmente, a presença indígena na fronteira.

A história comparada e transnacional foi determinante para a compreensão dos sujeitos envolvidos na formação e desenvolvimento das fronteiras transnacionais. Notou-se que, nesse processo, a presença indígena na fronteira é apagada pela história oficial, de modo que o principal item a ser descrito são as potencialidades das fronteiras vazias, fronteiras desérticas, ou seja, fronteiras de ninguém. Contudo, os conflitos em relação à apropriação da terra foram relacionados ao problema mais amplo da

consolidação das fronteiras, o que requer, certamente, um exame de uma série de dimensões nas esferas econômica, política, social e cultural.

A inserção da proposta de pesquisa neste campo encontra razão na complexidade do objeto de estudo, o qual requer um múltiplo campo de observação. A metodologia empregada foi capaz de comparar duas ou mais unidades, destacando semelhanças e diferenças obscuras e as interações entre os objetos em estudo. Para Sean Purdy (2012), em seu artigo intitulado “A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade”, a história comparada dá atenção à metodologia e à teoria, cuja relação intrínseca deve estar sempre presente: a complexidade principal de escolher duas ou mais unidades comensuráveis de estudo e explorar similaridades, diferenças e interconexões entre os casos requer atenção cuidadosa a um número de problemas metodológicos espinhosos.

Segundo José D’Assunção Barros (2007), a história comparada impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obriga o historiador a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas, assim como, por outro lado, essa mesma história comparada imprime, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade, a cada instante atualizada, de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças.

A História Comparada poder ser utilizada para conhecer a singularidade de diferentes sociedades. Esse procedimento de análise pode ser utilizado para demonstrar a insuficiência de uma hipótese explicativa e, também, formular uma nova hipótese consistente com a sua evidência comparativa. A comparação prejudica as explicações puramente locais, pois tende a invalidar hipóteses incorretas que se postulam por explicações gerais (SEWEL JUNIOR, 1967).

O ato de comparar permite ao pesquisador identificar erros ou inadequações em explicações hipotéticas que aparecem incontestáveis, analisados em um único contexto histórico ou geográfico. A partir desta perspectiva, o método comparativo contribui para a descoberta de singularidade de diferentes locais, regiões e nações.

3 DESCRIÇÕES DOS VIAJANTES ARGENTINOS E BRASILEIROS NOS SÉCULOS XIX E XX SOBRE A FRONTEIRA

A fronteira como local selvagem a ser colonizado foi a definição dada por aqueles que se aventuravam em suas viagens para as regiões fronteiriças. Ela foi descrita, também, como local de prosperidade, de oportunidade para melhorar a condição de vida. Os viajantes tinham o objetivo de observar e anotar, acumulando informações sobre um determinado local de modo a transmiti-las ao público culturalmente próximo e geograficamente remoto, já que, até então, tais fronteiras eram ignoradas por essa cultura.

A viagem para a fronteira objetivava a produção de relatos acerca das riquezas para, posteriormente, ocorrer o processo de colonização de tais áreas. Logo, os relatos de viagem compõem diversos itens para a descrição do trajeto até a fronteira, bem como dos costumes dos habitantes de tais locais, sendo elaborados por meio de cartas, diários, documentos oficiais, crônicas, entre outros.

Na obra *Actualidade Indígena* (1908, p. 06), Telemaco Borba enfatiza que, entre os anos de 1856 ou 1857, durante sua estada no “valle do Piquiry”, foram atacados por índios chefiados pelo cacique Viry, “que lhes matou muitos guerreiros, aprisionou alguns e queimou-lhes os ranchos”. Apesar do ataque dos índios, Borba aponta que um grande número de índios procurou fazer amizade com eles.

Apesar da construção da ideia de que o sertão do oeste do Paraná era um espaço vazio, é constatada a presença indígena habitando esse local e, também, que os mesmos não eram “domesticados”. Constantemente eram tomados por assaltos daqueles que ousavam adentrar os sertões do “Piquiry baixo, Ivahy e Iguassú”.

Ao descrever como eram os índios Caingangues no ano de 1886, Telemaco Borba enfatiza espaço de conflitos e incertezas, pois os confrontos entre o homem branco e os índios eram constantes, ocorrendo, inclusive, raptos de mulheres para servirem aos colonizadores ou colonos.

Na primeira casa que encontraram na orla do sertão, trucidaram seus habitantes, levando tudo que lhes pareceu útil. Enquanto andava Combró nesta empresa, outros selvagens assaltaram seu arranchamento, matando alguns guerreiros, aprisionando muitas mulheres, entre as quais uma das de Combró. Este, indo em perseguição deles, alcançou-os, desbaratou-os, retomando sua mulher e outras. Os brancos, descobrindo o mortocínio, feito por Combró, na casa por ele assaltada, reuniram os índios aliados, e foram em perseguição dele; depois de muitos dias de caminho, descobriram o toldo em que estavam habitando, cercaram-no para assaltá-lo de madrugada; à noite uma índia que ia ao rio tomar água, viu um vulto perto do caminho, mas lhe pareceu que fosse um toco, na volta, não o vendo mais, contou isso às suas companheiras (BORBA, 1908, p. 29).

Como não havia uma forma de garantir e proteção aos indígenas, esses eram encarados como inimigos e, logo, exterminados. Segundo Borba, durante as madrugadas, os homens brancos assaltavam o “toldo”, matando os índios que ali estavam, e aprisionavam as mulheres e as crianças. Neste confronto, alguns índios conseguiam escapar desse espaço de conflito entre o homem branco e os índios. Pode-se perceber esse embate, pois “os Kaingangues, mostram-se sempre inimigos dos brancos, assaltando-os traiçoeiramente e trucidando-os em suas vivendas, rocas e pelas estradas” (BORBA, 1908, p. 129).

As relações entre homem branco e os índios Kaingangues, segundo Borba (1908), principiaram muito antes do século XIX, tanto com os índios aliados, como com os brancos e “Selvagens”, continuaram na hostilidade até 1863, ou seja, essa época retratada conflitos com os “selvagens”, principalmente praticados nos campos de “Laranjeira” e “Guarapuava”.

Sobre o dia a dia dos Kaingangues, Borba relata a habilidade que possuem em confeccionar armas, habitações e na agricultura, pois eram diferentes de outras selvagens, que não domesticavam, nem possuíam outros animais domésticos. “Note-se que na descrição que fazemos, nos referimos aos Kaingangues no seu primitivo estado selvagem; hoje, estão quase por completo transformados em caipiras, tendo adoptado grande parte do nosso modo de viver” (BORBA, 1908, p.136).

Outro fator é que os Kaingangues residiam pelo espaço da fronteira entre Brasil e Argentina por quase dois anos, entre 1894 e 1895, no território de Missões, na República Argentina. Segundo Borba, em salto do Guaira, no Paraná, por volta de cem anos não era visto “por gente civilizada, e que por esse motivo tinha se tornado quase um mytho” (BORBA, 1908, p.141). Descreveu que o trajeto até salto do Guaira era extremamente difícil, pois a distância da capital era considerável. Por causa da grande distância, a notícia de índios “bravios” e o “deserto” afugentavam os poucos que tinham “notícia da maravilhosa catadupa”.

Os habitantes dos sertões eram índios e colonos, os responsáveis por explorar o vasto sertão do Paraná nesse período. Borba (1908, p.142), enfatiza que “[...] esse era nada, apenas um rude sertanejo, amigo dos índios e de explorar o vasto sertão do Paraná. [...] As margens do Tibagi, em distância de 20 Kilom. abaixo da colônia, são aqui e ali habitadas por colonos brasileiros e índios Caiguás, possuindo aquelles suas pequenas engenhocas e plantações de canna, milho, mandioca etc.”.

Neste sertão do Paraná, em 1876, existia aldeamento com povoado, tendo 300 habitantes, compostos pela grande maioria de indígenas Caiguás, “pacíficos e industriais”, que ali viviam, sob a direção do patriótico cidadão “José Antonio de Araujo”. “Ali falharam um dia como para se despedirem de gentes civilizadas; o aldeamento do Paranapanema era o último ponto do sertão por nós ocupados” (BORBA, 1908, p.145).

Domingos Nascimento, em seu livro intitulado *Pela Fronteira* (1903), aponta as vantagens de comércio na região Oeste do Paraná. Em sua análise a estrada poderia ser aproveitada até a colônia do Iguassú, e a navegação era franca, sendo de grande “vantagens commercianes”. Além da análise das vantagens econômicas da referida região em visitaçao, Nascimento fez uma análise geográfica e etnográfica dos indígenas da região, denominados por ele de “aborígenes”.

De acordo com sua análise, os índios do Paraná estavam distribuídos entre:

Guaranys, margem direita do Baixo Iguassú e margens do Paraná; *botocudos*, desde as cabeceiras do Chapecó até a serra do Limoeiro, concentrando-se nas cabeceiras do rio do Peixe e Espigão do Bugre, fazendo excursão sobre o S. João e Jangada e plo valle do rio Negro; *coroados*, demoram entre o Chapecó, Chagú, barras de Piquiry e Ivahy, até os campos de Guarapuava: *cayoás*, ao norte do Ivahy até Paranapanema; *chacantes*, forquilha entre Tibagy e o norte do Paranapanema; *cacolleiros*, que vêm de Matto Grosso adventiciamente e fazem excursões na barra do Tietê e Paranapanema, extendendo as suas pescarias até o rio Paraná, a noroeste do nosso Estado. Os *coroados*, mais propriamente chamados *caingangs*, são em maior numero e habitam também a zona missioneira, e, como os guaranys, descendem da grande e velha raça tupy, cujo idioma, tão adulterado pelas luctas, novos cruzamentos e verdadeiros exodos, através de séculos no seu recuo constante para o interior do Brazil, tem as suas antigas raizes no *Kario*, como este no *Kopto*, como este ainda no *eskera*, antiquíssimo idioma oriental (NASCIMENTO, 1903, p. 75-76).

Nascimento, durante a sua viagem para Foz do Iguassú, além de relatar os índios bravios, ele aponta os índios mansos com os quais deparou depois do Chagú, ao atravessar o rio das Cobras. Esses índios mansos demonstravam-se adaptados à cultura do homem branco.

Sobre o passo deparou-se grande toldo de índios, que vivem em numeroso bando do caminho cumprimentar o general Bormann. São índios mansos em numero de 500: alguns já falam regularmente o nosso idioma e vivem em boa harmonia com a soldadesca em serviço da estrada: cultivam milho e feijão (NASCIMENTO, 1903, p. 82).

Ainda segundo o autor, o preço da terra nesse sertão era muito lucrativo para o Estado do Paraná, com a venda de títulos provisórios de terra de “hervaes”:

Chamo atenção do governo do Paraná para o seguinte facto: O governo vendeu por 144 contos á casa Barthe 35.551 hectares, e esta tem titulo provisório de mais 50 mil, que lhe custaram 200 contos – de terra de hervaes. Nada tenho a dizer sobre essas vendas lucrativas para o Estado; mas tenho debaixo dos olhos e com a escala á mão, copia de um mappa existente na Secretaria de Obras Publicas determinando a área e a posição desse terreno (NASCIMENTO, 1903, p. 93).

Nota-se que, nessa região, havia nas florestas um atrativo para os ervateiros da época, uma riqueza que gerava grandes lucros sobre as terras devolutas:

É verdade que sobre o Adelaide há herveiros cujos troncos têm uma espessura de 50 centímetros de diâmetro e que elevam a sua rica ramagem a grande altura como se madeiras de lei fossem. Essa prodigiosa riqueza deve ter provocado a cobiça dos hervateiros; mas, ao que me consta, são terras devolutas, sem concessionário até hoje. Esse rico proprietário, residente em Posadas, ostenta hoje os seus domínios até as proximidades da colônia, localizando roceiros para plantio do milho, para sustento de suas numerosas tropas, e colocando á margem da estrada acampamentos de hervateiros, systema barbaquá [...] (NASCIMENTO, 1903, p. 93).

Sobre a fronteira da Argentina, utilizamos do olhar do viajante Manuel Bernárdez, o qual relatou o seu trajeto de Buenos Aires, Corrientes, Misiones até Iguazú. Bernárdez aponta uma diversidade de elementos que compõem a fronteiras transnacionais entre Argentina e Brasil, no ano de 1901.

Manuel Bernárdez relata a sua viagem desde a capital Buenos Aires até as “cataratas do Iguazú”, apontando como local grandioso, considerado como um estupendo prodígio território missioneiro. O objetivo desta viagem era de conhecer as “maravilhas” da fronteira entre Argentina e Brasil, sendo uma forma de ver e conhecer essa região através do Rio Paraná. A viagem por todo o Rio Paraná tinha como intenção a divulgação dessa região, e não de fazer turismo (BERNÁRDEZ, 1901).

Podemos perceber que a divulgação da potencialidade encontrada em sua viagem nessa região fronteiriça era uma forma de incentivar a vinda de imigrantes para tais locais, trabalhando com as possibilidades econômicas dos locais passados por ele nesse trajeto até a chegada nas Cataratas do Iguazú.

Esses fatores acima mencionados são comprovados em seus primeiros apontamentos sobre Corrientes, o primeiro trajeto até a chegada em Misiones. “*Posadas, se van haciendo durante días, escalas en sus puertos, por donde se entrevé la vida laboriosa del interior, revelándose determinadas industrias regionales por los productos que echan á la costa del gran río procurando mercados*” (BERNÁRDEZ, 1901, p. IX). Observa-se que o autor mostra para os imigrantes a importância das indústrias regionais na vigorosa e original província.

Corrientes é descrito como local de população *criolla*. Porém, mesmo sendo um local de predominância *criolla*, “[...] *pues Corrientes es una de las provincias de población más criolla, á pesar de las salientes atracciones que á la inmigración agricultura ofrece su clima – al que ya llega, aunque atenuado por la distancia, el fecundante y cálido resuello de los trópicos*” (BERNÁRDEZ, 1901, p. IX-X). Nesta perspectiva, as terras eram excelentíssimas, especialmente as das margens paranaenses, que agregavam “vantagem naturais” e condições de transporte regular e desenvolvimento de uma ótima economia. Misiones foi retratada por Bernárdez (1901) como a “*el salvaje vergel argentino*”, ou seja, um local com grandes possibilidades graças à selva colossal que apresentava. Outro item apontando é a destruição da população nativa de Misiones.

[...] *los vestígios de una civilización destruída á hierro y fuego por la intolerancia y la barbárie, sobre cuyas ruínas, al conjuro del manso y laborioso agricultor, vuelve otra vez á florecer la vida, y allá arriba, en el límite, el prodigio de las ingentes cataratas, que con el interminable trueno de su voz se diría que anuncian la grandeza continental para el día en que toda aquella desmesurada fuerza se transforme en acción, en cultura en poder industrial, en vida, en arte* (BERNÁRDEZ, 1901, p. X).

Nesse relato, podemos perceber que a população nativa (indígena) de Misiones foi destruída a ferro e fogo em uma extrema “barbárie”. Não tendo mais os indígenas na presente localidade, seria fácil o imigrante desenvolver as suas atividades sem contato com a população nativa. Sobre as ruínas da população indígena os imigrantes teriam grandes possibilidades para o desenvolvimento do trabalho agrícola.

Para os viajantes argentinos a viagem pelo território de Corrientes, Misiones até a chegada em Iguazú, deveria passar por terras selvagens. Sobre a fronteira brasileira é enfatizado por Miguel Cané (1901) como guerra selvagem fratricida, ou seja, a ferro e fogo destruiu a vida dos habitantes nativos. “*En bolsas, en cueros, en troncos de árboles lanzados á la merced de la corriente, ancianos, mujeres, niños por centenares, buscandan amparo en tierra argentina; los veíamos llegar con el terror en el semblante*” (CANÉ, 1901, p. XV). Assim, vemos que a violência em território brasileiro era um dos motivos para a migração para o território argentino.

Pero la hora del regreso habia llegado; una galera, inmensa, pré-histórica, tirada por caballos apocalípticos, aéreos, tendiéndonos sus brazos engañosos, nos atrajo á su senso. Al cuarto de hora de andar, el provenir se nos presentó em todo su horror: hice hacer alto, eché pie á tierra, exhorté á mis animosos compañeros y aprovechando el gentil ofrecimiento de um jefe brasileño emigrado, que nos cedió su tropilla com acabada cortesía, media hora después nos veíamos jinentes em briosos caballos (CANÉ, 1901, p. XV).

O medo era um dos principais motivos da migração de um local para outro, em busca de um lugar melhor, e principalmente, a fim de fugir dos conflitos e do extermínio dos mesmos. Ou seja, “[...] *alzan libertadas por fin y caen delirantes de dicha em brazos de los suyos, aclamadas por el pueblo que comprende la terrible grandeza del sufrimiento de aquellas almas que acaban de cumplir uma promesa*” (CANÉ, 1901, p. XVI). Mesmo a fronteira entre Brasil e Argentina sendo considerada um lugar selvagem, um ponto interessante de análise é a comparação entre as Cataratas do Iguazú (Argentina/Brasil/Paraguai) com a Niágara, situada nos Estados Unidos da América.

¿Porqué siempre el Niágara, al hablar de su maravilha de América? ¿ Porqué ni una palabra, ni una sola, ni el nombre citado una vez, de mim Tequendama querido, tan grande, salvaje y soberbio em su belleza? ¿ Porqué no le conoce? Pero si tampoco conoce el Niágara! Usted me dirá que yo puedo passar entre nosotros por una curiosidade: el hombre que há visto el Tequendama (CANÉ, 1901, p. XVI).

Na viagem por Misiones, Bernádez (1901) retrata um “*mundo pintoresco e enigmático de las islas*” que os navegantes conheciam ao navegar nos rios:

Las familias de inmigrantes se agolpan á proa mirando avidamente á tierra. El cocinero de á bordo se acerca por detrás á una muchacha bastante linda, con la que há venido bromeando todo el viaje. La toca suavemente y la interroga cuando ella se vuelve: ¿ E dunque...? La muchacha médio se le enoja: - ¡Sálgase de allí! oh! – en galán se le apea con una mala palabra em correto genovés, escupe, echa um vistazo á la costa, y se vuelve á sus tachos, sacudiendo filosoficamente la ceniza del pito (BERNÁRDEZ, 1901, p. 15).

A migração de famílias em busca de um local para uma melhor qualidade de vida demonstra o incentivo pela busca de um território, como o descrito por Turner, tido como um espaço de oportunidade, onde as leis de terras regulamentavam a sua ocupação. A solução era migrar em busca de um local que não tivesse que ser comprado, e essa *pseudo-compra* se dava através da ocupação do território.

Os imigrantes mudavam para tais locais em busca de novas terras, as quais eram a esperança de um novo local para a sua família. As famílias que viviam nos locais descritos por Bernádez (1901) refletem o contraste entre o mundo pintoresco e enigmático onde as famílias viviam em Misiones. Para Bernádez (1901), Misiones era “El paraíso Argentino”, considerada como uma das regiões maravilhosas do planeta. Além disso, dotadas de privilégios territoriais para aqueles que tinham o interesse de viver da agricultura. Misiones tinha uma população sumamente agrícola.

A cultura da “*En la selva*”, na ótica de Bernádez (1901), era um local cheio de privilégios e condições que a terra missioneira oferecia para o agricultor, habituado em trabalhar em terras livres de bosque. “*En tan privilegiada condición la tierra misionera es sin embargo desconcertante para el agricultor habituado á labrar tierras libres de bosque*” (BERNÁRDEZ, 1901, p. 20). Havia a possibilidade de lucrar com as riquezas dos bosques, já que os mesmos eram terras livres, sem uma legislação específica, logo o primeiro que deles tomasse posse poderia extrair as riquezas desse local.

No relato é demonstrado que as terras dos bosques eram propícias para a agricultura, uma forma de incentivar a migração para selva. Porém, o colono utilizava-se do método de limpeza da terra através do fogo, tal como expõe Bernádez: “*El fuego se encarga de limpiar el suelo, abonarlo con las cenizas y purificar el ambiente eliminando las plantas podridas de la maleza. Se siembra maíz entre los troncos, sin necesidad de outra herramienta que un machete que se clava em el suelo, se levanta con el terrón, se tira la semilla y se tapa com el pie. Fácil y rápido*” (BERNÁRDEZ, 1901, p. 22).

A melhor forma de limpar a terra de suas “Malezas” era o fogo, uma forma de tirar os matos, árvores, ou, até mesmo, os seus habitantes, como animais ou índios. Este foi o processo de apropriação deste território:

Una tierra riquísima con el agregado de una gran parte de la selva que se alzaba en ella, y que á su seno ha vuelto por la acción del fuego y la descomposición de las raíces y tallos destruidos. [...] El agricultor regulariza entonces su trabajo, dueño de una tierra inagotablemente fecunda, que entre tanto, y mientras se hacia apta para la agricultura regular, le ha pagado el sustento com los cultivos logrados sin esfuerzo y com el produto de las maderas – que el fuego de la bojarasca no ha quemado, sino tostado y oredo, dejándolas listas para ser transformadas em vigas, tirantes y tablas – y le ha dado ya con qué comprar arados y bueyes para empezar á labrar su porvenir con lo suyo y sobre lo suyo (BERNÁRDEZ, 1901, p. 23).

Com o trabalho regular sobre a terra, o colono desenvolveria o processo de ocupação dos espaços vazios argentinos, onde a barbárie estava presente pela população nativa. A agricultura regular era a solução para o processo civilizatório desta fronteira.

A floresta missioneira era um local de riqueza imediata, a riqueza natural apresentava diversas oportunidades de culturas. A exploração da erva-mate foi descrita como “exploração racional da vasta floresta missioneira”.

Bernárdez (1901) definiu a erva-mate como a “Flor de Tierra”, pois era um produto de grande importância para a República Argentina, tanto para o consumo como para a exportação, que girava entorno de quatro milhões de pesos de ouro ao ano. Misiones era um local especialmente propício para o cultivo desse precioso vegetal.

A lei da colônia estabelecia o cultivo forçado de erva-mate como tentativa de criar novas colônias. “*La ley de colonias, por su parte, debe ser especial para las de Misiones, estableciendo el cultivo forzoso y estimulado del árbol de yerba, y creando colonias yerbateras en pares especialmente indicados para ese cultivo*” (BERNÁRDEZ, 1901, p. 33). O cultivo forçado da erva-mate era propósito do governo argentino sobre o colono ocioso em determinadas áreas da Argentina. A Migração desses colonos para a região de fronteira traria para a nação o desenvolvimento econômico e, principalmente, o controle sobre a fronteira com o Brasil. Outro fator é que esse tipo de cultivo contribuiria economicamente com o desenvolvimento desta região.

El interés del colono será desde luego concordante con el propósito gubernamental, pues cada hectárea de árboles de yerba, en la que pueden radicarse mil plantas, empieza á producir á los tres años una arroba por árbol, producción que va aumentando á medida que el yerbal envejece. La arroba vale en la colonia cuarenta centavos de oro. Así, cada tres años, la hectárea de yerba le produce sin trabajo al colono cuatrocientos pesos oro, que suben á seiscientos y más cuando los árboles se hacen adultos. De suerte que con tres ó cuatro hectáreas de yerbal en su chacra para poder hacer podas parciales todos los años, se asegura el agricultor una renta fácil, que puede ser acrecida sin fatiga, con sólo ir ampliando el yerbal con los renuevos de su plantación. Por lo demás, este cultivo es por hoy de los que más fácil salida hallan en Misiones, pues se vende la hoja sapecada ó canchada, allí mismo, en cualquier cantidad que se produzca, sin necesidad de salir á buscar mercados. Se importan al año cuarenta mil toneladas y sólo se cosechan en los yerbales nacionales unas mil trescientas. Todo el margen (sin contar cuantioso contrabando) se paga á los países vecinos, Brasil y Paraguay. (BERNÁRDEZ, 1901, p. 33-34).

Na descrição de Bernárdez (1901), o objetivo do governo de Misiones era fomentar a indústria de Yerbatera, pois a região tinha uma prosperidade agrícola por suas riquezas naturais disponíveis para os colonos. Podemos perceber que, além do cultivo da erva-mate, a exploração da madeira da selva missioneira seria outra possibilidade de ganho para os colonos e de companhias colonizadoras. Contudo, a exploração da madeira era uma alternativa de comercialização imediata e garantia o sucesso do empreendimento.

Além do processo de ocupação e colonização desta região de fronteiras de Misiones, Bernárdez (1901) enfatiza a importância da construção de estrada para essa região, pois seria estrategicamente importante e poderosa a influência sobre a população e a cultura dessa densa área de floresta. Contudo, o fato de não existir estrada de ligação para a capital do país, deixava a população que habitava tal região em completa “barbárie”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia da fronteira como espaço vazio ou selvagem a ser colonizado era, na verdade, apontado nos relatos de viajantes como espaços habitado pelos indígenas e colonos. O incentivo à imigração tinha como função desenvolver o processo civilizatório, com a intenção de ocupar e comercializar as terras destas fronteiras transnacionais entre Argentina e Brasil.

Com a existência de habitantes nestas fronteiras, os confrontos e conflitos entre os índios, colonos, imigrantes e companhias colonizadoras existiu, porém, esses conflitos ficaram esquecidos por parte da historiografia oficial. Os relatos destes viajantes trabalhados neste artigo contribuiram para apresentar esses conflitos nas fronteiras transnacionais.

Contudo, o ato de os viajantes conhecerem as fronteiras transnacionais foi uma forma de relatar as possíveis riquezas nativas disponíveis para a exploração, incentivando, assim, a vinda daqueles que estavam em busca de novas riquezas.

REFERÊNCIAS

AUBERTIN, C.; LÉNA, P. Apresentação. In. AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988.

BARROS, J. D.. História comparada: Atualidade e Origens de um campo disciplinar. **História Revista**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 279-315, jul./dez. 2007.

BERNÁRDEZ, M. **De Buenos Aires al Iguazú** – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, Segunda edición, 1901.

BONATO, T. **Viagens do olhar**: relatos de viajantes e a construção do sertão brasileiro (1783-1822), Fundação Araucária/Editora Unicentro, Guarapuava, 2014.

BORBA, T. **Actualidade Indígena**. Curitiba: Typ. e Lytog. a vapor Impressora Paranaense, 1908.

CANÉ, M. *Carta-Prólogo de la segunda edición*. In. BERNÁRDEZ, M. **De Buenos Aires al Iguazú** – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas. Buenos Aires: Imprenta de “La Nación”, Segunda edición, 1901

MARTINS, J. S. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

NASCIMENTO, D. **Pela Fronteira**. Curitiba: Diretoria da exposição paranaense, 1903.

PURDY, S. A História Comparada e o Desafio da Transnacionalidade. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, 6-1 64-84, 2012

SEWEL JUNIOR, W. H. Marc Bloch and the Logic of Comparative History. **History and Theory**, v. 6, n. 2, 1967, pp. 208-218.

SILVA, L. O. Fronteira e identidade nacional. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Caxambu, MG: ABPHE, 2003.

BRASIL - PARAGUAI: CONSIDERAÇÕES SOBRE A “FRONTEIRA DO CONSUMO”¹

Luana Caroline Künast Polon²

Resumo: A fronteira que separa, mas também une, os municípios de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) pode ser considerada como a “fronteira do consumo”. Este ambiente fronteiriço é criado e recriado diariamente com base nas relações transfronteiriças que ali se estabelecem. O centro comercial de Ciudad del Este ficou conhecido mundialmente na década de 1990 devido à expressividade das relações de comércio e consumo que lá se desenrolavam. Ciudad del Este chegou a ser considerada o terceiro maior centro comercial mundial, mas, com o decorrer dos anos, foi perdendo um pouco de sua representatividade. Anos recentes mostram um decréscimo nas vendas na cidade paraguaia, mas, nem por isso, Ciudad del Este deixou de ser destino de diversos turistas-consumidores. Assim, o presente artigo é uma síntese da Dissertação de Mestrado em Geografia, defendida no ano de 2014, intitulada “A fronteira do consumo: relações transfronteiriças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY)”. O artigo em questão compreende algumas das considerações obtidas ao longo da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado.

Palavras-chave: Fronteira; Brasil; Paraguai; Consumo.

Abstract: The border that separates, but also unite, the municipalities of Foz de Iguaçu (Brazil) and Ciudad del Este (Paraguay) might be considered as the “consumption frontier”. This border environment is created and recreated daily based on the good border relations the occurred there. Downtown center of Ciudad del Este was known throughout the world in the years of 1990s due expressiveness of business relationship and the consumption that there unfolded. Ciudad del Este was once considered the third biggest business world city, but throughout the years, was losing some of your representativeness. Recent year’s shows sales decrease in the Paraguayan city, but nevertheless Ciudad del Este never left to be the destination of many consumers-tourists. Therefore, the present article it is a syntheses of the Geography Master degree Dissertation defended in the year of 2014, self entitled “The border of consumption: border relations between Foz do Iguaçu (BR) and Ciudad del Este (PY)”. The article in question comprehends some considerations obtained over the research for the Master degree scope.

Keywords: Border; Brazil; Paraguay; Consumption.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as práticas de consumo sempre tiveram a capacidade de movimentar fluxos de pessoas e mercadorias ao longo do espaço geográfico. Elas possuem, também, representatividade no processo de configuração das territorialidades, e podem ultrapassar os limites territoriais nacionais, gerando relações transfronteiriças. Por relações transfronteiriças compreendem-se aquelas que ultrapassam os limites territoriais formalmente definidos, ou seja, as fronteiras. Mas o conceito não se

¹ O presente artigo tem como base as considerações obtidas a partir da Dissertação intitulada “A Fronteira do Consumo: relações transfronteiriças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY)”, a qual foi elaborada sob orientação do Prof. Dr. Tarcísio Vanderlinde, e defendida no ano de 2014, conferindo à autora o Título de Mestra em Geografia.

² Mestra em Geografia (UNIOESTE/M.C.R.); Pós-Graduada em Neuropedagogia (ALFA/Toledo); Licenciada em Geografia (UNIOESTE/M.C.R.). Integrante do Grupo de pesquisa “ENGEIO – Ensino e práticas de Geografia” e do Grupo de pesquisa “Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional”. E-mail: luanacaroline.geografia@gmail.com

esgota nisso, pois o caráter transfronteiriço diz respeito, também, à ruptura das barreiras culturais, como a linguagem e os hábitos, permitindo que o contato entre os alheios seja possível, e as diferenças sejam minimizadas.

No caso específico das considerações de pesquisa aqui apresentadas, a fronteira estudada é compreendida pelos municípios de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai, a qual é um exemplo da flexibilidade fronteiriça ocasionada pelas práticas de comércio e consumo. Duas fronteiras de consumo são de extrema relevância no contexto do Oeste paranaense, a saber: a fronteira entre Guairá e Salto del Guairá e entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, sendo esta última a elencada para a pesquisa. Ambos os centros comerciais estão localizados em áreas paraguaias, atraindo milhares de consumidores brasileiros. Polon (2014) pontua que

O município de Foz do Iguaçu está localizado no extremo oeste paranaense, enquanto Ciudad del Este localiza-se no extremo leste do Paraguai. A divisa entre as duas cidades é representada pelo Rio Paraná. Foz do Iguaçu é conhecida mundialmente pelo turismo, por meio das Cataratas do Iguaçu e, também pela Usina Hidrelétrica de Itaipu. Já Ciudad del Este é referenciada pela expressividade do comércio de produtos variados, sendo um dos maiores centros comerciais do mundo (POLON, 2014, p. 53).

A constituição do ambiente de fronteira em questão envolveu múltiplos fatores históricos de aproximação entre os dois países, que, de forma complexa (por vezes consciente, em outras de modo subjetivo), estabeleceram métodos de perpetuar as relações sociais com base no consumo. Assim, desde a década de 1990, quando Ciudad del Este se torna um centro comercial conhecido mundialmente, os fluxos em favor do consumo permanecem, embora não de forma constante. Diante de múltiplos fatores, o comércio em Ciudad del Este perdeu parte de sua representatividade ao longo do tempo, mas não deixou de ser um espaço de consumo visitado diariamente por milhares de turistas-consumidores.

Alguns aspectos da relação transfronteiriça naquele ambiente específico são essenciais para a compreensão da manutenção da “fronteira do consumo”, designação esta que não se remete ao aspecto limitante das fronteiras, no sentido daqueles que podem ou não consumir; mas antes, representa a expressividade da fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, a qual tem por base primordial as relações de consumo, se apresentando mais rígida ou mais flexível de acordo com as circunstâncias políticas, econômicas e sociais do Brasil e do Paraguai.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONSUMO NA FRONTEIRA

A fronteira possui dois vieses de interpretação, um representado pelo limite e outro pelo acesso.

Ela torna-se limite em momentos específicos, quando diz respeito a cada nação e suas próprias políticas públicas. Enquanto, ao mesmo tempo é acesso, é o elo entre duas nações tão diversas. Este acesso referido diz respeito às condições que foram criadas como forma de relacionamento entre as partes, especialmente entre as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, como a BR 277 e ainda a Ponte Internacional da Amizade (a qual o próprio nome já soa como revelador). Quando retratada a fronteira entre Brasil e Paraguai, em muitas ocasiões transmite-se a ideia da ponte como elemento de fronteira, muito embora esta seja o acesso entre os alheios, e não a fronteira em si (POLON, 2014, p. 14).

Assim, ao mesmo tempo em que a fronteira é limite, pois foi desta forma instituída geopoliticamente, também é acesso, já que pode ser transposta em ocasiões e por motivos específicos. As relações de consumo são aspectos motivadores da condição transfronteiriça. Para desempenhar os atos de comércio e consumo, algumas pessoas migram cotidianamente ao “outro lado” da fronteira. São trabalhadores brasileiros que exercem suas funções na cidade paraguaia, empresários que possuem comércios em Ciudad del Este, fiscais, trabalhadores informais, feirantes, consumidores etc. E são estas

pessoas, bem como as relações que estabelecem, que constituem o aspecto flexível da fronteira, pois a delimitação formal não as impossibilita o deslocamento.

Não apenas o consumo legalizado ocorre na fronteira, mas também são comuns as práticas consideradas ilegais naquele ambiente fronteiriço em específico. Alguns dos principais problemas que atingem a fronteira, e que estão relacionados ao consumo, são o tráfico de drogas e armas, o descaminho e o contrabando de mercadorias, mas também o tráfico de órgãos e de pessoas.

O grande contingente populacional que se desloca por entre os países, bem como as falhas na fiscalização das fronteiras, são os responsáveis pela perpetuação destas práticas. Algumas destas, como o tráfico de humanos, são possíveis devido ao amplo número de pessoas que migram diariamente de uma cidade para outra, o que dificulta que casos como estes sejam descobertos. Assim, as questões de consumo vão muito além da simples compra e venda de produtos do “lado de lá” da fronteira.

Alguns elementos foram criados ao longo do tempo com a finalidade de facilitar as aproximações entre o Brasil e o Paraguai. Os investimentos em infraestrutura foram, e ainda são, essenciais para perpetuação dos fluxos no ambiente fronteiriço. Dentre as principais construções está o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, o qual viabilizou a chegada de turistas e consumidores ao Oeste do Paraná. Este foi inaugurado no ano de 1972 e favoreceu o desenvolvimento de toda região.

Da mesma forma, a BR 277 foi um investimento de extrema importância ao progresso da região Oeste paranaense, bem como à expansão do centro comercial paraguaio.

A construção da rodovia fazia parte de uma estratégia mais ampla de integração regional [...] a rodovia conectou o Porto de Paranaguá à Foz do Iguaçu. Mais importante do que conectar a cidade ao porto, foi conectá-lo à Ponte da Amizade cuja obra estava concluída, e que na prática significou atender a uma antiga necessidade do Paraguai: o acesso ao mar (SILVA, 2013, s/p.),

Assim, além de viabilizar o acesso ao comércio em Ciudad del Este, a BR 277 também foi importante para a integração e o desenvolvimento comercial da região Oeste do Paraná.

O elemento de maior representatividade das relações de comércio e consumo entre Brasil e Paraguai foi a criação da Ponte Internacional da Amizade, a qual foi inaugurada no ano de 1965 pelos presidentes militares de ambos os países, Castelo Branco, no Brasil, e Alfredo Stroessner, no Paraguai. A ponte pode ser caracterizada como a mais representativa forma da condição transfronteiriça, pois possibilita o acesso e o contato direto entre os brasileiros e os paraguaios. “Com a construção da Ponte Internacional da Amizade, os laços econômicos entre Brasil e Paraguai foram se intensificando, o que proporcionou ao Paraguai o sucesso no comércio de produtos variados, principalmente em Ciudad del Este, nos anos de 1990” (POLON, 2014, p. 68).

A intensidade dos fluxos na Ponte da Amizade tem colocado em risco sua integridade, uma vez que esta não foi planejada para tamanhos fluxos. Assim, a construção de uma segunda ponte ligando os dois países tem sido discutida. A função desta segunda ponte seria a de desviar da Ponte da Amizade o fluxo de veículos pesados, como caminhões e ônibus. Deste modo, além de causar menores depredações na ponte, ainda seriam evitados os congestionamentos e reduzidos os acidentes. A construção desta segunda ponte seria viável para ambos os países, desde que os fluxos de consumo se mantivessem.

Vários elementos ameaçam a perpetuação do consumo na fronteira, como as compras via sites de vendas, os quais parcelam o pagamento das mercadorias nos cartões de crédito, e ainda disponibilizam garantias, vantagens que nem sempre são possíveis no comércio paraguaio. Além disso, hoje existe a possibilidade de comprar mercadorias diretamente de outros países, como a China, por preços igualmente reduzidos e sem os custos de importação. As políticas em favor do consumo no Brasil, com a redução de impostos e o acesso aos créditos, são elementos que, também, acabam inviabilizando os deslocamentos de consumidores ao Paraguai. Da mesma forma, a rigidez das fiscalizações é um empecilho à livre circulação de consumidores na fronteira.

Embora tenha ocorrido um decréscimo nas vendas em Ciudad del Este nos últimos anos, ainda é muito expressivo o número de pessoas que se deslocam para consumir. É possível se pensar que o

comércio na cidade do leste paraguaio seja um problema ao comércio em Foz do Iguaçu, o que, na prática, não é uma verdade. Boa parte dos turistas-consumidores que viajam até a fronteira para consumir opta pela hospedagem e alimentação na cidade brasileira, gastando boas quantias de dinheiro nos hotéis e restaurantes de Foz do Iguaçu, pagando, também, pelo transporte brasileiro até o Paraguai, o qual pode ser por meio de ônibus, táxis ou mototáxis. Assim, é vantajoso para Foz do Iguaçu que haja o comércio em Ciudad del Este.

Para viabilizar o turismo na região de fronteira, foi criado o “Destino Iguassu”. Este é representado por um pacote de viagem que abarca a estadia em Foz do Iguaçu, com passeio nas Cataratas e na Itaipu Binacional, mas também possibilita a visitação às Cataratas do lado argentino, bem como o acesso à gastronomia naquele país, e ainda leva os turistas ao comércio em Ciudad del Este. Com projetos como este, ambos os países são beneficiados pelos fluxos de turistas-consumidores, ocasionando desenvolvimento econômico. Entretanto, existem os pontos negativos, como a violência e os acidentes, que são intensificados devido ao movimento intenso de pessoas no ambiente de fronteira.

Existem algumas discussões sobre o futuro de Ciudad del Este, já que as relações comerciais são afetadas pela dinâmica política e econômica de ambas as nações. As recentes intensificações da fiscalização na fronteira mostraram a suscetibilidade daquele ambiente. As fiscalizações possuem um caráter dual, pois “asseguram que haja segurança no ambiente fronteiriço, garantindo que as práticas consideradas ilegais sejam amenizadas ou banidas; mas também influenciam na dinâmica das relações na fronteira, prejudicando as pessoas que trabalham neste ambiente e que destas relações tiram seu sustento” (POLON, 2014, p. 89). Um dos grupos mais atingidos pelas últimas ações governamentais de fiscalização foi o dos mototaxistas, os quais chegaram a realizar protestos em contrariedade ao acirramento das ações por parte dos fiscais.

Junto a este, outro problema em caráter interno que assola as relações na fronteira é o conflito entre ilegalidade e legalidade. Existem ainda, em Foz do Iguaçu, diversos feirantes que estão em processo de legalização de suas atividades, uma vez que trabalhavam, ou ainda trabalham, na informalidade. Várias pessoas sobrevivem em Foz do Iguaçu da venda de produtos comprados no comércio de Ciudad del Este. Para a venda destes, existem feiras específicas na cidade brasileira, como a “Feira Iguaçu”. Nesta, trabalham feirantes já legalizados e outros em processo de legalização. Muitos “optam” por continuar na informalidade, pois não conseguem arcar com os custos exigidos pela Receita Federal para o cadastro na categoria de microempreendedor. Há, ainda, a rejeição contra os feirantes por parte dos comerciantes de Foz do Iguaçu, o que gera inúmeros conflitos internos.

Além dos consumidores que se deslocam ao lado paraguaio para comprar mercadorias, há, também, um significativo fluxo de pessoas que cruzam a fronteira para consumir no Brasil. Em especial os bairros “Jardim Jupira” e “Vila Portes” são espaços comerciais que atendem ao público consumidor paraguaio. “Como o Paraguai não é um país industrializado, o comércio de exportação localiza-se em Foz do Iguaçu, na área do Jardim Jupira e Vila Portes, nas proximidades da Ponte da Amizade, onde existem lojas que recebem exclusivamente em guarani e dólar” (CURY, 2010, p. 193). Assim, é também possível comprar produtos advindos do comércio paraguaio nestes centros comerciais em Foz do Iguaçu, o que beneficia os consumidores que não desejam se deslocar pela fronteira. Há, também, nesta região lojas de roupas e calçados usados, os quais são disponibilizados aos consumidores em pequenos *box*.

Com a existência de uma cota para importações de produtos do comércio paraguaio, muitos revendedores utilizam-se de uma técnica conhecida no tráfico como “transporte formiga”. Os “formigas” são sujeitos contratados para comprar e transportar pequenas quantidades de produtos ao lado brasileiro, sem que a cota seja atingida. Assim, com o não pagamento dos impostos, os comerciantes podem revender os produtos no Brasil com preços mais elevados, e obter boa margem de lucros. No transporte de cigarros essa prática é relativamente comum, dificultando a apreensão do contrabandista.

Existem regulamentações específicas para controlar as relações de consumo na fronteira, como o Regime de Tributação Unificada (RTU). Este “permite que determinados produtos advindos de Ciudad del Este sejam adquiridos por microempresas varejistas brasileiras, os quais deverão ser

transportados por via terrestre, com o devido pagamento dos impostos e contribuições federais” (POLON, 2014, p. 84). Esse regime abarca o comércio específico entre Brasil e o centro comercial de Ciudad del Este, possuindo delimitações em relação aos produtos que podem, ou não, ser importados ao Brasil.

Os comerciantes conhecidos como “sacoleiros”, e que foram figuras importantes para a expansão das relações comerciais transfronteiriças, também podem trabalhar de forma legalizada com a venda de mercadorias advindas do Paraguai. Para isso, podem se cadastrar como Microempreendedores Individuais (MEI). Já no caso de empresas que desejam importar os produtos vendidos no comércio de Ciudad del Este, estas podem ser cadastradas no “Simples Nacional”, sendo, portanto, amparadas por lei específica que regulamenta este tipo de importação e comércio.

Deste modo, são criadas condições para que as relações de consumo na fronteira sejam perpetuadas, e até mesmo facilitadas, muito embora existam críticas afirmando que o comércio de Ciudad del Este é uma ameaça aos centros comerciais brasileiros. Se estas medidas de perpetuação existem, muito provavelmente sejam baseadas em motivações por parte de ambos os países que as tornam viáveis. Porquanto, apesar das constantes ameaças às relações de consumo no ambiente fronteiriço, como o fortalecimento das ações fiscais, ou as instabilidades econômicas possíveis, e ainda as possibilidades de consumo em território brasileiro, é coerente se falar, ainda, em uma “fronteira do consumo”, entendida como ambiente construído cotidianamente pelas relações de comércio e consumo.

A configuração espacial é significativamente alterada pelas relações sociais, transformando a paisagem em favor do consumo. Para Santos (2003, p. 127) “a vida cotidiana abrange várias temporalidades simultaneamente presentes”, e, assim, estão presentes no ambiente fronteiriço as marcas dos diversos contextos pelos quais ambos os países passaram, e são estes que, gradualmente, formaram a configuração atual da paisagem. Da mesma forma, a existência de um ambiente fronteiriço foi, ao longo dos anos, responsável pelas transformações sociais naquele, dando forma à “fronteira do consumo”.

Assim como ocorre em outros locais no mundo, o centro comercial de Ciudad del Este é caracterizado pela expressividade das relações de comércio e consumo.

Os espaços de consumo são aqueles destinados às práticas relacionadas ao vender e comprar produtos, sendo que existem múltiplos elementos envolvidos, por exemplo, a existência de uma praça de alimentação ou playground no Shopping Center. Os espaços de consumo estão intimamente relacionados com o consumo do próprio espaço, uma vez que os espaços são transformados em favor das práticas de consumo (POLON, 2014, p. 86).

O diferencial de Ciudad del Este em relação a outros centros comerciais expressivos é a condição de estar localizado em um ambiente de fronteira, e depender dos fluxos que se estabelecem neste para se manter ativo; atentando para o fato de que as fronteiras são constituídas, também, por conflitos, contato com o “diferente”, o que pode representar um verdadeiro choque cultural e de interesses. Conforme analisado por Martins (2009, p. 10), “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos”. Assim, na fronteira a estabilidade é uma condição relativamente rara.

Deste modo, a existência de um centro de consumo referenciado mundialmente se deve às práticas consumistas adotadas especialmente em décadas recentes. São esses hábitos de consumo que possibilitam que a “fronteira do consumo” continue existindo, atraindo diariamente pessoas interessadas nos produtos comercializados com custos atrativos. Assim, historicamente, foram criadas condições para que as relações de consumo na fronteira fossem possíveis, motivadas por interesses múltiplos. A partir do momento em que essa modalidade de fluxo em favor dos atos de consumo representar uma ameaça a um dos países envolvidos, muito provavelmente serão efetuadas medidas governamentais que poderão definir o futuro das relações transfronteiriças, transformando a configuração da “fronteira do consumo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores que permitiram a constituição de um ambiente de consumo com caráter transfronteiriço são diversos, como as questões geográficas, históricas, políticas, econômicas e sociais. As relações de comércio e consumo só existem com tamanha representatividade, pois existe uma sociedade cujas bases são consumistas. Portanto, a “fronteira do consumo” não é um elemento descontextualizado, mas concretizado a partir das necessidades e interesses de ambos os países envolvidos.

O que move os consumidores não é unicamente a existência do comércio em Ciudad del Este, mas as possibilidades que o “paraíso do consumo” oferece aos que se dispõem a cruzar a fronteira. Os estímulos em favor do consumo são os responsáveis pelos fluxos interfronteiriços, movimentando um grande número de pessoas, as quais migram diariamente até o país vizinho para trabalhar ou consumir. São diversos os agentes responsáveis pela dinâmica transfronteiriça, como os trabalhadores brasileiros que migram para exercer suas funções na cidade paraguaia, os fiscais, os trabalhadores informais, empresários que residem em Foz do Iguaçu, mas possuem empresas em Ciudad del Este, consumidores, e outros.

Porém, o ambiente fronteiriço em questão não é estável, mas variável de acordo com as circunstâncias contextuais, tal como pontua Polon (2014):

A tendência de transformação deste espaço fronteiriço é demasiadamente grande frente à dinâmica econômica mundial. A complexidade do envolvimento de dois países, duas políticas, duas economias, dois povos, da ilegalidade, do desejo consumista, das histórias de vida com base na revenda de produtos do Paraguai, das dificuldades em se cruzar a fronteira, da violência e dos perigos de uma área fronteiriça, são aquilo que dá sentido ao ambiente de fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad del Este (POLON, 2014, p. 92).

A dinâmica das relações transfronteiriças não permite que sejam efetuadas afirmações definitivas sobre o futuro da “fronteira do consumo”. O que se pode concluir, no entanto, é que a fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad del Este possui um significado relevante para muitas pessoas da região, mas também de diversas outras partes do Brasil e do mundo. A possibilidade de compra em Ciudad del Este e posterior revenda no Brasil foi a fonte de renda de várias pessoas, especialmente durante a década de 1990. A possibilidade do consumo em Ciudad del Este é uma alternativa ao consumo de produtos com altas cobranças de impostos no Brasil, e continua movimentando diariamente um enorme contingente de trabalhadores, turistas e consumidores.

REFERÊNCIAS

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI):** Interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

POLON, Luana Caroline Künast Polon. **A Fronteira do Consumo:** relações transfronteiriças entre Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY). 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado Em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Câmpus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

RECEITA FEDERAL (Brasil). Regime de Tributação Unificada – RTU. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/rту/default.htm>>. Acesso em 14 fev. 2014.

SILVA, Micael A. **Curso de Extensão:** Breve História da Tríplice Fronteira. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2003. Mimeo.

UNICEF; ITAIPÚ BINACIONAL; TRACO (Brasil). Situação das Crianças e dos Adolescentes na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai: Desafios e Recomendações. Curitiba: ITAIPU Binacional, 2005. 144 p. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/sitantrifron.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

A CIDADE E A ARTE: UM ESPAÇO DE MANIFESTAÇÃO

Manuela Lowenthal Ferreira¹

Annie Rangel Kopanakis²

Resumo: Diante de um processo de crescimento desigual, contraditório e excludente das cidades modernas, a arte surge nas ruas representando a insatisfação e a necessidade de um espaço de manifestação artística e social, em um movimento no qual artistas urbanos aliam-se em defesa da liberdade de expressão. É um modo desinstitucionalizado e, muitas vezes, marginalizado de assumir as novas relações entre o privado e o público, entre a vida cotidiana e a política. Assim, o presente artigo busca analisar a Arte de Rua como um movimento de resistência, ressignificação do espaço público e do sentimento de pertencimento das cidades, identificando-a como manifestação artística que se faz presente para além dos grandes centros urbanos, atingindo também as cidades do interior do Brasil e em diversos Estados. A partir do levantamento bibliográfico são analisadas as relações que se estabelecem entre a arte e a forma do indivíduo contemporâneo se inserir no mundo e se situar no tempo e no espaço.

Palavras-chave: Arte de Rua; Urbanização; Cidades Capitalistas.

Abstract: From a process of unequal, contradictory and exclusionary growth of modern cities, art emerges in the streets representing the dissatisfaction and the need for a space of artistic and social expression in a movement where urban artists align themselves in defense of freedom of expression. This is a deinstitutionalized and often marginalized form, to assume the new relationships between the private and the public, the daily life and politics. This article aims to analyze this form of art as a resistance movement, a redefinition of public space and the feeling of belonging of cities, identifying such manifestations beyond the major urban centers, also reaching the cities of the countryside of Brazil and in several states in the country. From the literature analyzes the relationships established between art and the form of the contemporary individual to enter the world, to situate in time and space.

Keywords: Street Art; Urbanization; Capitalists Cities.

1 A CIDADE NA MODERNIDADE

A industrialização levou as cidades a um grande desenvolvimento nos últimos séculos. Essa corrida tecnológica, demarcada pelos ideais capitalistas, cedeu espaços cada vez maiores à proliferação de fábricas, comércios e serviços, tanto públicos quanto privados, que acentuam o caráter utilitário das relações que os indivíduos têm com o espaço que ocupam, este cada vez mais demarcado pela lógica do consumo (VASQUEZ, 1999).

Ao mesmo passo em que o modernismo priorizava a reconstrução urbana após a primeira guerra mundial, através de arquiteturas que revelavam uma arte que traduzisse a sensação de modernidade e bem-estar, também priorizou o menor custo das construções. Alguns desses projetos modernistas de habitação, os quais objetivavam suprir o déficit de moradia para a população de baixa

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Araraquara. Formada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília. E-mail: manu_lowe@hotmail.com

² Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Araraquara. Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). E-mail: annie_rk@hotmail.com

renda, acabaram ressaltando ainda mais a desigualdade social e, visualmente, simbolizam a segregação existente entre os espaços ocupados nas cidades, uns mais valorizados e arquitetonicamente mais sofisticados, e outros construídos por interesses políticos, com pouca qualidade, massificando essas habitações. Esse fenômeno, no qual as políticas de habitação privilegiam construções nas periferias e acompanham a especulação imobiliária, é muito evidente no Brasil e tem tomado contornos cada vez mais proeminentes ao traçar a segregação de classes sociais. As construções destinadas à camada pobre da população contam com pouca qualidade e demandam de serviços públicos e privados em seu entorno (HARVEY, 2009).

Muitos autores que voltam seus estudos para a compreensão do surgimento das cidades e seu desenvolvimento, como Palen (1975) e Lefebvre (1999), concordam em um ponto: as cidades capitalistas foram produzidas em torno de um caráter mercantil, o qual, posteriormente, as levou à industrialização. Essa industrialização, em muitos casos, foi de forma rápida e artificial, extrapolando suas condições e negligenciando necessidades da cidade como um todo, e não somente do comércio e mercado. A problemática do capital excedente direcionado a interesses exclusivamente lucrativos afetou diretamente a vida e a sociabilidade nas cidades e limitou grande parte da transformação desses espaços às elites, gerando inúmeros conflitos e tensões no espaço urbano. Os mais diversos problemas provenientes da desigualdade social se tornam evidentes, sobretudo em grandes centros urbanos, sob as formas de favelas e de guerras civis, influenciando, também, na forma como os indivíduos se relacionavam com o mundo, ou seja, na forma de manifestação de ideias, produção artística e identitária. O direito à cidade, citado por Lefebvre (1999), seria, portanto, a partida inicial, se tornando um ideal político.

A produtividade foi o que demarcou os projetos modernistas, dando espaço para o aparecimento, cada vez mais predominante, de uma estética funcional na qual os ideais artísticos objetivam cumprir essas intenções atreladas a uma determinada concepção de modernidade. Segundo Milton Santos (2002), o espaço é formado por, pelo menos, dois elementos, a saber, a materialidade e as relações sociais, ou seja, a paisagem urbana e a forma como os indivíduos vivem e se relacionam neste espaço. Conforme o espaço se sobrepôs ao tempo, no sentido de que apreende as diversas organizações do tempo na cidade, em uma única dinâmica da vida, possibilitando, também, que os diversos tempos coabitem em um mesmo período histórico. Com a ascensão capitalista, a materialidade das cidades passa a ser construída para que o tempo seja o mais produtivo possível, no sentido financeiro. As áreas urbanas ficam, então, sujeitas a uma hierarquização e padronização baseada na produção de lucro, o que torna os espaços coletivos, os espaços de produção artística e de sociabilidade desvalorizados, ou quase inexistentes. Algumas intenções se sobrepõem ao direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (1999).

As cidades modernas passaram, portanto, por diversas transformações que, consecutivamente, corroboram em mudanças significativas no espaço urbano e influenciam diretamente a vida cotidiana de cada um que habita a cidade. A composição visual das cidades retrata as relações existentes entre os sujeitos e o ambiente em que vivem, ambiente este que, aos poucos, passa a se tornar um espaço apropriado pelo marketing e pela propaganda. Áreas públicas são privatizadas a fim de promoverem a mercantilização da vida. Dessa forma, as expressões artísticas que são desvinculadas do interesse comercial não encontram formas de divulgação e reconhecimento, sendo, cada vez mais, ignoradas pela mídia e acabam se tornando desvalorizadas. Diante desta ausência de possibilidades para que possam imergir, essas formas de manifestações artísticas e populares utilizam as ruas como espaço para se expressarem.

O espaço é palco das relações sociais e da materialidade, e essa última traz consigo a revelação do tempo passado, o qual se manifesta através de formas e objetos que permanecem. A técnica usada para transformar o espaço é a tradução do tempo, pois denota em cada momento as possibilidades de realização humana. Cada ator que habita esse espaço age segundo tempos lentos, ou rápidos. Para Milton Santos (2008), o tempo rápido seria o dos indivíduos e intuições hegemônicas, que precisam de freneticidade, pois a materialidade privilegia este tempo. O tempo lento, por sua vez, traduz o tempo dos indivíduos e instituições hegemônicas, para quem a materialidade não é beneficiada pela

aceleração do tempo. disto surge um conflito e uma contradição. Assim, cada ator deposita no espaço objetos que explicitam a face da cidade e determinam os modos de usá-la, e nos tornamos, por vezes, conduzidos por essa cidade: é nela que a vida se produz e se reproduz.

A cidade, enquanto forma materializada das relações entre os indivíduos e entre os indivíduos e o mundo em que vivem, revela sua organização social através das mais diversas manifestações urbanas, e é acerca disso que se faz necessária a compreensão para que seja possível desenvolver uma reflexão sobre os movimentos urbanos na atualidade, ou seja, entender a organização socioespacial como um resultado de diversos fatores da esfera social, como os processos políticos, econômicos e culturais, na medida em que se vinculam à geografia das áreas urbanas. Para o autor Mark Gottdiener (2010), os fenômenos e conflitos ocorridos em um determinado espaço são, em si, a própria produção do espaço. Já para David Harvey (2009), o espaço urbano é o cenário para a reprodução do capital, o qual determina a vida das pessoas, subornando a própria cultura ao modo de vida capitalista. Assim, serão trabalhadas neste artigo as várias perspectivas sobre a produção da cidade.

Diante desta dialética entre espaço e tempo, o moderno e o arcaico, o público e o privado, o crescimento econômico e a miséria, as relações sociais se intensificam de forma nunca vista antes na história, ao passo que a tecnologia e os meios de comunicação digitais separam fisicamente as pessoas. Porém, o mercado de trabalho rápido e fugaz cria, constantemente, a necessidade de contatos imediatos, excluindo, concomitantemente, grande parte da população. Nesse contexto urbano contemporâneo, compreendido como o entrelace de espaços heterogêneos, são explícitas as intenções mais distintas para a ocupação das cidades. De um lado, emerge o projeto modernista de cidade, o qual visa o crescimento rápido, a expansão, adaptação dos locais à vida moderna, em um movimento que busca ampliar os espaços materiais e simbólicos da produção e reprodução da vida, e, por outro lado, há os segmentos populares e as minorias das classes baixas, os quais não se encontram inseridos neste processo de desenvolvimento e modernização das cidades, causando um enorme descompasso que gera inúmeras contradições.

Essa intensificação da vida social transborda a necessidade de apropriação do espaço, gerando diferentes formas de apreensão da realidade e criação de ideias que, muitas vezes, são expressadas pela arte ou movimentos artísticos. Passam a surgir manifestações de resistência a essas imposições preponderantes, que revelam a necessidade intrínseca do homem de se relacionar com a arte, compreendendo esta como uma ferramenta de interação e transformação. Em um desencontro entre a estética moderna e a dinâmica socioeconômica do desenvolvimento artístico, há a necessidade de examinação das relações entre as transformações materiais da cidade e a dinâmica de acumulação de capital, no que se refere, principalmente, às manifestações artísticas nos espaços públicos em contraste ao bombardeamento de propagandas nas ruas (CANCLINI, 1997).

2 DOS SUJEITOS HISTÓRICOS À ARTE DE RUA

A cidade passa a ser compreendida como um espaço simbólico onde indivíduos se constituem através de suas experiências no espaço e no tempo. Quando os grupos se unem para propor alternativas de ocupação a esses espaços revelam uma resistência aos processos de racionalização à massificação que se instituem nas cidades e, assim, propõem usos diferentes aos diversos espaços através dessas manifestações de oposição. Este movimento representa, igualmente, uma transcrição dos fenômenos das dinâmicas da vida através da representação das artes em espaços até então não utilizados para estes fins: os constantes deslocamentos da arte de lugares estáticos (como museus) para os lugares abertos (as ruas).

O aparecimento da arte urbana, como o grafite, surge, entre diversos fatores, como um grito de manifesto perante essa ausência de possibilidades e espaços que proporcionem à população o contato com a arte nas cidades, e permitam aos indivíduos se expressarem. A vivência humana nas cidades fica restrita e, em muitos sentidos, limitada apenas ao consumo, onde os espaços de sociabilidade são transpostos aos shoppings e às galerias, gerando a necessidade de novas formas de se relacionar com a vida e manifestar a arte. Diante de tais circunstâncias, nas quais os ambientes que permitem aos

indivíduos criarem uma identidade com a cidade são cada vez menos frequentes, os indivíduos ressignificam o lugar e o “não lugar”, rompendo com os espaços convencionais de manifestação artística e utilizando as ruas para expor suas experiências.

Muitos autores tratam a arte como uma das manifestações humanas mais significativas de um tempo, sendo abordada como a expressão de um determinado período histórico, assim como os desejos daquela época; ou seja, suas demandas políticas e sociais são o que há por trás de uma estética específica, entre outras questões que podem ser observadas a partir de técnicas e manifestações artísticas. Para Lukács (1965), a essência humana transparece para o mundo real materializada por meio da arte, representando o plano da vida cotidiana. Seguindo esta perspectiva, a arte pode ser considerada uma atividade que parte da vida cotidiana para, posteriormente, retornar a ela, produzindo, dessa forma, uma elevação na consciência dos homens. Lukács compreende a arte através da sua relação com as necessidades da vida cotidiana, como uma forma de o homem ir além dos seus limites diários, expressando a vida real e, ao mesmo tempo, transformando-a.

Na filosofia, Nietzsche (1992) é um dos autores que traz em suas obras a temática da arte como um dos aspectos mais relevantes de sua reflexão. O grandioso papel de dar sentido e continuidade à vida seria incumbido à arte. Os processos de simbolização e a vontade humana estão conectados e se expressam através das manifestações artísticas, conferindo o esforço da criação como um suporte fundamental à vida. Para Nietzsche, a cultura ocidental está doente, pois, nesse modelo de vivência, o modo metafísico do pensamento é o pilar de nossa civilização. Sendo assim, o niilismo sofrido pelo ocidente seria a consequência do idealismo metafísico apontado como uma debilitação dos instintos (CASTRO, 2008; NIETZSCHE, 1992).

A arte, neste sentido, emerge de um contexto de necessidade, e passa a ser um meio de capturar a realidade e, ao mesmo tempo, de expressá-la, em um exercício de distanciamento do ordinário, do cotidiano, da rotina e do comum, buscando ter outra visão sobre a realidade, de modo que ela cria uma nova linguagem para comunicar. Ao manifestar um sentimento por vias artísticas, o indivíduo/grupo se desloca do plano do real, passando para outra forma de comunicação que foge da noção imediata.

A complexidade das relações humanas está sempre interligada a outros fenômenos, e cada época cria seus mecanismos de visibilidade e resistência. Neste determinado período histórico, no qual as cidades podem ser vistas como a materialização do simbólico e a via na qual ocorre a produção e a reprodução da vida, a cidade moderna representa o espaço onde as relações estéticas também se destacam perante todos os mecanismos funcionais das cidades. A relação do homem com a arte dialoga com a realidade e, portanto, é um indicativo sempre presente para compreender os espaços que ocupam; é também o meio de divulgação de ideias e uma forma de se pronunciar diante da vida nas cidades.

A partir do exposto, se faz importante compreender o papel, a função e forma social da arte de rua em suas expressões, como o grafite e a pichação, para estudar a dinâmica das cidades e os fenômenos contemporâneos. Assim, a arte de rua, em sua comunicabilidade e na sua renovação do saber e da sensibilidade, consiste, pois, no surgimento de outro tipo de vínculo da cultura com o território, ressignificando o espaço e o lugar, bem como outros códigos de identificação das experiências, de decifração de seus significados e modos de compartilhá-los. Este é um campo propício para o trabalho transdisciplinar, pois, assim como é um debate sobre as demandas sociais materiais, sobre a produção capitalista das cidades, no que concerne ao caráter econômico, social e político, é também uma questão comunicacional e cultural, que permite compreender a arte urbana como uma manifestação crítica e política de alguns grupos perante a realidade social que vivenciam.

Uma expressão popular, antes de ser analisada, deve por fins científicos e metodológicos, estar devidamente contextualizada em seu período histórico-social e político. É necessário também caracterizar o lugar dos grupos populares e de suas lutas políticas no que tange aos espaços cotidianos. Enfim, é, por isso, um debate que atravessa a cultura e o poder, e, assim, requer a ampliação conceitual que permite abranger formas de elaboração simbólicas e movimentos sociais, através do viés da arte que utiliza as ruas das cidades como uma enorme tela ou palco.

3 A ARTE URBANA

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a arte começa a ganhar novas configurações e a se locomover de espaços fechados, como galerias e museus, para compor novos lugares, utilizando novas formas de se conceber um movimento artístico e a buscar diferentes dispositivos para estabelecer um diálogo e uma comunicação entre o artista, o receptor e o seu ambiente. Diante disto, os espaços passam a ser vistos pela arte contemporânea como mais um elemento da obra: a arte se expande para as ruas e novos artistas surgem a partir disto.

Dessa forma, a arte urbana se torna uma das facetas da vida moderna que mais nos permite pensar a produção artística das cidades capitalistas em meio às lacunas de suas contradições. Fugindo do padrão estético tradicional, esta arte produz uma linguagem popular visual que comunica e dialoga com uma parcela da população que, muitas vezes, não frequenta um museu ou um teatro, ou mesmo não se identifica com estes locais. A arte urbana, por sua vez, é a expressão das reais relações da vida cotidiana nas cidades, e expõe, em muitos sentidos, as contradições e desigualdades de uma sociedade mediada pelo capital, em que a expressão popular, muitas vezes, não é considerada, pois, do ponto de vista das relações mercantis, não é produtiva. Segundo García Canclini (1997),

A vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o estado e a luta popular para sobreviver [...] Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem. (CANCLINI, 1997, p. 301).

Com o crescimento das cidades, aumento da população e o surgimento de um grande centro econômico urbano, as cidades passaram a concentrar uma imensidão de mercados dos mais diversos perfis, transformando em mercadoria setores até então improdutivos economicamente. Diante deste contexto, a população excluída passou a expressar sua indignação por diversos meios, como a música, a dança, a arte visual, entre outras. Essas artes não apresentam pontos interessantes para a mídia, sendo desvalorizadas e negligenciadas, embora expressem demandas sociais e concentrem elementos artísticos. No caso do grafite e da pichação, muitas das mensagens por tais artes expressas trazem um caráter crítico ao sistema, expondo o sentimento de não pertencimento das cidades.

Essa forma de se manifestar acaba trazendo outros sentidos à vivência urbana e cria possibilidades para diversas outras relações humanas em meio ao espaço que os cerca. Tais sentidos são produzidos diariamente, segundo os mais diversos interesses. O encontro com essas artes visuais nas cidades é, ainda, uma afronta à lógica de uma cidade racionalizada e inserida num parâmetro padronizado de comportamento social. O próprio traço manual e espontâneo se opõe estruturalmente às legendas políticas ou publicitárias, desafiando as linguagens institucionalizadas quando as altera, questionando até mesmo os critérios da arte e sua legitimação.

As expressões urbanas podem trazer para a discussão não somente a questão da ruptura estética com o padrão da arte imposta, mas, em um sentido mais concreto, substancial e contextualizando, podem ser analisadas como algo que representa o seu contrário, ou seja, como um fenômeno que só existe porque outros problemas maiores e estruturais permeiam a realidade das cidades, e criam a necessidade de expressão de uma população não contemplada pelo “desenvolvimento”, onde não há locais públicos de entretenimento e faltam ambientes que incentivem a produção artística e cultural, assim como espaços gratuitos de sociabilidade. Neste sentido, este tipo de expressão artística expressa, também, além do seu caráter cultural e criativo, certa carência, sendo, ao mesmo tempo, uma consciência que exprime as reais limitações que nos são postas por uma situação histórica concreta, como um protesto contra a condição real.

O sujeito contemporâneo pode ser constituído através da vivência urbana, pelo meio de transformações que contenham suas dimensões diversas, assim como ocorre com alguns grupos que convivem nas cidades e ocupam e produzem nesses espaços seus significados. Entre grupos de *rap*, *punk*, grafite, *hip-hop*, artesãos manuais, entre outros, encontra-se uma diversidade de expressões e uma complexidade de sentidos que originam uma sensibilidade inovada para a permanência cotidiana na vida urbana, em uma ressignificação da cidade. Esse contraste das formas de se comportar nas cidades gera uma tensão entre a massificação social. Deste modo, a hegemonização das identidades e o surgimento de microgrupos que manifestam a intenção de reagir a essa homogeneização da vida em sociedades consumistas, com pouco espaço e tempo para convivência, podem ser compreendidas como uma possível forma de protesto a essa massificação. Os chamados grafiteiros, portanto, podem ser considerados agentes de uma nova proposta para os espaços urbanos, onde há espaço para a livre manifestação de ideias e sentimentos. Essas alternativas de intervenção nas cidades também revelam imagens cotidianas sob óticas diferentes em contraposição das que nos condicionamos a enxergar no dia a dia, pois o grafite se apropria de elementos cotidianos e experiências e vivências para compor sua estética (FURTADO, 2012).

Os grupos de artistas livres de rua denominam-se *crews*, palavra de origem norte-americana utilizada a princípio por “pichadores” e, posteriormente, por grafiteiros brasileiros. Os *crews* se formam e constituem grupos onde grafiteiros interagem entre si. Segundo Furtado, autora do estudo intitulado *Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no graffiti* (2012), essas tribos se constituem pela afinidade de estilos e nomes distintos. Para a autora, o processo de criação dessa modalidade artística engloba diversos olhares e intenções que culminam na criatividade dos autores. Os *crews* têm o objetivo de fazer grafite e serem reconhecidos por seus membros, estilo e arte criativa. Os grafiteiros usam o urbano em grupos ou sozinhos e compreendem esse espaço para além de suas estruturas materiais. A cultura do grafite expressa uma contraposição aos usos convencionalmente atribuídos às cidades e propõe uma nova forma de uso desses locais.

3.1 O GRAFITE

Grafite (do italiano *graffiti*, plural de *graffito*) é a denominação dada às inscrições urbanas desde a antiguidade, mas surgiu com mais forma na década de 1960. O grafite sempre esteve vinculado a movimentos de afirmação identitária, manifestações políticas ou sociais. A princípio, se solidificou na Europa através do movimento estudantil francês e, posteriormente, se espalhou para a América, recebendo influências do movimento hippie e punk nas décadas de 70 e 80, onde a cidade se torna palco para arte e a arte se torna parte da cidade. Primordialmente, começou nos Estados Unidos com o surgimento do movimento cultural do hip-hop. Ao final da década de 60, a escritura de rua era vista nos bairros pobres, espaços onde havia extrema violência, racismo, tráfico de drogas e a população era preponderantemente negra e latina. As gangues que utilizavam a violência para domínio territorial começaram a usar a arte como meio de canalizar a violência: inicialmente a dança substitui as armas para as competições pelo território.

Nos anos 80 o hip-hop chega ao cenário brasileiro das periferias e traz consigo a mobilização de jovens para a transformação social, onde a desigualdade social e o racismo eram enfrentados por meio dessa cultura que se sustenta no engajamento social por meio da música, do grafite e de ONGs criadas pelo movimento do hip-hop. A cultura do hip-hop se estendeu por todo o território brasileiro e pode ser vista, atualmente, nas mais diversas cidades. O grafite brasileiro se desenvolveu com características próprias, as quais mesclam diversos elementos e criam uma identidade particular. Influências do hip-hop são bastante evidentes, como o uso excessivo de cores, também o grafite com caráter de militância política pode ser identificado no Brasil como herança do período da ditadura militar, assim como imagens e figuras lúdicas foram influenciadas pela ideologia hippie no país, na qual originam um grafite mais poético e pacífico. Atualmente, o grafite brasileiro é reconhecido internacionalmente como uma forma particular de expressão de qualidade (SILVA, 2008; LAZZARIN, 2007).

O grafite é uma representação iconográfica e um meio de comunicação visual cujo repertório simbólico pode ser facilmente interpretado pela sociedade ou restrito a pequenos grupos. Sua confecção, na maioria das vezes, é feita com o uso de tinta a óleo usada em spray, que toma formas sobre os muros e paredes da cidade e podem, também, estar situados em espaços públicos ou privados. Usualmente, a dimensão dos desenhos pode ser avistada a longa distância. Segundo Canclini (1997), em seus estudos sobre Culturas Híbridas na América Latina, o grafite transcende a arte convencional:

O grafite é um meio sincrético e transcultural. Alguns fundem a palavra e a imagem com um estilo descontínuo: a aglomeração de signos de diversos autores em uma mesma parede é como uma versão artesanal do ritmo fragmentado e heteróclito do videoclip. Em outros se permutam as estratégias da linguagem popular e da universitária, observa Armando Silva. Há também ‘síntese da topografia urbana’ em muitos grafites recentes que eliminam a fronteira entre o que se escrevia nos banheiros ou nos muros. É um modo marginal desinstitucionalizado, efêmero, de assumir as novas relações entre o privado e o público, entre a vida cotidiana e a política. (CANCLINI, 1997, p. 339).

As cores vívidas escolhidas pelos grafiteiros altera a estética das cidades modernas e atrai olhares variados para a arte que se expressa. Essa comunicação urbana é praticada por minorias, os quais são, geralmente, moradores das periferias, homens, negros e pobres que utilizam desse recurso simbólico para comunicar à sociedade suas indagações e reflexões, de modo que, na maioria das vezes, os temas que emergem são relacionados à paz, desigualdade social, fé e amor (SILVA, 2008).

3.2 GRAFITE X PICHANÇA

Ainda na década de 60, ou seja, paralelamente ao surgimento do grafite, emergiu a pichação, a qual também ocupou um espaço de destaque, explicitando fatores como: manifestações políticas, ideais de competição entre os pichadores e depredação de monumentos, prédios públicos e privados. É necessário evidenciar que as aproximações e antagonismos entre grafite e pichação são compreendidos de formas diversas. Essa disparidade entre grafite e pichação é, primeiramente, evidenciada no senso-comum, que tende confundir os estilos de arte nas ruas e, ainda, é concebida de formas distintas por estudiosos do tema.

Para uma primeira interpretação dessas intervenções urbanas, o grafite, ao contrário da pichação, se preocupa com a qualidade técnica da arte produzida, de modo que o preparo das paredes é feito de forma rigorosa, demanda tempo e requer mais detalhamento e sofisticação do criador. Dessa forma, o grafite se desvincularia da pichação e passaria a ocupar um espaço distinto, ao passo que os pichadores estão preocupados em transgredir as regras e provocar as autoridades por meio de manifestações que não têm pretensões artísticas. Assim, os grafiteiros manifestam uma necessidade de serem reconhecidos como artistas e de produzirem obras que requerem tempo e dedicação. Há, ainda, outra diferença que se sobressai entre as duas modalidades de expressão nas ruas: os pichadores preocupam-se em serem reconhecidos em um grupo específico, já os grafiteiros se preocupam em serem reconhecidos pela sociedade. É importante fazer essa distinção, pois, comumente, confunde-se grafiteiro com pichador, e ambos merecem ser compreendidos dentro de suas especificidades, distinguindo-se os impactos que ambos procuram ocasionar (LAZZARIN, 2007).

Outra abordagem conceitual revela que existe uma diferenciação tênue entre as origens do grafite e a pichação, porém, atualmente, para alguns grafiteiros, apenas a sua modalidade de arte de rua merece receber o título de arte, já que consideram as pichações vandalismos. Já para alguns daqueles que se intitulam pichadores, o grafite é uma expressão artística que foi aderida ao sistema a que eles se revoltam. O grafite foi instituído como arte urbana, ao passo que a pichação não se enquadrou nesse mérito e é frequentemente concebida como práticas de vandalismo. Para Schultz (2010), ambas são expressões artísticas, apesar das distintas interpretações e distintos impactos que causam nos espectadores.

Trazendo a discussão para o contexto nacional, é importante situar que o termo grafite é compreendido no Brasil como os grafites artísticos que surgiram com base no grafite americano, no início da década de 80. Já a pichação é um termo que se refere às inscrições feitas nas cidades com o uso de sprays e se difere do grafite nas formas utilizadas. Ambas as técnicas utilizam o spray como instrumento que acaba aproximando as modalidades de intervenção nos espaços urbanos. Porém, anteriormente, a pichação era feita com piche, produto obtido do petróleo e muito utilizado na época da ditadura militar para escrever nos muros e paredes; contudo, após o surgimento do spray, a pichação passou a se utilizar desse material, o qual era mais viável e, hoje, é comum aos dois estilos, grafite e pichação, os quais acabam se confundindo. A crítica feita é que o grafite originado nas periferias, em meio a conflitos econômicos e raciais, e combatente da homogeneização dos sujeitos das metrópoles modernas, acabou sendo cooptado para o estilo de vida ao qual originariamente combatia (COSTA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As frustrações dos órgãos de direitos humanos e da ineficácia das Instituições levam-nos a refletir, também, sobre o papel da cultura como expressão simbólica para sustentar demandas quando as vias políticas não contemplam as necessidades dos indivíduos e o mínimo para a sua existência nas cidades. Essa ausência de resultados eficazes na política, combinada com o crescimento desigual das cidades, entre outros fatores estruturais, ocasionam uma exclusão de grande parte da população, gerando, assim, um sentimento de revolta e insatisfação que não encontra uma devida forma para ser evidenciada.

Dessa maneira, a consciência de que há algo errado emerge, e se torna inevitável a sua manifestação, a qual, por vezes, encontra um meio subversivo para ser expressar e, com isto, ocorre, muitas vezes, a pichação de muros, em uma ação transgressora da ordem, pois a revolta, muitas vezes, não passa por um processo de compreensão da complexa estrutura que a oprime e, então, se manifesta em formas que marginalizam o ato. A partir disto, se faz necessária uma reflexão para definir as relações entre o campo cultural e o político: a diferença entre ação e atuação.

Há um enorme conflito entre a representação política e a real vontade da população, que se codifica em uma dificuldade na avaliação política das práticas culturais, as quais não consideram as manifestações artísticas como intervenções efetivas que visam reformular as estruturas materiais da sociedade. As lutas pelo controle do espaço se fazem através de marcas próprias: são os grafites e pichações. Suas referências sexuais, políticas ou estéticas são maneiras de mostrar ao mundo um modo de vida e de pensamento de um grupo que não dispõe de circuitos comerciais ou políticos para se expressar, mas que busca afirmar um modo de viver, uma forma de pensar que foge do convencional e que não se limita às relações mercadológicas e de consumo. Esses grupos procuram mostrar que não é por estarem fora das universidades e dos museus que são “incapazes” de produzir arte e cultura, ou seja, por desconhecerem a história dos saberes e estilos; e, sobretudo, buscam mostrar que pertencem à cidade, ressignificando esse espaço público.

Acerca das intervenções, vimos que, muitas delas, são baseadas em técnicas elaboradas e imagens, e outras buscam comunicar frases, mensagens políticas, pedidos, poesias e alguns símbolos por meio dos quais tratam de códigos entre grupos específicos; no entanto, todas as expressões nos forneceram elementos para se pensar uma mesma questão: essas manifestações, artísticas ou não, comunicam algo, são manifestações de algo que está para além do próprio fenômeno, sendo, portanto, necessários reflexão e exercício de compreensão para iluminar o que está por trás de tais linguagens, a saber, porque estes grupos sentem a necessidade de se apropriarem do espaço público para divulgar suas ideias? Por que a arte não pode imergir das ruas e utilizar a cidade como seu espaço de criação? Tais intervenções são formas de comunicação e diálogo entre a arte e o urbano, o tradicional e o contemporâneo. Assim, as cidades se tornam um palco de efervescência cultural e artística, bem como espaço de reivindicação e confrontos.

As práticas culturais são mais que ações, são também atuações de sujeitos que buscam construir a história. As ruas das cidades são palcos de luta, mas, também, onde uns e outros têm a experiência da alteridade e do reconhecimento. O confronto é um modo de expor uma desigualdade que está colocada, mas que, de forma alguma, é imutável, e as manifestações de rua e a arte urbana nos mostram que o tempo materializado no espaço é constituído pela história das sociedades que o compõe, e está, constantemente, em processo de transformação, sendo, pois, um movimento dinâmico e autoconsciente, que busca sempre evidenciar os conflitos e não esconder a diferença, mostrando a riqueza e o valor de uma arte autêntica, original e que tem muito a dizer sobre o mundo. A cidade é o produto de toda uma história que se cristaliza e se manifesta, de modo que o espaço urbano se torna palco para arte e a arte se torna parte dele (ARGAN, 2005).

REFERÊNCIAS

ARGAN, G.C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo; Martins Fontes, 2005.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

CASTRO, C. M. A inversão da verdade: notas sobre O nascimento da tragédia. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 49, n. 117, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.

FURTADO, J. R. Tribos urbanas: os processos coletivos de criação no graffiti. **Psicologia Social**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

HARVEY, D. A Liberdade da Cidade. **Espaço e Tempo**, n. 26, p. 09-17, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp26/09-18-HARVEY,David.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAZZARIN, L. F. Educação e Arte. Identidade e arte da rua: contribuições do movimento grafite para a educação. **GE: UFRR**. n. 01, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/grupo_estudos/GE01-3262--Int.pdf>.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LUKÁCS, G. Literatura y arte como sobreestrutura. In: **Aportaciones a la historia de la estética**. México: Grijaldo, 1965.

MARX, K. **Sobre a crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Martin Claret, 1968.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Tradução, notas e posfácio J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PALEN, J. J. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PINHEIRO DA COSTA, L. Grafite e pixação: Institucionalização e transgressão na cena contemporânea. **III Encontro de História da Arte**, IFCH/ Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/COSTA,%20Luizan%20Pinheiro%20da.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

SANTOS, M. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2015.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHULTZ, V. Pichação e grafite: Reverberações educacionais. In: **33ª Reunião Anual da Anped: Educação no Brasil: o balanço de uma década**. Rio de Janeiro/RJ: Anped, 2010. v. 33. p. 1-14. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT24-6075--Int.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SILVA, W. S. A trajetória do Graffiti Mundial. **Revista Ohun**, n. 4, 2008. <http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/Wiliam_Silva.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015.

VÁSQUEZ, A. S. **Convite à estética**. Rio de Janeiro: Brasiliense; 1999.

VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor Distribuciones, 2000.

SEGURANÇA NACIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI: EXÉRCITO BRASILEIRO

Orlando Bispo dos Santos¹

Mauro José Ferreira Cury²

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal debater a respeito da região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, abordando sobre a segurança nacional, sendo o Exército Brasileiro como principal instrumento de organização e controle, reprimindo as ilegalidades que permeiam a região. A soberania nacional implica em manter o domínio geopolítico do Estado-Nação. De acordo com seu dinamismo, a tríplice fronteira desencadeia uma série de problemas, exigindo atenção especial do Governo Brasileiro na formulação de estratégias, visando à integridade do território e da sociedade. A presença do Exército Brasileiro em Foz do Iguaçu, desde a colônia militar, em 1889, até os dias atuais, representado pelo 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, é estrategicamente coordenada pelo governo tendo como objetivo o domínio territorial, além de desempenhar atividades que possibilitem eliminar a vulnerabilidade da fronteira e, assim, manter a diplomacia entre os países vizinhos – Argentina e Paraguai –, evitando possíveis conflitos tanto entre a população quanto entre países. Na metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica para se abordar a temática, na qual diversos autores contextualizam a história e relatos a respeito da Colônia Militar, o Exército Brasileiro e estratégias que são desenvolvidas para a região de Fronteira.

Palavras-chave: Fronteira; Segurança Nacional; Exército brasileiro; Soberania Nacional; Colônia Militar.

Abstract: This article focuses mainly on the border region between Argentina, Brazil and Paraguay and will address on national security, having the Brazilian Army as the main instrument of organization and control, repressing the illegalities that permeate the region. National sovereignty implies maintaining the geopolitical nation State domain. The triple frontier according to dynamic triggers a series of problems requiring special attention of the Brazilian Government in the formulation of strategies, aiming at the integrity of the territory and society. The presence of the Brazilian Army in Foz do Iguaçu since the military colony in 1889, until the present day, represented by the 34th Mechanized Infantry Battalion, is strategically coordinated by the Government aiming to the territorial domain, in addition to performing activities that make it possible to eliminate the vulnerability of the border, and so keep the diplomacy between the neighbors, Argentina and Paraguay, avoiding possible conflicts both among countries and among population. In the methodology we used bibliographical research, addressing the topic, in which several authors contextualize the story and reports about the military colony, the Brazilian Army, and strategies that are developed for regi: Borders, National Security, Brazilian Army.

Keywords: Frontier; National security; Brazilian Army; National sovereignty; Military Colony.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduando em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Câmpus Foz do Iguaçu. Mestrando em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Câmpus Foz do Iguaçu

² Professor Adjunto nível B da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

INTRODUÇÃO

Segurança nacional é fator indispensável no que diz respeito à manutenção dos valores do Estado-Nação. Tais valores estão ligados à identidade e à cultura do povo, bem como à manutenção de domínio geopolítico, o qual trata do domínio territorial que, por sua vez, permite ajustar o desenvolvimento do Estado. Silva (1981, p. 155) define segurança nacional como “grau relativo de garantia que o Estado proporciona a coletividade nacional, para [...] salvaguarda de seus objetivos a despeito dos antagonismos [...] externos”. Partindo desse princípio, é certo que, no plano estratégico de defesa militar Brasileiro, está inserido o pensamento de inibir os despeitos ou ciúmes externos em relação às investidas geopolíticas e, com isso, manter o relacionamento amigável com os países vizinhos como um dos objetivos a serem salvaguardados pelo Estado-Nação.

O espaço geográfico em que está situada a cidade de Foz do Iguaçu interliga o Estado brasileiro aos Estados argentino e paraguaio, formando, assim, a tríplice fronteira. O dinamismo desta região exige formulações de estratégias militares que permitem reforçar as relações de poder e estreitar os laços de amizade com os povos argentinos e paraguaios no intuito de assegurar a demarcação de seus limites territoriais, bem como as relações socioeconômicas.

A problemática existente na região de fronteira é um fato que toma proporções de acordo com seu desenvolvimento populacional, econômico e político, e isto contribui para que desenvolvam eventuais conflitos, até mesmo de proporções diplomáticas. Desta forma, pode-se afirmar que nem sempre é possível manter relações amigáveis com os países vizinhos, sendo, com isso, inevitável o acionamento do aparelho militar no intuito de manter os interesses da nação.

No decorrer da história, aconteceram vários conflitos³ armados envolvendo Argentina, Brasil e Paraguai que permitiram reestruturar os pensamentos geopolíticos do Governo Brasileiro a fim de definir a atuação de poder e controle, restringindo determinadas ações sociais que implicassem na segurança do espaço de fronteira e a demarcação de seus limites.

Neste contexto, Ferrari (2010, p. 48) afirma que “o limite político-territorial define [...] atuação social que instrumenta a atuação de poder, tanto para governar [...] controlar ou para restringir determinadas ações sociais no espaço delimitado”.

Partindo deste pensamento, no decorrer deste trabalho será abordado sobre a presença do Exército Brasileiro, que surge em Foz do Iguaçu no ano de 1889 a partir da Colônia Militar, tendo várias mudanças de categorias no decorrer do tempo, até chegar à atual nomenclatura de 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado que, além de atuar como instrumento de poder e controle do espaço delimitado pelo Governo Brasileiro, tem como finalidade manter a garantia da lei e da ordem, tal como previsto na Constituição Federal e, com isso, reforçar a segurança na faixa de fronteira e auxiliar a sociedade local quando necessário.

1 COLÔNIA MILITAR: DOMÍNIO TERRITORIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O advento da colônia militar em 1889 foi o mais viável meio estratégico de domínio territorial e de demarcação da tríplice fronteira. As terras de Foz do Iguaçu, na ocasião em que foi instalada a colônia militar, eram ocupadas por habitantes de maioria estrangeira, e isso num curto período de tempo do pós-guerra do Paraguai. Partindo desse princípio, intensifica-se a necessidade de ocupação militar no intuito de fortalecer a faixa de fronteira de Brasil, Argentina e Paraguai. Segundo Wachowicz (2002, p. 232), “A política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada fronteira Guarani”.

O fortalecimento da fronteira com a militarização foi fundamentado na ocupação territorial, a qual era eminentemente de argentinos, paraguaios e poucos brasileiros, bem como pelo fato de que havia forte cultivo da Erva Mate, o que efetivava as atividades econômicas na região. Diante disso,

³ Dentre os conflitos ocorridos, citam-se: Guerra da Cisplatina (1825-1828), Questões de Palmas ou Misiones (1857-1895) e Guerra do Paraguai (1864-1870).

houve preocupação do governo brasileiro com essas terras, estabelecendo, assim, um centro de controle militar na região de Guarapuava e, a partir daí, com incentivo do Capitão Belarmino de Mendonça Lobo⁴, a formação da Colônia Militar em Foz do Iguaçu.

Pressupõe-se que os esforços estabelecidos pelo Ministério da Guerra⁵ para a ocupação territorial e a formação social na tríplice fronteira naquele período (1889) partiram das vultosas turbulências de ordem diplomática a partir dos conflitos existentes entre Brasil e Argentina, com a guerra da Cisplatina nos anos de 1825 a 1828, bem como as questões de Palmas ou Misiones, que ocorreram entre os anos de 1857 a 1895. No entanto, é durante o pós-guerra do Paraguai que houve uma intensificação na ocupação territorial de fronteira. Neste sentido, Colodel (1960) destaca que,

Após o término da guerra do Paraguai (1864-1870), surgiu entre segmentos da oficialidade que compunham o Ministério da Guerra uma forte pressão no sentido da instalação de uma Colônia Militar [...] a oeste do território do Império. Alegavam esses militares, apoiados por grupos civis, que a região possuía um valor estratégico extremamente valioso e que era, no mínimo, temerário deixar esta importante área isenta de qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades imperiais. (COLODEL, 1960, p. 37).

Nota-se a partir desse registro histórico que, o interesse em ocupar a região de fronteira não era tão somente dos militares devido aos conflitos armados que envolveram os três países no decorrer da história, mas, também, de uma parcela importante da sociedade, a qual se preocupava com uma possível invasão definitiva por parte das nações vizinhas ao território brasileiro.

Além disso, havia interesse das autoridades paranaense da época em povoar a região, no intuito de estabelecer contato com a fronteira, tendo em vista seu isolamento do centro do poder. Neste sentido, pressupõe-se que esses fatos históricos foram os principais acontecimentos que nortearam as estratégias de ocupações territoriais e as demarcações dos limites transfronteiriços entre os três países.

A esse respeito, Freitag (2001) relata que

Esse interesse foi demonstrado em 1886, através do presidente da Província do Paraná propondo que se estabelecesse uma via de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, com o objetivo de resguardar e defender a fronteira, pois essa porção mais ocidental do território era vista como uma área a povoar. (FREITAG, 2001, p. 46-47).

O povoamento fronteiriço, portanto, foi de cunho estratégico, permitindo resguardar a fronteira e o território brasileiro, bem como estabelecer relações amigáveis com argentinos e paraguaios.

A geopolítica do Brasil em relação aos países que margeiam sua linha de fronteira de norte a sul objetiva manter uma política que possibilite conduzir o relacionamento entre países. Com isso, entende-se que há a preocupação do Governo brasileiro em fomentar estratégia no âmbito da sociedade a fim de que o relacionamento entre o povo de fronteira abarque além das questões econômicas a solidariedade entre os povos.

O pensamento geopolítico de Silva (1981) confirma as relações sociais entre países como a possibilidade de manutenção dos valores nacionais e, ao mesmo tempo, a generosidade e solidariedade entre as nações, propalando o seguinte:

Ao lado de uma geopolítica para a luta, para a defesa ou para o ataque, subsiste e subsistirá sempre uma geopolítica da paz, voltada para os valores muito mais altos e generosos da solidariedade internacional, da comunhão voluntária dos povos, do progresso incessante da civilização e da cultura. (SILVA, 1981, p. 94).

Além desses valores, o fator econômico também proporciona o entrelaçamento entre os países que, no caso da fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, é um fator norteador das relações sociais.

⁴Engenheiro militar responsável pela formação da colônia militar em Foz do Iguaçu.

⁵ Exército Brasileiro.

As relações estabelecidas na fronteira no decorrer da Colônia Militar, além de estarem ligadas à posse da terra, giravam em torno do cultivo da erva mate, a qual era a principal fonte de renda tanto para brasileiros, quanto para argentinos, paraguaios e uruguaios, dando lucros aos produtores, os quais eram denominados ervateiros. Para Cury (2010, p. 188), “a economia aproximou e interagiu na formação do território como elemento dinâmico [...] a economia da erva-mate e da exploração da madeira [...] constituiu um dos processos de formação do território transfronteiriço.”

Dentro desta perspectiva, considera-se que o processo de formação do território a partir do aspecto econômico emanado do cultivo da erva-mate e da exploração da madeira contribuiu no processo de formação das territorialidades transfronteiriça, constituindo, assim, uma área de convivência e conexões transculturais e econômicas no decorrer da história da colônia militar. Ferrari (2010) aponta que

Territorialidade humana tem início nas relações sociais, mesmo que diferenciadas, por meio de processos como a produção, a troca e o consumo, relações essas determinadas pelas ações ou interações de diferentes atores em tempos distintos, entendemos que para apreender as formas e a organização de determinado espaço territorial é necessário considerar seu processo histórico, no espaço-tempo. (FERRARI, 2010, p. 91).

Certamente, as territorialidades transfronteiriças decorreram na região de Foz do Iguaçu bem antes da chegada da comissão estratégica que formou a colônia militar. O processo de produção e a interação dos diferentes atores destacados por Ferrari (2010) confirmam que a organização do espaço e suas territorialidades se dão a partir das relações humanas. No entanto, as relações decorrentes no processo de organização do espaço territorial de fronteira tiveram as explorações humanas nos campos de cultivo da erva-mate como um dos fatores que proporcionou o crescimento econômico.

Inicialmente, a produção era destinada aos mercados da Argentina, principal importador, seguido de Paraguai e Uruguai e, posteriormente, já em meados do século XIX, a distribuição da erva-mate ganha dimensões em grande parte da América Latina. Este processo demandou intensa mão de obra, a qual era destinada desde ao corte da erva-mate até o envio do produto para o destino final. Tal mão de obra era escravocrata e, além dos peões das fazendas, os indígenas eram maioria no cultivo da erva-mate. De acordo com Ferrari (2010, p.138), “[...] alguns ervateiros mantinham os peões num regime de trabalho escravo, a ponto de eliminar trabalhadores que não aceitassem só a alimentação como forma de pagamento pelos serviços prestados”.

Em meados do século XIX, a região de fronteira, por situar-se distante do centro de poder, tornava-se isolada, o que facilitava a intensificação das barbáries contra a vida humana em prol do crescimento econômico através do cultivo da erva-mate. Ao chegar à região da fronteira em 1889, a comissão estratégica se depara com companhias argentinas e paraguaias que exploravam o cultivo da erva-mate e, conseqüentemente, a exploração do homem nativo.

Colodel (1960, p. 45) enfatiza que “o comandante da [...] colônia mandou afixar editais que alertassem as populações ali estabelecidas da presença de autoridades governamentais legais constituídas”.

Partindo do exposto, nota-se que a Colônia Militar, além de contribuir com a integração da fronteira ao centro do poder, fornecendo o governo brasileiro, noticia as atividades desenvolvidas na região através dos relatórios elaborados pelos chefes das comissões estratégicas de José Joaquim Firmino, em agosto de 1889, e do Tenente Antonio Batista da Costa Junior, que teve como auxiliar o Sargento José Maria de Brito, chegando a Foz do Rio Iguaçu no dia 22 de novembro do mesmo ano, tendo sido utilizado como aparelho repressor dos entraves existentes na região com o intuito de estabelecer relações de poder e segurança nacional.

Além de instrumento de defesa nacional, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi um canal de ligação do extremo oeste paranaense ao restante do país. Tal ligação ao centro do poder proporcionou aos governantes brasileiros da época o conhecimento da problemática existente na região de fronteira, podendo, a partir de então, elaborar estratégias no intuito de realizar a integração nacional no que diz respeito à delimitação territorial e às questões sociais e econômicas. Em relação ao cenário econômico

da fronteira no início da Colônia Militar, Freitag (2001, p. 45) relata que havia “[...] grandes unidades produtivas estrangeiras e seus sistema peculiar de trabalho e produção, sediadas em território legitimamente brasileiro”.

Pelo fato de a região Oeste do Paraná não possuir acesso para escoação das mercadorias para dentro do próprio país, o Rio Paraná era o principal meio de locomoção através de barcos que transportavam as produções da região. Ainda assim, o Brasil continuava desfavorecido tendo em vista que o comércio local dependia inteiramente da capital platina, uma vez que até a via fluvial desfavorecia o transporte para dentro do país devido aos saltos das sete quedas que impediam a passagem das embarcações.

De acordo com Freitag (2001 p. 57), “[...] praticamente toda margem paranaense da foz do rio Iguazu até os saltos das Sete Quedas estava repleta de portos argentinos [...] construídos e controlados pelas empresas particulares às margens do Uruguai e do Paraná escoando a erva-mate e a madeira para o mercado platino”. Portanto, Isso causou desgastes às autoridades brasileiras o que levou à tomada de decisão, no sentido de povoar a região com brasileiros natos, difundindo novas formas de produção econômica e a criação de projetos de integração nacionalistas.

Neste sentido, Freitag (2001 p. 63) relata “[...] que uma das atitudes foi criar o Território Federal do Iguazu através de um Decreto-Lei”, no intuito de controlar definitivamente o espaço de fronteira e reverter os lucros emanados das atividades econômicas desenvolvidas na região em prol do Estado brasileiro.

2 EXÉRCITO BRASILEIRO: DA COLÔNIA MILITAR À CONJUNTURA ATUAL

O item acima delata a importância da instituição da Colônia militar de Foz do Iguazu em 1889, que teve como objetivo o domínio territorial da área de fronteira.

O plano de militarização da faixa de fronteira do Brasil não é um fato recente. Essa preocupação emanada da ideologia política das autoridades brasileira decorre ainda no Governo Imperial, no intuito de cristalizar um plano estratégico de defesa nacional eliminando as pretensões estrangeiras em relação ao território brasileiro. Nesse sentido, Freitag (2001, p. 28) afirma que, “os princípios norteadores da segurança nacional se materializam antes de 1824, data da primeira constituição do Império Brasileiro.”

No transcorrer do período imperial (1822-1889), o Exército era a principal força de reação estratégica de defesa do Governo Brasileiro. Partindo desta afirmação, nota-se que a presença militar na elite brasileira naquele período, além de contribuir para que, na conjuntura atual, se concretizasse a fortificação das fronteiras, contribuiu fielmente para a construção das bases políticas da sociedade brasileira e para a integração nacional. Neste sentido, McCann (2007) aponta que:

A história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado Brasileiro. O Exército, como a única instituição nacional, foi um ator central dessa história. Levando o poder do governo central às pátrias, o Exército contribuiu para a mudança política, para a formação da nação-Estado e para o engrandecimento da pátria nacional. Como braço forte do Estado, o papel do Exército foi à intervenção do Estado em si mesmo [...] Os Exércitos são instrumentos da violência organizada e suas histórias devem refletir [...] nas tomadas de decisão com a sociedade e com a política. (McCANN, 2007, p. 19).

Neste sentido, o domínio territorial de fronteira caracteriza a formação da Nação-Estado enfatizada por McCann (2007). O exército, além de assegurar o domínio territorial, contribuiu para a formação política, social e econômica do Estado Brasileiro no decorrer de sua história.

Em relação à fronteira de Foz do Iguazu com as cidades de Puerto Iguazu, na Argentina, e Ciudad Del Este, no Paraguai, as atividades de segurança nacional desenvolvidas pelo Exército Brasileiro por meio do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, que é uma unidade militar de apoio

operacional ao governo e ao povo de fronteira, condicionaram a formação do pensamento estratégico, no sentido de combater as possíveis problemáticas intrínsecas de uma região fronteiriça, como é o caso do livre comércio, o qual proporciona o aumento do tráfico de produtos ilícitos.

Além disso, há a preocupação tanto do governo brasileiro quanto do exército no sentido de manter a integração social e conservar atividades como o desenvolvimento sustentável que proporcionam o bem-estar da sociedade atual e das gerações futuras, visando, ainda, a relação amigável entre os países vizinhos.

Esse discurso é firmado no que está descrito no Livro Branco de Defesa Nacional (2012, p. 15)⁶, segundo o qual

[...] o conceito de defesa nacional embora esteja preliminarmente ligado a defesa nacional, a preocupação com o adensamento e a gradativa presença brasileira ao longo da faixa refletem a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e a cooperação com os países fronteiriços nos aspectos referentes à segurança e ao combate aos ilícitos transnacionais.

Isso se aplica à presença do exército em Foz do Iguaçu, que deixou suas marcas não só nas questões relacionadas à defesa da fronteira, mas contribuiu fortemente para a formação da cidade e para a integração sociopolítica dos países vizinhos, os quais cooperam entre si para combater problemas como o tráfico de arma, munição e droga.

A integração social dos povos é fator importante no que tange às estratégias de defesa tendo em vista o fortalecimento da nação e dos seus aliados em prol do bem-comum, representando, assim, condições favoráveis para que se realize o plano de defesa em todas as esferas da sociedade brasileira, cooperando com as sociedades argentina e paraguaia. As estratégias de proteção do território fronteiriço são emanadas do potencial nacional que, é a integração de fatores necessários para a geração da segurança do país em sua amplitude.

O potencial nacional é o esforço máximo que a nação dispõe para o enfrentamento dos antagonismos com vista à manutenção da soberania nacional. De acordo com Silva (1981, p. 156-157), “O poder nacional admite quatro expressões inter-relacionadas”, as quais são abordadas da seguinte forma:

Estratégia Política – visando, em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa em benefício da consecução e salvaguarda dos objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas.

Estratégia Psicossocial – visando, em particular, a fortalecer o moral da nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados.

Estratégia Econômica – visando, em particular, reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados.

Estratégia Militar – Visando em particular, reforçar a estrutura militar da nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se as Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário. (SILVA, 1981, p. 156-157).

No entanto, para que se realize segurança nacional, é necessária uma precedência analítica em torno do problema para que, a partir de então, seja procedido o planejamento estratégico visando solucioná-lo. Desse modo, a doutrina do Ministério da Defesa descrita na Política Nacional de defesa (PND)⁷ e na Estratégia Nacional de Defesa (END) (2012, p. 132) prevê “[...] a promoção de estudos relativos ao aperfeiçoamento de doutrina de operações conjuntas, considerando principalmente, o

⁶ Segundo Celso Amorim, o Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia de Defesa Nacional e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

⁷ Documento do Ministério da Defesa que regulamenta o planejamento estratégico de Defesa Nacional.

ambiente operacional e o aprimoramento dos meios de defesa, a experiência e os ensinamentos adquiridos com a realização de operações e as orientações da estratégia nacional de defesa, no que concernem as atribuições do Estado-Maior conjunto das Forças Armadas”.

Ao término da Guerra do Paraguai, o Exército sofria de profundo abandono por parte das autoridades imperiais e as estratégias de defesa andavam a passos lentos devido ao descontentamento dos oficiais e soldados do Exército com o Governo. Segundo Colodel (1960, p. 38), “Ao mesmo tempo em que o Exército servia aos interesses das classes hegemônicas, recebia por parte das mesmas um tratamento de desqualificação”. A crise que assolava as elites militares contribuiu para retardar as projeções estratégicas em relação à proteção da tríplice fronteira. Porém, o nacionalismo imperava os ideais dos militares, a ponto de fazer renascer a oposição contra o império a fim de solucionar os impasses políticos vivenciados no país e, assim, retomar o plano de defesa da extensa faixa de fronteira brasileira. Nesse sentido, Colodel (1960) enfatiza que,

Em 1888, após assumir a pasta do Ministério da Guerra, Thomaz José Coelho de Almeida – político simpático a classe militar – resolveu criar num dos seus primeiros atos uma Comissão Estratégica com atribuições e encargos como até então ainda não se tinha visto. Como era de se esperar, a criação dessa comissão muito agradou os militares que, desde há muito, defendiam uma retomada de interesses na região de Foz do Iguaçu. (COLODEL, 1960, p. 41).

A Chegada do Exército Brasileiro para a região de Foz do Iguaçu através da colônia militar ocorreu no dia 22 de novembro de 1889, mesmo ano e mês em que se findou o período imperial. Nesse período, os estudos estratégicos de defesa do país não eram de grandes proporções; no entanto, havia preocupações com a região de fronteira de Brasil e Paraguai devido às consequências causadas pela guerra da tríplice aliança, ocorrida entre 1864 e 1870.

No entanto, é a partir do término da guerra do Paraguai que se dá o início dos estudos de estratégias militares visando à fortificação dos órgãos de defesa nacional.

O Exército foi abandonado pelas autoridades no período do pós-guerra do Paraguai, mas, ainda assim, desempenhava seu papel, pertinente aos interesses da pátria. Desta forma, Colodel (1960, p. 38) relata que, “Durante todo o período Imperial (1822-1889) o Exército enquanto instituição [...] estava sempre direcionado no sentido de mantê-lo [...] em rédeas curtas [...] deveria desempenhar o papel de guardião da pátria [...] resguardar a todo custo às condições sócio-econômicas estabelecidas”.

O cenário de abandono da instituição Exército Brasileiro começou a se desfazer a partir do momento em que o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o poder do Brasil República, no final do ano de 1889. Desta forma, os militares retomaram o processo de fortificação das fronteiras e o pensamento estratégico de segurança e defesa do território brasileiro e, com isso, o fortalecimento das bases sociais, econômicas e políticas.

A Colônia Militar de Foz do Iguaçu, no entanto, enfrentou grandes dificuldades, tendo em vista a distância em relação ao governo central. Desta forma, a Colônia Militar não alcançou todos os objetivos, pois, além de ser um instrumento de defesa, era, também, responsável pelo crescimento agrícola da região e distribuição de terras, no intuito de povoar a linha de fronteira. Isso tornou desgastante o desenvolvimento dos trabalhos de defesa nacional. No entanto, apesar das dificuldades devido às péssimas condições de locomoção que hora privava o contato com o governo, a Colônia Militar teve sua importância nas questões territoriais econômicas e sociais da região de fronteira. Neste sentido, Colodel (1960, p. 49) enfatiza que “Entendeu a comissão que a colônia já apresentava um quadro organizativo adequado e que seria mais interessante que a mesma caminhasse com suas próprias pernas”. A Colônia foi extinta em 1912, quando os militares não mais faziam parte de suas atividades na região.

Com a extinção da Colônia Militar, a tríplice fronteira torna-se ainda mais vulnerável, pois a comissão estratégica volta sua atenção para a construção da estrada que liga Foz do Iguaçu à cidade de Guarapuava, ficando isento do processo de segurança nacional. O tempo estimado de ausência do Exército Brasileiro na tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, foi de, aproximadamente, 20 anos.

A partir da turbulenta década de trinta, quando começa a era Vargas, as questões pertinentes à segurança nacional tomam novos rumos.

As revoluções que aconteceram dentro do próprio Exército, como a Revolta Tenentista – a qual surgiu a partir de fatores como a missão militar francesa, que formou os oficiais da década de 1918 e 1919 com novas ideologias militares, a ponto de pensarem estar mais preparados do que seus comandantes – e a influência católica entre os cadetes do Exército possibilitaram que o governo reavaliasse as condições do exército em relação ao cenário mundial, deliberando inovações na instituição e reformulando as estratégias de segurança nacional em todas as regiões do país. McCann (2007, p. 449) relata que “No decorrer dos anos 30 estreitaram-se as ligações entre as preocupações brasileiras com a segurança interna e externa, a reorganização e rearmamento do Exército, a política externa e a industrialização”. Após esse período, o Exército retoma as atividades na região de fronteira com a instalação da 1ª Companhia Independente, que chega à região de Foz do Iguaçu em 26 de fevereiro de 1932 com um efetivo de 250 homens. No decorrer do tempo, a 1ª Companhia Independente passa por transformações, as quais são abordadas a seguir.

Em 1943, baseado no Decreto Lei nº 5.770, a 1ª Companhia Independente foi transformada em 1º Batalhão de Fronteira, ampliando seu efetivo para, aproximadamente, 700 homens, fortalecendo ainda mais a segurança na fronteira. No ano de 1980, em 16 de dezembro, com base nos Decretos Lei nº 85.533 e nº 85.534, foi extinto o 1º Batalhão de Fronteira, dando lugar ao 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, o qual recebeu, posteriormente, a denominação de Batalhão República do Paraguai, em homenagem à nação vizinha. Por fim, em 24 de maio de 2013 o Batalhão recebeu a denominação de 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

A denominação de Batalhão mecanizado é devido à implantação do novo carro de combate, o guarani, que é uma viatura forjada para atender às necessidades da região de fronteira.

A história do exército em Foz do Iguaçu transcorre, juntamente, com a história da cidade. A formação da sociedade desta área de fronteira que pertence ao Brasil teve grande contribuição dos ideais militares.

A partir da década de 1930, devido às transformações sociais, econômicas e políticas, o Brasil passou por revoluções que contribuíram para que o governo brasileiro retomasse o domínio, no intuito de manter a defesa nacional e a nacionalização desta porção de terra.

Nesse sentido, McCann (2007, p. 384) destaca que “A revolução de 30 produziu um período de mudanças profundas e turbulentas. E o Exército, por mais instável que fosse era a única instituição nacional que o governo central tinha a disposição [...]”.

Esse discurso reforça a importância da presença do Exército como força de repressão aos problemas existentes na extensa faixa de fronteira do Brasil. O dinamismo de uma região fronteiriça, com suas características peculiares, exige dos governantes do Estado-Nação planos que possibilitem assegurar a proteção do país e, do que é mais precioso para uma nação, do seu povo. Schallenger (2011, p. 81) pontua que “Uma das importantes características das fronteiras é sua mobilidade”. A tríplice fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai é uma fronteira que possui a característica apontada por Schallenger devido às mobilizações sociais em torno do comércio; da criminalidade, a qual abrange desde o tráfico de ilícitos, aos delitos contra a vida humana, gerando, assim, intensa mobilidade das autoridades no intuito de reprimir as ações delituosas. Os problemas fronteiriços da conjuntura atual são antagônicos aos problemas da época da colônia militar.

Por isso, a formulação de força e proteção do Exército Brasileiro, bem como a proposta determinada como condicionante da concepção estratégica de segurança, prevista no Documento de Estratégia Nacional de Defesa⁸ do governo brasileiro, assume um nível de risco aceitável e busca alinhar este conceito com a visão prospectiva. Daí deriva a necessidade de monitorar, controlar e atuar nas fronteiras com base em projetos como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), o qual é um instrumento do governo brasileiro concebido pelo Exército no ano de 2008, e

⁸ Este documento prevê na página 41 a estruturação de forças armadas com adequadas capacidades organizacionais e operacionais e a criação de condições sociais e econômicas de apoio a Defesa Nacional, assim como a contribuição para a paz e a segurança internacional e a proteção dos interesses brasileiros nos diferentes níveis de projeções externas do país.

que tem como objetivo fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na produção de informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços⁹.

Outro projeto, recentemente criado como plano estratégico de defesa que dará aporte ao Exército nas suas atividades, reduzindo as ameaças contra a sociedade fronteiriça, é o denominado Guarani, o qual visa, por meio dos novos carros de combate, incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional¹⁰.

No contexto da segurança nacional estão inseridos os valores do povo. Tais valores norteiam a criação de novas concepções estratégicas que visem salvaguardar a integração social, possibilitando, desta forma, a existência de uma forjada unidade nacional. Neste sentido, Silva (1981, p. 73) destaca que “[...] o sentimento profundo da unidade nacional, o orgulho pela terra e pela gente, um espírito nacionalista sem dúvida muito a flor da pele e o seu tanto primário, sujeito por isso mesmo a distorções bem ou mal inspiradas, são fatores, entretanto, de um enrijecimento benéfico da estrutura psicossocial da nação”

Com isso, pode-se observar que os estudos das fronteiras possibilitam a criação de novas estratégias capazes de manter as características do Estado-Nação no que diz respeito às questões políticas, econômicas e culturais, bem como a estruturação da sociedade tanto na fronteira como em âmbito nacional.

Desta forma, o 34º Batalhão de Foz do Iguaçu, na conjuntura atual, além da proteção da fronteira, visa, também, a integração social dos povos como desenvolvimento de estratégias de proteção territorial em conjunto com a sociedade civil. A integração dos militares dos três países é causa relevante nas projeções diplomáticas, propiciando ambiente amigável e de cooperação militar. A participação dos militares Argentinos e Paraguaio em solenidades do Exército Brasileiro, bem como a participação de militares do Exército Brasileiro nas solenidades militares de Argentina e Paraguai, revela o grau de amizade entre as forças militares. O Boletim Interno nº 051, de 18 de março de 2014, do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado relata o seguinte:

Nas atividades desenvolvidas por ocasião das comemorações do octogésimo segundo aniversário de criação do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado em 26 de fevereiro de 2014, foi feita a recepção do Exmo Sr Gen Oscar Luiz Gonzalez Cañete Cmt da 3ª Divisão de Infantaria e do Sr Coronel Celso José Montês – Cooperação Militar do Brasil no Paraguai. (BRASIL, 2014, s/p.).

Portanto, há a existência de conagraçamento entre as forças armadas dos países de fronteira. Isso reforça a certeza de que, por meio das forças armadas, a sociedade fronteiriça tem total liberdade para desenvolver suas atividades comerciais, sociais e religiosas. Diante disso, nota-se a importância de uma unidade militar atuando como o braço do governo para decisão das questões relacionadas à soberania nacional e à segurança do povo. No decorrer da história de Foz do Iguaçu, o Exército Brasileiro tem se apresentado como o braço forte nos momentos de transições da região fronteiriça, bem como a mão amiga no que diz respeito às necessidades da população. Portanto, o exército cumpre as obediências cabíveis ao governo, e faz cumprir tanto em tempo de guerra, quanto em tempo de paz, o juramento que todo soldado profere ao incorporar em suas fileiras, que é o juramento de dar a própria vida em defesa da pátria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa, nota-se a importância do Exército Brasileiro na região de fronteira como força de reação às intempéries internas e externas. O 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, implantado em Foz do Iguaçu por meio da Colônia Militar, tem desempenhado, no

⁹ Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/sisfron.html>, Exército Brasileiro>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/guarani.html>, Exército Brasileiro>.

decorrer de sua história, relevantes ações de interação social e segurança da fronteira através de operações especiais desenvolvidas na região fronteiriça.

O 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado está inserido nos projetos desenvolvidos para a segurança nacional, atuando como um sistema de segurança de fronteiras destinado ao município de Foz do Iguaçu, tendo em vista a sensibilidade desta região trifronteiriça.

A questão relacionada à segurança nacional na região de fronteira é inteiramente dependente do relacionamento social em sentido amplo, isto é, para que o processo de segurança nacional transcorra de maneira salutar, é imprescindível que haja conexões amigáveis em todos os níveis sociais, tanto em nível local, de modo que os povos de fronteira compartilhem suas diferenças culturais, quanto em nível diplomático, por meio dos processos políticos e tratados que possibilitem a integração das nações.

O Exército Brasileiro, por meio do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado, é um instrumento estratégico do Governo do Brasil que visa manter a segurança territorial e a integração dos povos de fronteira através das conexões existentes com os exércitos do Paraguai e da Argentina.

As conexões entre os militares dos Exércitos dos três países são imprescindíveis para a formulação de estratégias referente à proteção de seus territórios e a proteção de seu povo, fazendo fortalecer os atos em torno da soberania nacional de cada nação.

A pesquisa apresenta informações de autores que estudam a respeito da segurança pública brasileira e de historiadores que prezam pela historiografia do povo e sua cultura. A abordagem em relação ao Exército Brasileiro consistiu relatar sua importância na cidade de Foz do Iguaçu, como uma força nacional que, desde o surgimento do município, tem proporcionado efeitos positivos na construção da história da fronteira, bem como tem oferecido tranquilidade à comunidade, dando-lhe a certeza de liberdade por meio da segurança deliberada pelo 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO 34º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO. Boletim Interno número 051 de 18 de Março de 2014.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **Identidade nas Fronteiras: Território, Cultura e História.** São Leopoldo: Oikos, 2011.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR).** 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia, Setor Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

COLODEL, José Augusto. **Obrages E Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960.** Paraná 1988.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina.** Ed. da UFSC, 2010.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras Perigosas: Migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense.** Cascavel: Edunioeste, 2001.

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL. Brasil 2012.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2012.

MACCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional:** o poder Executivo e Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Olympio, 1981.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná.** 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná 2002.

FRONTERAS PERMEABLES DURANTE LA DÉCADA DEL 70: EL PLAN CÓNDOR

Virginia Sabores Avalís¹

Resumen: La temática que se intentará explicar o, más bien, poner en discusión será la permeabilidad de las fronteras en el Cono Sur durante la existencia del llamado Plan Cóndor y cómo ello generó inmigraciones y movilidad de ciudadanos entre los países miembros. El Coronel Manuel Contreras, comandante de la Dirección de Inteligencia Nacional de Chile (DINA) en 1975, propone a los Comandantes de Paraguay, Brasil, Bolivia, Uruguay y Argentina, la creación de un órgano de coordinación de inteligencia contra la subversión comunista internacional (Blinex, 2007. Rey Tristan (Dir.)). El plan significaba la contribución de unos servicios de inteligencia a otros para actuar en el territorio de otro país libremente, utilizando métodos de persecución y represión e incluso de desaparición de quienes ellos consideraban enemigos (Memoria abierta, 2007). Este accionar de las FFAA (Fuerzas Armadas) movilizó a militantes y a personas con ideas contrarias a las neoliberales de los entonces gobiernos militares a emigrar de un país a otro, de forma ilegal, ya que las fronteras se encontraban controladas. De esta manera se generó un desplazamiento tanto legal (ya que las FFAA representan una porción del Estado Nacional), como legítimo, ilegitimizado por las fuerzas armadas para algunos ciudadanos, dejando fronteras debilitadas.

Palabras clave: Plan Cóndor; Fronteras; Permeabilidad; Dictadura.

Abstract: The topic we will develop or put at issue will be the permeability of the borders in South America during the Condor Plan and how it generated immigration and mobility of citizens between the countries members of this Plan. The Colonel Manuel Contreras, Commander of the National Intelligence Department of Chile (DINA, the acronym in Spanish) in 1975, recommended to the Commanders of Paraguay, Brazil, Bolivia, Uruguay and Argentina to create an intelligence coordination plan against the international communist subversion (Blinex, 2007 in Rey Tristan (Dir.)). The main objective of the plan was the union and cooperation of the Intelligence services of the members to be able to act freely in another territories. They did it by persecution methods and repression and they even “disappeared” those considered enemies (Memoria Abierta, 2007). These operations of the Armed Forces encouraged activists and people opposed to neoliberal ideals of the military governments to migrate from one country to another, illegally, since the borders were controlled. By doing so, a legal (because the Armed Forces are part of the State) and legitimate movement was generated, but the Armed Forces banned the immigration to some citizens, leaving weakened borders.

Keywords: Condor Plan; Borders; Permeability; Dictatorship.

INTRODUCCIÓN

Se pretende con este artículo abrir el debate en torno a la permeabilidad de las fronteras en la década del 70' en el Cono Sur Americano y como ello generó una debilidad en los pasos fronterizos que se extiende hasta la actualidad. Para ello se toma como caso de estudio el acuerdo firmado en 1975 por los Jefes de Inteligencia de los estados de la región, el cual sería llamado unos años después como Operación Cóndor. Esta operación tenía como objetivo principal, como ya veremos en el desarrollo del

¹ Licenciada en Turismo en el Instituto de Investigaciones en Turismo. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de La Plata. Calle 15 n°1191 Cuerpo 2 Depto 2 – La Plata. Buenos Aires, Argentina. CP: 1900. E-mail: Virginia.sahores@gmail.com

artículo, la liberación de las fronteras entre los países miembros. Esta apertura generó diferentes modalidades de traslado fronterizo. En este artículo se determinan tres tipos de movibilidades, una de ellas a la que denominaremos *legal*, realizada por los ciudadanos de países fronterizos que se trasladaban hacia otros países por diferentes motivos, como ser vacaciones, por trabajo, etc. Otra forma de movilidad fue la de las FFAA, a la que se denominará *militar*, y la cual consistía en la libre circulación de los miembros de los ejércitos en persecución de los insurgentes. Y por último, la movilidad obligada, en la mayoría de los casos, de quienes debían dejar el país por encontrarse bajo la amenaza de captura, este tipo de migración se denominará como *legítima*, si bien era un movimiento de tipo *legal*, fue ilegalizado por las FFAA para quienes buscaban escapar de las persecuciones.

En base a estos tres tipos de movilidad es que se plantea la idea de permeabilidad de las fronteras de los países miembros de la Operación Cóndor.

1 LAS OPERACIONES PRE-CÓNDOR²

Las asociaciones militares entre los Estados del Cono Sur comenzaron antes de 1975 cuando se firma el acuerdo de cooperación. Un antecedente a estos acuerdos fue la actuación de la Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) en Argentina desde comienzos de 1973, con la colaboración del país limítrofe de Chile, con el propósito de ingresar a este último para capturar a los argentinos exiliados allí (CALLONI, 1999).

Uno de los casos más emblemáticos de las acciones previas realizadas por las inteligencias de las FFAA fue el asesinato de Carlos Prats, vicepresidente Chileno durante el mandato de Salvador Allende, y su esposa Sofía. Ambos se encontraban en Buenos Aires en carácter de “huéspedes” del Ejército Argentino y de Juan D. Perón. El atentado fue planificado entre la Triple A, algunos sectores de la SIDE y el DINA chileno, sumado al ejército nacional y la policía local.

Otro ejemplo es el caso de tres argentinos, José Nell, Marta Landi Gil y Alejandro José Logoluso, y dos uruguayos: Nelson Santana Scotto y Gustavo Edison Insaurralde. Todos ellos fueron detenidos en distintos operativos tiempo antes del comienzo del gobierno militar en Paraguay. Ellos habían llegado a este país escapando de las FFAA de sus países. Cuando los servicios de inteligencia de Argentina y de Uruguay fueron informados de su captura viajaron a Paraguay para interrogarlos. En los archivos secretos de Paraguay se encontraban los interrogatorios e incluso una carta al comandante Stroessner informando el fatal destino de los prisioneros.

2 OPERACIÓN CÓNDOR

Latinoamérica presentaba hacia 1975 una similitud en sus gobiernos, algunos desde hacía ya varios años y otros más recientemente, poseían gobiernos militares. Paraguay, detentaba un gobierno militar desde 1954, Brasil desde 1964, en Bolivia dicha situación se presentó hacia 1971, años más tarde y en el mismo año, 1973, Chile y Uruguay cayeron en manos de gobiernos militares y por último Argentina en 1976 (CALLONI, 1999). Esta diferencia temporal estimuló a que muchos perseguidos buscaran, como primera opción, cruzar las fronteras y resguardarse en los países vecinos.

En noviembre de 1975, el entonces comandante de la Dirección de Inteligencia Nacional de Chile (DINA), el Coronel Manuel Contreras, cita a los directores de inteligencia de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay a participar de la primera reunión de lo que más tarde se daría en llamar el Plan Cóndor³. En su carta de invitación el Coronel propone a los asistentes la creación de un órgano de coordinación de inteligencia contra la subversión comunista internacional (BLINEX, 2007. Rey Tristan

² Disponible en: <<http://www.laretaguardia.com.ar/2013/05/stella-calloni-y-el-complejo-laberinto.html>>. Acceso en: 10 nov. 2014.

³ Calloni explica que debería llamarse Operación Cóndor, ya que un Plan implica metas mayores. A los fines de este trabajo denominaremos Plan u Operación indistintamente teniendo en cuenta no sólo el accionar de las FFAA sino también sus objetivos. Disponible en: <<http://www.laretaguardia.com.ar/2013/05/stella-calloni-y-el-complejo-laberinto.html>>. Consultado el 17 ago. 2015.

(Dir.) en Memoria abierta 2007). El plan significaba la contribución de unos servicios de inteligencia a otros para que pudieran actuar en el territorio de otro país libremente, utilizando métodos de persecución y represión e incluso de desaparición de quienes ellos consideraban enemigos (Memoria abierta, 2007)⁴.

Las bases de esta operación se sentaban sobre la Doctrina de Seguridad Nacional (DNS) impartida por Estados Unidos en su país y los métodos sistemáticos de contrainsurgencia enseñados en la Escuela de las Américas del Canal de Panamá. Esa sistematización consistía en eliminar elementos históricos, raciales o religiosos que no fueran los profesados por el gobierno de turno. En el Caso Argentino José María Klix, (Ministro de defensa del gobierno militar de J. R. Videla) rememorando las palabras del gobernador inglés Saint Jean, explicaba estas operaciones de la siguiente manera: “primero eliminaremos a los subversivos, después a los simpatizantes y por último a los indiferentes” (BLINEX, op. cit., p. 127). Hacia fines de 1976, los integrantes del Cóndor poseían gobiernos con gran homogeneidad. Se llevaban a cabo persecuciones, asesinatos, tanto de militantes nacionales como exiliados. Por otra parte sus economías también presentaban grandes similitudes, la tendencia a sistemas económicos neoliberales, instalación de grandes empresas transnacionales, desestatización tanto de los medios de producción como de las materias primas y un gran crecimiento de la deuda externa (CALLONI, 1999).

Argentina, en el mismo año en que las Fuerzas Armadas toman el poder, fue la base principal de operaciones del Plan. En un antiguo taller mecánico llamado Automotores Orletti conformaron su asentamiento y sistematizaron el accionar. Orletti fue el Centro Clandestino de Detención del Plan Cóndor, allí fueron desaparecidos militantes de los distintos países que conformaban el plan y que se encontraban en la Argentina (Diario de la Memoria, Instituto Espacio para la Memoria, 2011).

Los ejércitos latinoamericanos fueron el mesías encargado de dar una aplicación a los grandes preceptos doctrinarios que permitirían la afirmación nacional de sus tambaleantes naciones. Además, estas dictaduras emparentadas extendieron su política represiva como si no existieran las fronteras nacionales (BURIANO CASTRO; DUTRÉNIT BIELOUS, 2003).

La estrategia de exterminio del enemigo que caracterizó a la represión conosureña se basó en una estructura consistente en el trabajo coordinado y cooperante de las fuerzas armadas de los distintos países. La Operación Cóndor significó una extensión de la persecución a todos los territorios en virtud de que, como ya se mencionó, los servicios de inteligencia nacional operaban indistintamente en cualquier país (BURIANO CASTRO; DUTRÉNIT BIELOUS, 2003).

Es importante destacar que una de las únicas relaciones que Argentina mantenía con los gobiernos de la región era el Plan Cóndor, ya que no poseía interés en generar relaciones de tipo comerciales, por ejemplo. Sólo supo aliarse y aunar fuerzas para llevar a cabo lo que se denominaba el Plan de Reorganización Nacional. Como explica Félix Luna (2010), la última dictadura militar fue denominada por sus autores intelectuales y materiales como “Proceso de Reorganización Nacional”. La reorganización comenzó por subdividir el país en diferentes regiones de responsabilidades, para capturar a quienes ellos entendían como “sospechosos”. Esas personas eran aquellos militantes tanto de la agrupación Montoneros como del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) y otras agrupaciones de izquierda, es decir, la subversión.

3 MOVILIDAD Y FRONTERAS

Como expresa Sanchez (2014), autores como Nyers y Rygirl (2012) en su escrito *Citizenship, Migrant Activism and the Politics of Movement* consideran el fenómeno de la migración de manera generalizada poniendo el foco en esta como un movimiento social con potencial creativo (SANCHEZ, 2014, p. 180) y afirman que es un eventual modificador de las relaciones de poder en la sociedad en su conjunto. Ambos autores impulsan el análisis de la modificación y construcción del espacio a partir del movimiento tanto de personas, que es el foco del presente artículo, como de bienes, servicios y

⁴ Disponible en: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/condor/condor.pdf>>. Consultado el 17 ago. 2015.

sistemas. Piensan a los inmigrantes como actores políticos que ocupan un lugar especial, (NYERS; RYGIRL, 2012, p. 427). Johnson (2012) sugiere considerar las actividades de los inmigrantes en su conjunto, las cuales analizadas aisladamente pueden no significar demasiado para el entramado social pero que analizadas en grupo se pueden entender como una lucha social y una historia en proceso.

Según el informe de la OIM (Organización Internacional para las Migraciones) del año 2001, donde se analizan los movimientos entre los países de América Latina en los últimos 30 años, entre los años '70 y '80 migraron entre Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay un total de 276.000 personas y sólo en la década del 90 se movilizaron 289.000 personas entre los mismos países (OIM, 2001). Estos movimientos que vienen en aumento desde la década analizada son asociados a dos aspectos principales. En primer lugar los fuertes enfrentamientos políticos y sociales y en segundo lugar a las crisis económicas post-gobiernos dictatoriales.

Como señalábamos en la introducción se definen tres tipos de traslados fronterizos, los legales, los militares y los legítimos. Esta categorización, utilizada solo a modo de generalización, podría explicar el crecimiento respecto de décadas anteriores (e incluso posteriores como lo muestra el informe 2012 de la OIM).

Durante los regímenes militares del Cono Sur el mayor movimiento fue dado por las persecuciones a la subversión declarada enemigo público y principal de los gobiernos de la región lo que generó en mayor medida movimientos de tipo *militar y legítimo*. Estos movimientos se asocian directamente con las nociones de identidad y representación (SANCHEZ, 2014, p. 186), no se trata solo de un análisis de movilidad sino también de las disconformidades de unos ideales con otros y la primacía del más fuerte, de quién tiene el poder.

En cambio en las décadas posteriores a estos regímenes, ya bajo gobiernos democráticos, con grandes deficiencias económicas producto de los endeudamientos de las FFAA durante sus mandatos, el mayor flujo de migración fue de tipo *legal*, sobre todo hacia países europeos y norteamericanos. A diferencia de las movilidades anteriores, asociadas a posturas ideológicas, estas migraciones se asociaron en mayor medida al desclasamiento devenido de la crisis y la búsqueda del bienestar individual.

Pasados los años de dictaduras y con una mejora en las economías regionales, las fronteras conservaron su permeabilidad. He aquí el punto de análisis. Con un orden democrático restablecido y bajo un proceso de recuperación del equilibrio tanto en lo político como en lo social y lo económico, las movilidades de los tres tipos entre los países miembros de la Operación Cóndor siguieron sucediendo. Aquellos movimientos de tipo legal son los que desde tiempos inmemoriales se suceden entre estos Estados, lo importante de analizar aquí son los movimientos de tipo militar y legítimo.

En este proceso de restablecimiento del orden democrático los movimientos militares se asocian ya a meras relaciones institucionales, sin reconocerse necesariamente cargas políticas o ideológicas. En cambio los movimientos legítimos se relacionaron a la restitución a sus naciones correspondientes de los exiliados, refugiados, expatriados, etc. Se reconoce así una diferencia fundamental entre los dos tipos de movilidades, radicada principalmente en la carga emocional e ideológica. Este último tipo de movimiento migratorio, en la región Cono Sur, casi ha desaparecido.

CONCLUSIONES

A modo de consideraciones finales es importante destacar que los flujos migratorios, tanto entre países de América Latina, como con países de otras regiones del mundo sucedieron, suceden y sucederán, pero es importante destacar como las fronteras, límites estrictos en ciertos casos y muy permeables en otros, se adaptan a las realidades políticas, sociales y económicas.

Se presenta aquí un caso particular como fueron las migraciones y movilidades en el Cono Sur a partir de la creación de la Operación Cóndor, pero sin acotar en ello las posibilidades de análisis. Casos como la crisis de 2001 en Argentina, o si decidimos ir más allá en el tiempo, los exilios y migraciones de la Alemania Nazi, son casos emblemáticos que sirven para exponer desde otro punto de vista la permeabilidad de las fronteras.

Ahora, en referencia directa a nuestro caso de estudio, podemos concluir en que las líneas fronterizas han sido permeables en respuesta a las necesidades tanto de las FFAA como de los civiles y que aún hoy, 30 años después de la recuperación de los sistemas democráticos las fronteras del Cono Sur siguen permeables a los desplazamientos de sus habitantes en las tres tipologías mencionadas. Aunque en algunas en menor medida que otras.

BIBLIOGRAFÍA

BURIANO CASTRO, A. M.; DUTRÉNIT BIELOUS, S. E. En torno a la política mexicana de asilo en el cono sur. **Revista HAOL**, n. 2, p. 59-68. ISSN 1696-2060. Historia Actual On Line. 2003.

BYRON OSPINA, F. Espacializando la memoria: Reflexiones sobre el tiempo, el espacio y el territorio en la constitución de la memoria. **Aletheia**, n. 3, v. 2, La Plata, Argentina. 2011.

CALLONI, S. El complejo laberinto de la Operación Cóndor. 2003. Disponible en: <<http://www.laretaguardia.com.ar/2013/05/stella-calloni-y-el-complejo-laberinto.html>>. Consultado el 17 ago. 2015.

_____.; et. al. Operación Cóndor, Informe especial, Terrorismo sin fronteras. **Revista Espacios**, n. 2, año 2. Buenos Aires, Argentina. 2009.

ESTEBAN, F. O.; SCHMIDT, S. La ciudadanía limitada. Dictadura, democracia y migración en Argentina. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM** [En línea], 22 | 2011, Publicado el 27 enero 2012, consultado el 17 agosto 2015. URL: <<http://alhim.revues.org/4034>>.

LUNA, F. **Historia Integral de la Argentina X: El Largo Camino a la Democracia**. 1. ed. Buenos Aires, Argentina: Booket, 2010.

MEMORIA ABIERTA. Coordinación represiva en el Cono Sur. Selección de fuentes y referencias. Setiembre de 2007. Disponible en: <<http://www.memoriaabierta.org.ar/condor/condor.pdf>>. Consultado el 17 ago. 2015.

OIM. La situación migratoria en América del Sur. **Segunda Conferencia Sudamericana sobre Migraciones**. Editorial OIM. Buenos Aires. Argentina. 2001

SÁNCHEZ, L. Estudios críticos de fronteras. Aportes de los estudios culturales. Revista Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v. XIV, n. 1, pp. 173-190. Universidad Arturo Prat. Chile. 2014.

CHAVISMO SEM CHÁVEZ

Marcos Wílian da Silva¹

GUERRERO, Modesto Emílio. *Chavismo sin Chávez: La lucha por el poder en tiempos de la transición* 1. ed. Buenos Aires: Ediciones B, 2013.

A publicação da obra adveio da tradição do autor em escrever análises sobre a política chavista, fundamentada por seu profundo conhecimento da política latino-americana, e tem como ponto de partida o dia 05 de março de 2013, data em que se registrou na história o derradeiro suspiro do *Comandante Hugo Chávez*.

Didaticamente, a obra divide-se em três partes, denominadas: I – *La transición* (parte desta é dedicada à introdução); II – *El partido Militar*, e III - *El movimiento*.

A primeira parte é apresentada por *Mézaros* e busca confortar o leitor afirmando que a conversão de um projeto socialista em uma realidade irreversível acontece por meio de muitas transições dentro da transição. Ainda, Guerrero alerta, já na parte introdutória, que o futuro do Chavismo está contido no seu passado e presente, levando sempre em conta os princípios que o fundamenta. A equação que permite identificá-lo é composta por três elementos: o líder, o partido militar e o movimento social que lhe sustenta. Mostra-se, também, a preocupação com o segundo elemento quando, duas horas antes do anúncio oficial da morte de Chávez, na coletiva de imprensa feita às três da tarde, o sucessor Nicolás Maduro utilizou a expressão: “Direção política militar do Governo”. Tal pronúncia se mostra como uma novidade absoluta no discurso chavista e marca, possivelmente, uma mudança nos rumos da transição e composição da nova governabilidade.

Diferentemente do que acontece com o Movimento Sem Terra no Brasil, o Castrismo, o Guevarismo, o Sandinismo, o Zapatismo e o Indigenismo na Bolívia e Equador, o Chavismo é um movimento que foi originado dentro das Forças Armadas venezuelanas, em 1982. Neste contexto nascia o líder, mas o movimento não termina com a sua morte. A partir de 2011, o Chavismo começa um novo ciclo, com o anúncio da debilidade do profeta do Socialismo do séc. XXI. Guerrero considera que o movimento chavista bolivariano só é justificado levando em conta o colapso da luta socialista na União Soviética e a avassaladora implantação do neoliberalismo na América Latina.

Adianta o autor que o Chavismo não tem seu *script* definido em algum manual de história latino-americana, pois o desenvolvimento desta transição política desperta prognósticos que vão desde o mais tradicional aos mais novos e imprevisíveis. Maduro, diferentemente de Chávez, não adveio das Forças Armadas, mas tornou-se o depositário de seu poder quando, no fim da tarde do dia 8 de dezembro de 2012, recebeu das mãos do comandante a espada de Bolívar, simbolizando miticamente a transferência da investidura governamental. O Comandante investiu, então, Nicolás Maduro como seu sucessor e delegou ao “partido militar” a função de suporte institucional do novo governo interino. É importante salientar que Chávez dava início a um processo de transição não impulsivo, mas que vinha sendo discutido desde o aparecimento de sua enfermidade. A maioria dos movimentos sociais da Venezuela compreendeu isso como um processo de transição. Outros, porém, em menor parte, ousam em chamá-la de “crise do regime”.

Destaca-se também a preocupação do líder político em manter unificados o partido (PSUV) e as Forças Armadas. O ativo militante do movimento bolivariano, sociólogo e professor universitário Javier Bardieu expôs que no chamado “testamento político de Chávez” está dado apoio irrestrito à figura de Maduro, porém, não através de uma procuração em branco. Há cláusulas rígidas pactuadas cujo texto compromete o Estado Venezuelano a efetivar políticas públicas submissas aos interesses do povo.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Toledo. E-mail: marcos_wilian@seed.pr.gov.br

Em sua última reunião de gabinete, realizada no dia 20 de outubro de 2012 juntamente com seus Ministros e demais componentes do primeiro escalão do Governo, Chávez, em nenhum momento, utilizou as palavras “crise” ou “transição”, mas sim, “a construção do socialismo” e “o novo ciclo de transição”. Sua maior preocupação, naquele momento, era de convencer o novo Gabinete da responsabilidade que assumiria a partir de então. Estava diante de um momento cruzado entre a troca brusca que deveria acontecer com o Sistema Político Chavista e a ameaça contínua de seu perigo de morte.

Guerrero também utiliza-se da explicação do sociólogo e politólogo espanhol Vinceno Navarro para explicar a qualidade da democracia venezuelana ao compará-la com a da Espanha. Afirma o autor que a limitadíssima diversidade ideológica nos meios de comunicação dominantes é um dos indicadores da baixa qualidade da democracia espanhola. A postura conservadora de tais meios na Espanha é intensa. Da mesma forma, na Venezuela essa característica é bem acentuada. Basta observar que a cobertura política no país feita pelos cinco maiores canais de radiotelevisão privilegiou a oposição, dando grande destaque às vozes críticas ao governo. Curiosamente, discursos menos críticos, favoráveis ao presidente Chávez, também aparecem na mesma mídia. Mas, ao serem comparadas as publicações, pode-se verificar que os contumazes ataques em seu desfavor eram mais frequentes.

O que está realmente em jogo nesta forçada transição é a conservação e a continuidade dos avanços no campo da economia social, considerando as mais de setecentas expropriações de latifúndios desde 1998 e as consideráveis conquistas no campo da saúde, habitação, educação e protagonismo popular. Por outro lado, são incisivas as limitações deste processo, pois enfrentam o jogo do grande capital, como, por exemplo, a alta inflação devido ao controle das balanças comercial e financeira, que ainda depende do setor capitalista da economia venezuelana. O país convive com uma dualidade econômica: uma privada e outra estatal e, entre elas, uma emergente economia social.

Na segunda parte, Guerrero trata de descrever a figura do Partido Militar e sua importância no processo de condução do Chavismo. Segundo ele, mesmo sendo certo que o “partido militar” não é a única referência no processo político bolivariano, desde os últimos quinze anos o mesmo é partícipe de todos os acontecimentos do Estado, do Governo, do Movimento Chavista e da Esquerda Venezuelana. Enquanto Chávez conduzia saudavelmente o governo, este se mostrou inerte. Foi necessária a grave debilidade do Líder da Revolução Bolivariana para que tudo começasse a girar novamente em torno do “partido”. As forças armadas tiveram um papel decisivo na tentativa de golpe no ano de 2002. Houve militares que se juntaram às classes abastadas para efetivar o “show televisivo” na Praça Altamira, apoiando a intenção golpista. Mas, a grande parte, manteve-se firme em defesa do Chavismo. Derrotado os primeiros, o “partido militar” se recompôs com a exclusão dos colegas antichavistas participantes do golpe. Desde então, as novas Forças Armadas foram reconfiguradas, caracterizadas especialmente por quatro mudanças, a saber: a) multiplicação do investimento militar dedicado ao gasto social e ao reforço físico e tecnológico; b) incorporação de mais oficiais; c) educação política e intensa profissionalização acadêmica; d) trabalho comunitário junto às organizações sociais e políticas.

A terceira e última parte trata “do movimento” e traz a pergunta cerne da obra: haverá Chavismo sem Chávez? Argumenta o autor que a pertinência da pergunta se baseia em evidências históricas, pois quase todos os movimentos históricos semelhantes ao Chavismo não conseguiram sobreviver sem a presença do líder, com exceção do Peronismo na Argentina e do Sandinismo na Nicarágua. Baseando-se em analogias, como a continuação do regime cubano pós Fidel, Guerrero acena para uma resposta afirmativa. A transição que ora se apresenta não está galgada por uma derrota política. O Chavismo seguirá para além da desapareição de seu líder, pois o movimento é sustentado por uma grande massa de militantes jovens, mulheres e homens, verdadeiros renovadores de sua base social e que realizam diariamente várias ações sociais e políticas. Cita as mais de vinte Missões bolivarianas como uma das mais importantes políticas públicas implantadas desde 2003 pelo programa bolivariano, as 150.000 mil cooperativas constituídas, a formação oferecida a mais de 800 mil mulheres e homens pela organização nacional da reserva militar. Por fim, a existência da “classe média positiva”. Trata-se de uma organização de ativa vida social e política, estruturada pelos sindicatos, comunas, capazes de

mobilizar milhares de profissionais, intelectuais e artistas nacionais nos momentos de conflito. Tal organização é antagônica à “classe média negativa” que apoiou a conspiração golpista de 2002.

O autor encerra o texto alertando que, quando se inicia um processo de desafio do capital, ainda que de forma pensada, a lei da causalidade é invertida, pois a economia fica subordinada à política. É válido destacar, por seu histórico, a intimidade do autor com o tema, bem como o seu otimismo em relação ao futuro do movimento chavista. Porém, não se pode desconsiderar que os conflitos no país acentuam-se a cada dia mais.

Não é difícil identificar que falta a Maduro a herança do carisma e a habilidade política de Chávez, dada a sua distinta personalidade, trajetória política e o modo como chegou ao poder. Além disso, há que se considerar a vitória apertada sobre a oposição na última eleição. Dadas as condições, o contínuo futuro do Chavismo na Venezuela é dependente da governabilidade de Maduro e de sua base aliada, bem como do fortalecimento da participação popular e das políticas públicas sociais por parte do Estado.

REFERÊNCIAS DO AUTOR

Autor de várias obras sobre a América Latina, tais como ensaios, biografias e poesia, o venezuelano Modesto Emílio Guerrero, a partir de meados da última década, dedicou boa parte de suas obras ao estudo do Chavismo, bem como de seu personagem central, Hugo Chávez. Em 2007, publicou a mais conhecida obra em território latino-americano: *Quem inventou Chávez?* A mesma foi ampliada e atualizada em 2013 sob o título de *Chávez: El hombre que desafió a la historia*. Em 2012 o autor ganhou o Prêmio Nacional de Literatura Stefania Mosca, no Gênero Crônica, concedido pela Fundação para a Cultura e Artes de Caracas, em razão da biografia apresentada: *Reportage con la Muerte*. Esta mesma obra foi transcrita para o cinema argentino, em 2009, sob o título de *Aunque me cueste la vida*. Guerrero é nascido na Venezuela, onde foi eleito Deputado em 1982. É radicado na Argentina – Buenos Aires – desde 1993, onde leciona história latino-americana na Universidade de Avellaneda. É especialista em análises de informações internacionais.

Padrões Editoriais

1. Os artigos ou ensaios devem ter no máximo 10.000 palavras e seguir a seguinte estrutura: Título, Resumo (máximo 15 linhas), palavras-chave (04 palavras-clave), Título traduzido para a Língua Inglesa, Abstract, Keywords (04 palavras), Corpo do Texto, Referências.

2. As resenhas, de publicações recentes (3 anos), devem ter no máximo 3.000 palavras e apresentar a seguinte estrutura: Título da Resenha, Referência bibliográfica da obra resenhada e Corpo do texto.

3. Padrões utilizados ao longo do texto:

3.1. Páginas tamanho A4, com margem superior 2,5cm; inferior 2,5cm; direita e esquerda 2cm.

3.2. Letra do texto: Fonte Garamond 12.

3.2. Títulos:

3.2.1 Título do Artigo (deve ser inserido na segunda página em CAIXA ALTA, após a capa): com alinhamento à direita, em negrito e com fonte 16;

3.2.2 Título da Primeira seção em: CAIXA ALTA, em negrito e fonte 14;

3.2.3 Título da Segunda seção em: CAIXA ALTA, sem negrito e fonte 14.

3.3 O texto deve ser corrido, sem a utilização de espaços entre os parágrafos, a tabulação (tecla Tab) no início dos parágrafos deve ser de 1,25 cm, o espaço entre as linhas deve ser o simples.

3.4 As citações textuais no corpo do texto devem seguir o padrão NOME, DATA, PÁGINA, ex.: De acordo com Fernandes (2005, p. 149) “.....” ou “.....”(FERNANDES, 2005, p. 149), estas citações textuais deverão obrigatoriamente vir entre aspas. Para as citações indiretas o padrão é NOME DATA, ex.: De acordo com Fernandes (2005) ou (FERNANDES, 2005).

3.5 Caso seja necessária a utilização de notas explicativas, as notas devem ser apresentadas no rodapé da mesma página. As notas devem ser digitadas com fonte 10 garamond.

As notas de referência devem conter: o SOBRENOME DO AUTOR, data da publicação e outros dados para localização da parte citada. Ex:

1 NÓBREGA, 1962, p. 365.

2 MELLO, 1982, v. 3, cap. 2, p. 117-120.

3 AMORIM; COSTA, 1999, p. 237.

4 COSTA; ALENCAR; FERREIRA, 2008, p.98.

5 FIGUEIREDO et al., 2002, p. 38, nota 2.

6 Título original em grego.

- 3.6 As citações maiores de 5 linhas devem estar separadas do corpo do texto por um espaço simples, com recuo de 3 cm e com fonte Garamond tamanho 11.
- 3.7 O nome dos livros, revistas, teses, dissertações citados no corpo do texto devem estar em Itálico. Já os títulos de Artigos, Ensaios e Capítulos de Livros devem estar entre aspas.
- 3.8 As palavras em outra língua devem estar em itálico.
- 3.9 Não use sublinhado.
4. Padrões utilizados para Referências ao final do texto. (Atenção: inserir nas Referências APENAS as obras citadas no corpo no texto).

4.1 Livros

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed., Campinas: Papirus, 2007.

4.2 Capítulos de livros

MARTINEZ, H. L. Função e conteúdo na filosofia do primeiro Wittgenstein. In. PEREZ, D. O. **Ensaio de filosofia moderna e contemporânea**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

4.3 Artigos de Revista

PORTELA, L. C. Y. Conhecimento e interesse. O problema da emancipação. **Revista Tempo da Ciência**, n.2 v.1, p. 73-83, 1994.

Demais documentos referenciados, tais como Monografias, Periódicos, Anais, Documentos Eletrônicos, Documentos Jurídicos etc. devem seguir as Normas estabelecidas pela **NBR 6023/2002**.

Apoio Técnico

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais da Unioeste

Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

**Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Planejamento, Gestão e Avaliação
de Políticas Públicas.**

**Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Planejamento Municipal e Políticas
Públicas.**